



ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90131/2026
PROCESSO Nº:	P149063/2026
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE FÁBRICA DE SOFTWARE COM SUPORTE DE IA E MENSAGERIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

A titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos Decretos Municipais nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024, nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016, na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), na Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **DO TIPO DO OBJETO:** SERVIÇOS DE NATUREZA COMUM
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**\*DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sítios [compras.fortaleza.ce.gov.br](https://compras.fortaleza.ce.gov.br) e [www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br).

2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br).

3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: [spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br](https://spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br), sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

**\*DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 07/05/2026.

5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 22/05/2026, às 10 horas.

6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 22/05/2026, às 10 horas.

7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**SUMÁRIO:**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 8. DOS RECURSOS**
- 9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90131/2026**

**(Processo Administrativo nº. P149063/2026)**

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE FÁBRICA DE SOFTWARE COM SUPORTE DE IA E MENSAGERIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**1.1.1.** A licitação é composta por **GRUPO ÚNICO** contendo 3 (três) itens, conforme tabela constante no **Anexo I - Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação caso seja de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), utilizando-se de Certificado Digital que contenha o padrão de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade



do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**2.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio e em cooperativa, conforme justificativa constante no **ANEXO IX – JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO** deste Edital;

**2.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição;

**2.5.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.** O impedimento de que trata o **item 2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.5.2 e 2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



**2.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.9.** O disposto nos **itens 2.5.2 e 2.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.11.** A vedação de que trata o **item 2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.12.** A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**3.1.** Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pela licitante vencedora.

**3.1.1.** A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**3.1.2.** A licitante cadastrada no Sistema COMPRASGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**3.1.3.** A fase de habilitação está prevista no **item 7** deste edital.

**3.2.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.3.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.4.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**3.5.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.5.2.** Não será permitido o emprego para menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como para os jovens de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.5.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.5.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (LBI).





**3.6.** O licitante enquadrado como microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

**3.7.** Em caso de falsidade das declarações apresentadas, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VI** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**3.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.13.** O valor final mínimo parametrizado na forma **do item 3.12** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**4.1.1. VALOR UNITÁRIO (R\$) e VALOR TOTAL (R\$),** dos preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I - Termo de Referência;

**4.1.5.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Anexo I - Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

**4.1.6.** Os preços deverão ser expressos em reais, **com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais,** inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

**4.2.** Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no **Anexo I - Termo De Referência** presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante no **Anexo I - Termo De Referência do Edital nº 11531**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

**4.3.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou total superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

**4.3.1.** Os valores dos itens não poderão ser superiores aos do orçamento estimado, previstos no Anexo I - Termo de Referência.

**4.3.2.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimativos da contratação.

**4.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



**4.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

**4.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6.** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO (R\$)** do ITEM.

**5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo)**.

**5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



**5.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superior àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.14.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





**5.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta





for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

**5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



**5.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.21.2.5.** Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR ([https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor\\_penalizado.asp](https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp)).

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



- 6.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.1.** O pregoeiro ou a equipe de apoio poderá, a qualquer tempo, durante o processo licitatório ou na execução contratual, realizar diligência in loco para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado;
- 6.9.2.** A diligência terá como finalidade:
- 6.9.2.1.** Verificação da infraestrutura: confirmação da existência e adequação da estrutura física e técnica da empresa às especificações do edital, tais como equipamentos, pessoal e instalações.
- 6.9.2.2.** Conformidade documental: comparar as condições reais da empresa com as declarações e documentos apresentados no processo de habilitação.
- 6.9.2.3.** Segurança e operacionalidade: certificar que a empresa possui condições de cumprir o objeto licitado com segurança, qualidade e eficiência.
- 6.9.3.** A diligência será previamente comunicada à empresa licitante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sendo agendada em data e horário razoáveis.
- 6.9.4.** Durante a diligência, a empresa licitante deverá disponibilizar acesso a todas as áreas e informações relevantes, bem como fornecer apoio necessário à equipe responsável pela vistoria.
- 6.9.5.** Um relatório técnico será elaborado pela equipe de diligência, detalhando os resultados da inspeção, podendo este servir de base para decisões no processo licitatório ou durante a execução contratual.
- 6.9.6.** Caso sejam constatadas inconformidades entre as informações apresentadas e a situação real da empresa, o pregoeiro poderá, fundamentadamente, desclassificar a licitante, caso a diligência ocorra durante o processo de habilitação;
- 6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.



**6.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**7.1. Os documentos previstos no Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, conforme art. 70, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Será verificado se o licitante apresentou, **no sistema, declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão





enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.10.** A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no **Anexo I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.10.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021, para:

**7.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação.

**7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação,





até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

**7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

## **8. DOS RECURSOS:**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme dispõe o art. 165, I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio no sistema no prazo de até **10 (dez) minutos do mencionado ato**, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR (PROTOCOLO) que edita o ato ou profere a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**8.5.1.** A Secretária Municipal das Licitações é a autoridade competente para julgar recursos interpostos, quando o pregoeiro(a) mantiver sua decisão;

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de até 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**9.1.** Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

**9.2.** A titular da origem desta licitação poderá solicitar a SELIFOR não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **5 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a



qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

**10.2.** O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

**10.3.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora

**10.4.** Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

**10.5.** As regras referentes ao registro de preço, ao órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da minuta no **ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do Edital nº 11531.**

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.



**11.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**11.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**11.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

**11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



**11.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, especialmente quando:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

**12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.2.5.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.2.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.1.2.7.** Fraudar a licitação;

**12.1.2.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.2.9.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- 12.1.2.10.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
- 12.1.2.13.** Deixar de apresentar amostra, caso o Termo de Referência exija;
- 12.1.2.14.** Apresentar proposta ou amostra, caso o Termo de Referência exija, em desacordo com as especificações do edital.

**12.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**12.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**12.4.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.



Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**12.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:





- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator prestar o serviço contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no art. 13, inciso I do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos do artigo mencionado acima para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º do item acima, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**12.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave



dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 11.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**12.9.** O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

**12.9.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**12.9.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**12.10.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

**12.11.** A apuração das responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital e pedir esclarecimentos deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio **spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br**, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA – SELIFOR (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

**13.3.1.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar EXCLUSIVAMENTE o procedimento do subitem acima, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

**13.4.** O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

**13.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**13.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13.7.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.



#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**14.1.** Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico **COMPRASGOV**.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que



deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

**14.11.** O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

**14.12.** Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Autoridade Competente do certame, conforme disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

**14.13.** A Administração poderá revogar este Edital por razões de interesse público.

**14.14.** O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto do Edital.

**14.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico '[compras.fortaleza.ce.gov.br](https://compras.fortaleza.ce.gov.br)' e '<https://www.gov.br/compras/pt-br>'.

**14.16. Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar**

**Apêndice II - Análise de riscos**

**ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**APÊNDICE I DO ANEXO III - QUANTITATIVOS RESERVADOS**

**APÊNDICE II DO ANEXO III - DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA**

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**

**ANEXO VII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA NÃO DESTINAÇÃO DE COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA**

**ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES**

**CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO**

Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão

*\*assinado digitalmente\**

**Aprovação expressa da assessoria jurídica:**

**Abraão Bezerra de Araújo**

Coordenador Jurídico - OAB/CE nº 44.585

Coordenadoria Jurídica – COJUR/SEPOG

*\*assinado digitalmente\**





**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 UNIDADES REQUISITANTES:**

**1.1.** Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG

**2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1. OBJETO:**

Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza.

Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por GRUPO, sob o regime de Empreitada por preço unitário.

**As especificações e os quantitativos do objeto deste pedido estão dispostos no grupo abaixo:**

GRUPO ÚNICO					
Item	Descrição	Unidade	CATSER	Quantidade Estimada (Anual)	Valor Total Estimado (Anual)
01	Fábrica de Software	UST	25992	230.000	R\$ 46.000.000,00
02	Mensageria Digital	Unidade de Mensagem	26387	8.100.000	R\$ 9.315.000,00
03	Inteligência Artificial	Token de IA (1K tokens)	30178	12.650.000	R\$ 9.108.000,00
<b>Valor Total Estimado:</b> <b>R\$ 64.423.000,00 (Sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil reais)</b>					

**Obs.: Havendo divergência entre o COMPRAS.GOV e o disposto no Termo de Referência, prevalecerão os termos deste Termo de Referência.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**2.1.1.** As características e especificações técnicas referentes ao objeto desta contratação estão contidas nos ANEXOS A, B e C deste Termo de Referência.

**2.2. Enquadramento como Serviço Comum**

**2.2.1.** Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considera-se serviço comum aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O parágrafo único do art. 12 da IN SEGES/MGI nº 2/2023 estabelece que, quando o ETP demonstrar que os serviços de natureza intelectual puderem ser descritos como comuns, o objeto será licitado pelo critério de menor preço.

**2.2.2.** Distinção entre Natureza Intelectual e Serviço Comum: Embora os serviços de Fábrica de Software envolvam atividades de natureza intelectual, isso não impede seu enquadramento como serviço comum. Conforme Súmula 257 do TCU, o que define a natureza "comum" é a possibilidade de estabelecer padrões objetivos de desempenho e qualidade, não a natureza do trabalho em si.

**2.3.** Os serviços objeto desta licitação são enquadrados como contínuos, pois são essenciais para a manutenção dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, como o gerenciamento de serviços corporativos de TIC e a utilização de programas corporativos de TIC, indispensáveis para garantir a sustentação, modernização e inovação tecnológica no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (art. 4º, IV e XIV, da Portaria Nº 0186/2024-SEPOG). A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.** A eficácia do contrato ficará condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**2.5.** Os objetos contratuais deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, na sede da **Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG**, ou em outro endereço indicado pela CONTRATANTE em Ordem de Serviço (OS).

### **3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente licitação tem esteio nos preceitos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 e nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), na Instrução Normativa (IN) nº 04/2024, publicada em 22 de março de 2024, da CGM, na Portaria Municipal n. 186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024 e no disposto no presente Termo de Referência.

#### **3.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), em seu contínuo esforço para modernizar a administração pública e aprimorar a prestação de serviços ao cidadão, identifica a necessidade estratégica de evoluir sua capacidade de desenvolvimento, sustentação e disponibilização de soluções tecnológicas. A estrutura tecnológica atual, embora funcional, apresenta desafios relevantes de agilidade, escalabilidade e inovação, sendo



parcialmente composta por sistemas legados que demandam elevado esforço de manutenção e dificultam a integração com novas tecnologias e canais digitais.

A crescente demanda por serviços públicos digitais, acessíveis e eficientes, impulsionada pelo Programa Fortaleza Digital (Decreto nº 15.030/2021), exige uma capacidade de entrega que contemple, de forma integrada: (i) o desenvolvimento e sustentação de sistemas transacionais críticos (arrecadação, saúde, educação), (ii) a ampliação de canais digitais de atendimento com alta capilaridade, especialmente por meio de mensageria instantânea, e (iii) a incorporação de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA), voltadas à automação, análise de dados e melhoria da interação com o cidadão.

Atualmente, a PMF carece de uma estrutura unificada e especializada capaz de atender a essa demanda de forma integrada. A ausência de um modelo de contratação que contemple, de maneira coordenada, o desenvolvimento de aplicações de negócio, a operação de canais digitais de mensageria e a utilização de soluções avançadas de IA resulta em ciclos de desenvolvimento mais lentos, custos elevados de manutenção, fragmentação dos canais de atendimento e limitada capacidade de utilização estratégica dos dados para geração de valor público.

Adicionalmente, a inexistência de uma estratégia estruturada de mensageria digital compromete o alcance dos serviços públicos, especialmente junto à população que utiliza predominantemente dispositivos móveis, restringindo a efetividade das políticas de transformação digital e inclusão.

Diante desse contexto, a presente contratação visa suprir a necessidade de dispor de serviços técnicos especializados, contínuos e de alto desempenho, contemplando de forma integrada o desenvolvimento e sustentação de sistemas, a operação de canais digitais de mensageria e o uso de inteligência artificial, capazes de:

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- Modernizar o legado: acelerar a modernização de sistemas críticos, migrando-os para arquiteturas mais resilientes, seguras e escaláveis;
- Digitalizar e ampliar canais de atendimento: expandir a oferta de serviços digitais ao cidadão, com utilização de mensageria instantânea como canal prioritário, ampliando a acessibilidade e a capilaridade do atendimento;
- Inovar com Inteligência Artificial: implementar soluções de IA para otimizar a alocação de recursos, prever demandas, automatizar processos e personalizar o atendimento, transformando dados em inteligência acionável;
- Garantir a sustentação: assegurar a estabilidade, segurança e desempenho dos sistemas em produção, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

A contratação constitui, portanto, um pilar fundamental para a execução da estratégia de transformação digital do Município, sendo indispensável para que a PMF amplie sua capacidade de atendimento, aumente a eficiência operacional e responda com maior agilidade e qualidade às necessidades presentes e futuras da população de Fortaleza.

### **3.2. MOTIVAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO**

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento do objeto, com previsão de serem de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois esse sistema possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço, originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto



licitado. Sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

##### **4.1. Componentes da Solução**

A solução é composta por três componentes integrados, cada qual com natureza econômica e métrica de medição distintas:

**Componente 1 — Fábrica de Software (Item 01):** Desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas digitais para as secretarias municipais. Medido em Unidades de Serviço Técnico (UST). Natureza: trabalho técnico especializado (predominância de mão de obra qualificada + ferramentas).

**Componente 2 — Plataforma de Mensageria Digital (Item 02):** Operação de canal de comunicação digital cidadão-governo, incluindo contingência entre canais, monitoramento de canal e operação. A orquestração inteligente, roteamento e analytics de canal integram o Item 03 (Token de IA). Medido em Unidades de Mensagem. Natureza: custo de canal de terceiro (PMP Meta) + orquestração.

**Componente 3 — Plataforma de Inteligência Artificial (Item 03):** Orquestração de modelos de IA generativa para atendimento inteligente, automação, produção de documentos e apoio à decisão. Medido em Tokens de IA, onde 1 Token de IA = 1.000 tokens brutos de LLM. Natureza: processamento computacional de IA (predominância de custo de API + infraestrutura).

#### 4.2. Integração dos Componentes

Os três componentes operam de forma sinérgica: a Fábrica de Software (Item 01) desenvolve e evolui as jornadas que são executadas pela Plataforma de Mensageria (Item 02) com inteligência fornecida pela Plataforma de IA (Item 03). Não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso contratar os componentes separadamente, pois:

- a) A integração entre atendimento, IA e desenvolvimento é o diferencial que gera valor — componentes isolados não produzem o mesmo resultado.
- b) A governança unificada (segurança, auditabilidade, LGPD) exige visão ponta a ponta que se fragmentaria com múltiplos contratos.
- c) A responsabilidade por SLAs e resultados ficaria diluída entre contratados, impossibilitando medição objetiva.

#### 4.3. Definição do Token de IA

O Token de IA é a unidade de medição do consumo de processamento de inteligência artificial generativa pela solução.

**Definição:** 1 Token de IA = 1.000 tokens brutos processados por modelos de linguagem (LLM) no AI Gateway da solução.

##### **Justificativa da unidade:**

- d) **Padrão de mercado:** Os principais provedores de IA generativa precificam por token. A adoção de token como base de medição é padrão consolidado da indústria, não métrica proprietária.
- e) **Abstração multi-modelo:** O Token de IA é agnóstico de modelo — abrange qualquer modelo roteado pelo Gateway, permitindo otimização de custo sem alteração contratual.
- f) **Mensurabilidade objetiva:** O consumo de tokens é registrado automaticamente pelo Gateway com granularidade de requisição, permitindo auditoria completa.



g) **Transparência para a Administração:** O cidadão e o gestor público não precisam entender tokens — precisam de resultados. O Token de IA é o “odômetro” que permite à fiscalização verificar o consumo real vs. contratado, sem necessidade de entender a tecnologia subjacente.

h) **Independência de fornecedor:** Ao contrário de métricas vinculadas a provedor específico (ex.: “créditos ChatGPT”, “unidades Copilot”), o Token de IA é portátil — qualquer solução baseada em LLM consegue medir tokens brutos.

#### **4.4. Exclusão de Consumo Interno**

Os tokens consumidos internamente pela CONTRATADA no exercício das atividades de Fábrica de Software (Item 01) — tais como apoio a desenvolvimento, revisão de código assistida por IA, testes automatizados, geração de documentação técnica — são absorvidos no custo da UST e não são contabilizados como Token de IA (Item 03) para fins de faturamento.

Somente são mensurados e faturados como Token de IA os tokens consumidos em interações com o cidadão/usuário ou com servidores da Prefeitura no exercício de funções públicas, registrados pelo Gateway com identificação do solicitante.

#### **4.5. Canais de Atendimento, Comunicação e Autosserviço**

A solução deverá ter capacidade de: a) operar o WhatsApp Business API como canal primário de relacionamento; b) utilizar recursos avançados do canal WhatsApp para interfaces interativas complexas; c) operar canais complementares omnichannel (webchat, e-mail, SMS, RCS); d) orquestrar interações entre canais com rastreabilidade ponta a ponta; e) desenvolver e operar superapps conectados ao ecossistema agêntico (PWA, apps nativos); f) integrar WhatsApp com capacidades de atendimento por voz quando aplicável; g) manter consistência operacional e de governança entre interfaces.

##### **4.5.1. Definição de Interação**





Para fins deste Termo de Referência e de mensuração de volumes, indicadores e níveis de serviço, define-se:

**Interação:** sessão de atendimento de 24 (vinte e quatro) horas de troca de mensagens com um único usuário, contada a partir da primeira mensagem recebida ou enviada. Todas as mensagens trocadas dentro dessa janela temporal com o mesmo usuário constituem uma única interação.

Esta definição alinha-se com a janela de atendimento de 24 horas da WhatsApp Business API (canal primário), na qual mensagens de serviço são gratuitas. A adoção desta métrica permite mensuração objetiva e auditável de volumes, alinha custos de canal com unidade de medição contratual, evita distorções por contagem de mensagens individuais e facilita comparação entre canais e períodos.

Exemplo: um cidadão que envia 30 mensagens ao longo de uma tarde = 1 interação. O mesmo cidadão que retorna no dia seguinte = 2 interações.

#### **4.5.2. Justificativa para Adoção do WhatsApp Business API como Canal Primário**

A escolha do WhatsApp Business API como canal primário na implantação inicial fundamenta-se em critérios objetivos de capilaridade, inclusão digital e economicidade:

a) **Capilaridade e penetração:** O WhatsApp é o aplicativo de mensageria instantânea de maior penetração no Brasil. Em Fortaleza, a familiaridade da população com o aplicativo é transversal a todas as faixas etárias e socioeconômicas, eliminando barreiras de adoção e treinamento do usuário final.

b) **Inclusão digital e público prioritário:** O principal público-alvo dos serviços digitais municipais inclui cidadãos de baixa renda, para os quais o WhatsApp frequentemente constitui o único canal digital de uso cotidiano. Plataformas alternativas (Telegram, e-mail, portais web) apresentam penetração significativamente inferior nesse segmento, o que comprometeria o alcance e a efetividade da política pública. A adoção do canal de maior familiaridade reduz a exclusão digital e maximiza a adesão espontânea.



c) **Economicidade do modelo de atendimento reativo:** No modelo PMP vigente da Meta, mensagens de serviço iniciadas pelo cidadão dentro da janela de 24 horas são gratuitas. Como a maioria das interações em serviços públicos digitais é reativa (cidadão procura o serviço), o custo efetivo de canal tende a ser substancialmente inferior ao de alternativas que cobram por mensagem enviada ou recebida.

d) **Funcionalidades nativas avançadas:** O WhatsApp Business API oferece recursos interativos nativos (listas, botões, formulários, fluxos estruturados) que habilitam jornadas digitais complexas sem necessidade de redirecionamento a aplicativos ou portais externos, preservando a experiência do usuário no canal de sua preferência.

#### **4.5.3. Destinação por Público-Alvo e Estratégia de Otimização de Custos**

O canal WhatsApp Business API destina-se exclusivamente à comunicação com cidadãos e usuários externos dos serviços públicos municipais. A comunicação interna entre servidores da Prefeitura e a CONTRATADA, bem como ferramentas de produtividade e colaboração de uso interno, não utilizarão o canal WhatsApp, podendo empregar canais gratuitos ou de menor custo (Telegram, canais corporativos internos, e-mail ou equivalentes).

Para cenários de comunicação ativa em larga escala — tais como campanhas de vacinação em massa, alertas de defesa civil, situações de pandemia ou emergência sanitária — nos quais os volumes de mensagens excedam os limiares ordinários de operação, a CONTRATADA deverá empregar estratégia multicanal que priorize canais de menor custo unitário (SMS, RCS, notificações push, e-mail, Telegram ou equivalentes), reservando o WhatsApp para públicos ou situações em que a entrega efetiva dependa desse canal específico.

A CONTRATADA apresentará, no Plano de Implantação, política de roteamento de mensagens ativas que demonstre a lógica de seleção de canal por cenário, com critérios documentados de custo-efetividade, alcance e criticidade.



#### **4.6. Jornadas Digitais, Interfaces e Experiência do Usuário**

A solução deverá ter capacidade de: a) construir, gerir e executar jornadas digitais interativas; b) disponibilizar editores visuais para criação e manutenção de jornadas, incluindo criação assistida por IA; c) garantir acessibilidade e multimodalidade.

#### **4.7. Orquestração de Inteligência Artificial e Agentes**

A solução deverá ter capacidade de: a) orquestrar componentes de IA, incluindo agentes especializados; b) coordenar agentes entre si por mecanismos de comunicação estruturada; c) acionar sistemas e serviços como ferramentas dos agentes; d) registrar decisões e ações com rastreabilidade completa.

#### **4.8. Pipelines de Conhecimento e Recuperação de Informação (RAG)**

A solução deverá ter capacidade de: a) construir e operar pipelines de recuperação de conhecimento com curadoria e governança; b) registrar fontes e evidências utilizadas; c) aplicar mecanismos de validação e filtragem de conteúdo.

#### **4.9. Integrações e Automação de Processos**

A solução deverá ter capacidade de: a) integrar-se a sistemas internos e externos por APIs e webhooks; b) executar automação robótica sobre legado quando não houver APIs; c) orquestrar processos híbridos (humano + IA + sistemas).

#### **4.10. Comunicação Ativa, Segmentação e Engajamento**

A solução deverá ter capacidade de: a) realizar comunicação ativa (broadcast) com públicos segmentados; b) utilizar templates homologados conforme regras do canal; c) gerir opt-in/opt-out com trilhas auditáveis.

##### **4.10.1. Modelo de Mensageria — Per-Message Pricing (PMP)**

O canal primário (WhatsApp Business API) opera sob modelo de cobrança Per-Message Pricing (PMP) da Meta, cujas condições comerciais podem variar ao longo da vigência contratual. As mensagens são classificadas em categorias definidas pelo provedor de



canal (Service, Utility, Authentication, Marketing), cada qual com estrutura de custos própria.

No modelo de atendimento digital público, a maioria das interações é iniciada pelo cidadão, enquadrando-se em categorias de menor custo ou gratuitas. A separação do Item 02 (Mensageria) como item próprio justifica-se pela existência de estrutura de custos específica, vinculada a provedor de canal, distinta da natureza de trabalho técnico (Item 01) e de processamento computacional de IA (Item 03).

A CONTRATADA deverá considerar na sua proposta o modelo de precificação vigente do provedor e demonstrar estratégia de otimização de custos, maximizando categorias de menor custo.

#### **4.11. Segurança, Autenticação, Governança, Transparência e Auditoria**

A solução deverá ter capacidade de: a) implementar mecanismos de segurança da informação e proteção de dados; b) implementar autenticação forte e controles granulares de acesso; c) gerir consentimento e base legal conforme LGPD; d) manter auditabilidade ponta a ponta.

#### **4.12. Disponibilidade, Escalabilidade, Resiliência e Continuidade**

A Plataforma de Serviços Digitais e IA operará em regime ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, ressalvadas as janelas de manutenção programada, observando o modelo operacional híbrido descrito a seguir:

- a) **Atendimento automatizado (IA) — 24x7:** O sistema de atendimento automatizado por inteligência artificial operará de forma ininterrupta para todos os serviços, com guias de atendimento avançadas pré-configuradas para maximizar a resolução autônoma;
- b) **Transbordo humano — serviços críticos — 24x7:** Para serviços classificados como críticos pela CONTRATANTE (lista definida conjuntamente na fase de implantação), o



transbordo para atendimento humano estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

c) **Transbordo humano — demais serviços — horário comercial:** Para os demais serviços, o transbordo para atendimento humano estará disponível de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, excluídos feriados nacionais e municipais. Fora desse horário, o sistema automatizado registrará a demanda, gerará protocolo de atendimento e agendará retorno;

d) **NOC (Centro de Operações de Rede) — 24x7:** O monitoramento de disponibilidade, desempenho e incidentes técnicos da plataforma operará em regime ininterrupto.

A solução deverá ter capacidade de: a) operar com alta disponibilidade e escalabilidade;

b) manter arquitetura resiliente com redundância; c) instituir continuidade operacional com estratégias de recuperação.

#### **4.13. Observabilidade, Monitoramento Ativo e Intervenção**

A solução deverá ter capacidade de: a) manter observabilidade ponta a ponta; b) implementar pipelines de monitoramento de falhas; c) permitir intervenção operacional sob governança; d) disponibilizar dashboards e alertas em tempo real.

#### **4.14. Soberania, Portabilidade e Estratégia de Saída**

A infraestrutura de armazenamento de dados pessoais e dados operacionais da CONTRATANTE deverá estar localizada em território nacional. O processamento transiente por APIs externas (modelos de IA, serviços de canal) é admitido desde que não implique armazenamento persistente de dados pessoais fora do território nacional. A solução deverá ter capacidade de: a) operar em arquitetura compatível com requisitos soberanos; b) garantir portabilidade integral de dados; c) assegurar continuidade do canal primário ao término do contrato; d) disponibilizar plano de transição documentado.

#### **4.15. Serviços Contínuos e Evolução**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Integram o escopo, de forma permanente: curadoria tecnológica; desenvolvimento contínuo de software, integrações e automações; segurança, privacidade e governança; auditoria técnica e algorítmica; qualidade e pesquisa com usuários; capacitação.

#### **4.16. Delimitação do Escopo**

Não integram o escopo, salvo pactuação expressa: a) fornecimento de hardware ou infraestrutura física; b) desenvolvimento de sistemas não relacionados ao ecossistema da Plataforma de Serviços Digitais; c) operação presencial de atendimento ao cidadão.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **5.1. Requisitos Gerais:**

- a) Capacidade de criação de plataforma de atendimento digital multicanal (WhatsApp Business API como canal primário, portal web e canais complementares);
- b) Orquestração de IA generativa multi-modelo com contingência e auditabilidade;
- c) Fábrica de Software com métricas de UST homologáveis;
- d) Governança de dados conforme LGPD, incluindo protocolo de anonimização/pseudonimização de dados pessoais antes do processamento por modelos de IA (Art. 46 e Art. 12, Lei nº 13.709/2018);
- e) Observabilidade ponta a ponta (logs, métricas, tracing), com classificação de processamento como nacional ou internacional;
- f) Transbordo humano com contexto integral;
- g) Portabilidade e estratégia de saída documentadas;
- h) Divisão clara de responsabilidades entre infraestrutura da contratante (sistemas legados, datacenter próprio) e infraestrutura da contratada (plataforma digital, IA, mensageria), com exclusão de indisponibilidades da contratante no cálculo de SLAs.

#### **5.2. Requisitos Funcionais:**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Os requisitos funcionais abrangem as capacidades de WhatsApp e canais, integração, inteligência artificial, automação, segurança, conformidade, observabilidade e demais dimensões especificadas no instrumento convocatório.

Incluem adicionalmente:

#### **5.2.1. Mensuração de Interações**

Contabilizar interações conforme definição da seção 3.2.1 (sessão de 24 horas com usuário único), com painel de acompanhamento em tempo real e relatórios exportáveis.

#### **5.2.2. Mensuração de Consumo de Tokens**

Contabilizar consumo de Token de IA por caso de uso, por período e por órgão/secretaria consumidora, com painel de acompanhamento e relatórios auditáveis. Para fins de contabilização e faturamento, são considerados exclusivamente os tokens consumidos pelos usuários da Administração (servidores e cidadãos). O consumo interno da CONTRATADA para execução do Item 01 (Fábrica de Software) não integra a base de medição do Item 03.

#### **5.2.3. Portal de Observabilidade e Gestão de Consumo**

A CONTRATADA deverá disponibilizar portal web de observabilidade, acessível ao gestor e fiscais do contrato, com as seguintes funcionalidades mínimas:

- a) Dashboard em tempo real com indicadores de consumo por item (USTs executadas, mensagens enviadas/recebidas, tokens consumidos), por período e por órgão/secretaria;
- b) Distribuição percentual do tráfego de IA entre categorias de modelo, conforme classificação adotada pela CONTRATADA em sua arquitetura de orquestração, atualizada diariamente;
- c) Alertas automáticos de consumo ao atingir 80% e 95% do volume contratado por item, enviados ao gestor do contrato;





- d) Projeção de tendência de consumo com base nos últimos 90 dias, com estimativa de data de esgotamento do volume contratado;
- e) Logs detalhados do gateway de IA com timestamp, modelo utilizado, tokens de entrada/saída, latência e status, disponíveis para auditoria;
- f) Relatório gerencial mensal consolidado, exportável em formatos abertos (CSV, JSON, PDF);
- g) Classificação do processamento de cada requisição de IA como “processamento nacional” ou “processamento internacional” nos logs e no dashboard, permitindo verificação de conformidade com políticas de soberania de dados e auditoria pela CONTRATANTE.

### **5.3. Requisitos Não Funcionais:**

Os requisitos não funcionais abrangem desempenho, escalabilidade, segurança, disponibilidade, acessibilidade, conformidade, transparência e demais dimensões especificadas no instrumento convocatório.

#### **5.3.1. Transparência**

Permitir a visualização de diagramas de arquitetura da aplicação quando necessário.

#### **5.3.2. Inspeção de código-fonte**

Permitir a inspeção técnica do código-fonte da aplicação quando necessário, mediante procedimento controlado que assegure a proteção da propriedade intelectual da CONTRATADA. A inspeção deverá observar: a) Formalização prévia mediante Acordo de Não Divulgação (NDA) específico; b) Acesso em ambiente controlado, sem cópia integral do repositório; c) Escopo de inspeção definido (módulos específicos, não a totalidade do código); d) Registro auditável da inspeção (data, escopo, inspetores, achados); e) Prazo máximo para disponibilização do acesso após solicitação formal.



## 6. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO

A implantação deverá observar abordagem incremental, orientada a evidências, com entregas verificáveis. As fases a seguir aplicam-se ao sistema integrado (Plataforma de Serviços Digitais e IA + Fábrica de Software), com consumo de USTs iniciando na Fase 2 (construção de jornadas), consumo de Tokens de IA iniciando na Fase 3 (piloto), e Mensageria iniciando na Fase 3 (quando o canal for ao ar).

### **Fase 1 — Planejamento, Governança e Preparação de Ambientes (até 15 dias após a ordem de serviço inicial)**

Plano de trabalho, ambientes segregados, canal inicial configurado, observabilidade mínima habilitada.

### **Fase 2 — Construção de Jornadas, Integrações e Controles de Risco (até 90 dias após conclusão da Fase 1)**

Jornadas priorizadas, integrações via APIs/webhooks, transbordo humano, guardas, painéis mínimos. A conclusão da Fase 2 será atestada mediante entrega e aceite de no mínimo 3 (três) jornadas digitais integradas.

### **Fase 3 — Piloto Operacional Controlado (até 60 dias após conclusão da Fase 2)**

Operação de 1 jornada crítica em piloto, monitoramento intensivo, validação de contingência, relatório com evidências, plano de expansão.

### **Fase 4 — Operação Assistida, Escalonamento e Melhoria Contínua (vigência integral do contrato, a partir da conclusão da Fase 3)**

Escalar progressivamente volume, jornadas e integrações com governança de mudanças. Manter operação assistida, avaliação contínua, capacitação e suporte a auditorias.

## 7. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, CÓDIGO-FONTE E DIREITOS SOBRE DADOS



Em cumprimento ao Art. 93 da Lei nº 14.133/2021, o código-fonte e os artefatos de software desenvolvidos sob demanda no âmbito do Item 01 (Fábrica de Software) serão cedidos integralmente à CONTRATANTE, nos termos do item 7.1.

Os componentes de Mensageria Digital (Item 02) e Inteligência Artificial (Item 03) operam mediante integração com plataformas, APIs e modelos de propriedade de terceiros, cujos direitos de propriedade intelectual são regidos por instrumentos próprios entre a CONTRATADA e os respectivos fornecedores, não sendo transferíveis à CONTRATANTE pela natureza do fornecimento. Ficam assegurados à CONTRATANTE os direitos de acesso, uso, auditoria e portabilidade dos dados e resultados gerados pela operação, nos termos dos itens 7.2 e 7.6

#### **7.1. Código-Fonte e Artefatos Desenvolvidos sob Demanda**

O código-fonte, a documentação técnica, os scripts, os artefatos de configuração e demais produtos de software desenvolvidos sob demanda pela CONTRATADA no âmbito do Item 01 (UST — Fábrica de Software) são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, nos termos do Art. 93 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 4º da Lei nº 9.609/1998, devendo a CONTRATADA ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos. A entrega será feita em repositório de código acessível à CONTRATANTE, com histórico de versionamento e documentação técnica suficiente para manutenção e evolução por terceiros, ao longo de toda a vigência contratual.

Incluem-se nesta categoria:

- a) Sistemas, módulos e funcionalidades desenvolvidos sob demanda específica da CONTRATANTE mediante ordens de serviço;
- b) Customizações, parametrizações codificadas e regras de negócio implementadas em software;
- c) Scripts de integração com sistemas próprios da CONTRATANTE;
- d) Documentação técnica associada (especificações, diagramas, manuais técnicos).

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



## **7.2. Dados e Conteúdos operacionais**

São de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, podendo ser por ela utilizados, compartilhados ou transferidos a qualquer tempo, independentemente da vigência contratual:

- e) Dados e conteúdos gerados pela operação contratual, incluindo registros de atendimento, logs de interação, dados cadastrais de cidadãos e metadados de uso;
- f) Bases de conhecimento e datasets constituídos com informações da CONTRATANTE, incluindo textos, fluxos de atendimento, perguntas frequentes e informações de serviço alimentadas ou validadas pela CONTRATANTE;
- g) Relatórios, dashboards, indicadores de desempenho e quaisquer análises produzidas a partir da operação contratual.

## **7.3. Disposição sobre Modelos de Inteligência Artificial**

Os pesos, parâmetros e configurações de modelos de inteligência artificial resultantes de processos de ajuste fino (fine-tuning) não constituem reprodução ou derivação dos dados de treinamento, nos termos do Art. 7º, VIII da Lei nº 9.610/1998. Os dados brutos utilizados no processo de fine-tuning permanecem propriedade da CONTRATANTE nos termos de 7.2, alíneas a) e b). Esta disposição não exime a CONTRATADA das obrigações de proteção de dados previstas em 7.7.

## **7.4. Natureza do Contrato**

O presente contrato é de prestação de serviços continuados (Art. 106, Lei nº 14.133/2021), no qual a Administração contrata resultados mensuráveis por indicadores de desempenho. A prestação dos serviços objeto deste contrato não impede a CONTRATADA de prestar serviços similares a outros entes públicos ou privados, desde que observadas as obrigações de proteção de dados e sigilo previstas neste instrumento.

## **7.5. Proteção contra Vazamento de Dados**



A CONTRATADA deverá assegurar, mediante medidas técnicas apropriadas, que a prestação de serviços a terceiros não permita a recuperação ou inferência de dados pessoais da CONTRATANTE ou de seus administrados.

#### **7.6. Exportação e Portabilidade**

A CONTRATADA deverá, a qualquer tempo durante a vigência contratual e por até 90 (noventa) dias após seu encerramento:

- h) Disponibilizar à CONTRATANTE a exportação integral dos dados previstos nos itens 7.1 e 7.2, em formato aberto, estruturado e interoperável (preferencialmente JSON, CSV ou XML);
- i) Entregar a totalidade do código-fonte previsto em 7.1, com documentação e histórico de versionamento, em repositório designado pela CONTRATANTE;
- j) Fornecer documentação técnica das integrações realizadas com sistemas da CONTRATANTE, em nível suficiente para que outro fornecedor possa estabelecer conectividade equivalente;
- k) Prestar suporte técnico de transição à CONTRATANTE ou a novo fornecedor por ela designado, pelo período de até 90 (noventa) dias após o encerramento contratual. O prazo previsto nesta alínea poderá ser prorrogado por até 90 (noventa) dias adicionais, mediante justificativa fundamentada da CONTRATANTE.

#### **7.7. Proteção de Dados**

O tratamento de dados pessoais observará integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), cabendo à CONTRATADA o papel de operadora e à CONTRATANTE o papel de controladora dos dados pessoais de cidadãos processados pela plataforma.

### **8. SUSTENTABILIDADE**

Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 3º, V, da Lei Federal nº 14.133/2021), embora o objeto da contratação seja predominantemente



digital e de natureza intelectual, a Contratada deverá incorporar critérios e boas práticas de sustentabilidade em todos os níveis da prestação do serviço.

#### **8.1. Requisitos de Sustentabilidade Aplicáveis à Prestação dos Serviços**

A Contratada deverá cumprir os seguintes requisitos, que serão veiculados como obrigações contratuais:

##### **a) Eficiência Energética e Redução do Consumo de Recursos:**

- Minimizar o consumo de recursos computacionais durante o desenvolvimento e a operação dos sistemas.
- Priorizar o uso de ambientes em nuvem otimizados e escaláveis, e aplicar boas práticas de "Green IT" para garantir a eficiência energética, especialmente no processamento de modelos de Inteligência Artificial (IA) e MLOps.

##### **b) Uso Responsável de Dados:**

- Promover o uso responsável de dados, evitando o processamento desnecessário ou excessivo, e garantindo a minimização de dados, em alinhamento com a LGPD e a sustentabilidade digital.

##### **c) Padrões de Desenvolvimento Sustentável e Reutilização:**

- Priorizar a criação de soluções interoperáveis e reutilizáveis, evitando retrabalho e desperdício de esforço técnico e computacional.
- Adotar padrões de desenvolvimento que facilitem a evolução contínua dos sistemas, reduzindo a criação de débito técnico.

##### **d) Gestão de Resíduos (Digitais e Físicos):**

- Implementar a política de escritório sem papel (*paperless*), priorizando o armazenamento e a comunicação digital de todos os artefatos de software e documentações.
- Garantir o descarte adequado de artefatos digitais temporários (logs, bases intermediárias, conjuntos de dados gerados para modelos de IA).



- Comprovar que o descarte de resíduos eletrônicos (lixo eletrônico) gerados pela equipe (*staff*) da Contratada é realizado em conformidade com a legislação ambiental vigente, por meio de logística reversa ou doação para cooperativas de reciclagem.

## 9. DA GARANTIA CONTRATUAL

**9.1.** A contratação deverá contar com prestação de garantia, nos moldes do art. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. A mesma deverá ser prestada após assinatura do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, ressalvado o disposto no § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a adjudicatária terá o prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para sua apresentação, cuja validade deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a contratação não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme art. 96 e 97 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**9.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, mediante a utilização do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**9.6.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**9.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**9.7.1.** Prejuízos e indenizações advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**9.7.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

**9.7.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber; e,

**9.7.4.** Verbas rescisórias inadimplidas.

**9.8.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 9.7**, observada a legislação que rege a matéria.

**9.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**9.10.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**9.11.** No caso de alteração do valor do contrato, e/ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada e/ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



**9.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**9.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**9.13.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**9.13.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**9.14.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**9.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**9.16.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste termo e no contrato.

## **10. A SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1.** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto da presente licitação pela licitante Contratada, devendo a execução ser realizada integralmente pela adjudicatária, em conformidade com a prerrogativa estabelecida no § 2º do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.



**10.2.** A vedação decorre da natureza integrada do objeto, que exige governança unificada, responsabilidade técnica indivisível e gestão cruzada de SLAs entre todos os componentes da solução. A contratada responde integralmente pela execução de todos os itens, sem transferência de parcelas do objeto a terceiros.

**10.3.** Insumos de Mercado (não configuram subcontratação). Não se caracteriza como subcontratação a aquisição pela CONTRATADA de insumos de mercado necessários à prestação do serviço. São insumos de mercado, entre outros:

- a) Serviços de infraestrutura de nuvem (IaaS/PaaS);
- b) Licenças de software;
- c) APIs de modelos de linguagem (LLM) de provedores nacionais ou internacionais;
- d) Serviços de canal de mensageria (BSP — Business Solution Provider) ou acesso direto à Meta Cloud API;
- e) Certificação digital;
- f) Serviços de CDN e conectividade;
- g) Demais componentes que integrem a cadeia de fornecimento como insumos operacionais.

**10.4.** O fornecedor de insumo de mercado não executa parcela do objeto perante a Administração — a CONTRATADA adquire e opera o insumo em nome próprio, como parte de sua operação. A CONTRATADA permanece como única responsável perante a CONTRATANTE pela execução integral do objeto, incluindo os resultados obtidos a partir de insumos de terceiros.

## **11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **11.1. MÉTODOS E ESTRATÉGIA DA EXECUÇÃO**

**11.1.1.** O objeto será executado na medida das disponibilidades dos recursos financeiros e mediante autorização, durante a vigência da Ata decorrente da licitação.



**11.1.2.** As condições de execução e os parâmetros de aceitabilidade do objeto, descritos neste Termo de Referência, estabelecem de forma objetiva e pormenorizada as características e especificações do objeto licitado.

**11.1.3.** A partir da assinatura do contrato, será expedida Ordem de Serviço à CONTRATADA.

**11.1.4. A execução dos serviços do item 1 - Fábrica de Software será da seguinte forma:**

**11.1.4.1.** Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato, fiscais do contrato e Preposto da Contratada.

**11.1.4.2.** Os serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA após a emissão de Ordem de Serviço.

**11.1.4.3.** O fluxo está definido na Tabela 1: Fluxo da execução dos serviços.

Tabela 1: Fluxo da execução dos serviços - UST			
Sequência	Responsável	Ação	Prazo
1	CONTRATANTE	1.1. Cria e especifica o Termo de Solicitação de Serviços – TSS, informando os requisitos desejados. 1.2. Envia o TSS para CONTRATADA.	Não se aplica
2	CONTRATADA	2.1. Recebe o TSS. 2.2. Realiza análise técnica para elaboração de Proposta Técnica. 2.3. Elabora e envia uma Proposta Técnica para a CONTRATANTE, indicando o	5 dias úteis após o recebimento do TSS



		<p>cronograma e a quantidade de UST's que serão consumidas, conforme ANEXO D, com o prazo para execução.</p> <p>2.4. O prazo deve ser definido em dias úteis e não pode ultrapassar a razão (Total de Horas estimadas / 8).</p>	
3	CONTRATANTE	<p>3.1. Avalia a proposta.</p> <p>3.2. Caso seja aceita, emite a Ordem de Serviços – O.S.</p> <p>3.3. Se houver necessidade de ajustes, retorna à ação 2.3.</p> <p>3.4. Se cancelada, o processo será encerrado.</p>	5 dias úteis após o recebimento da proposta
4	CONTRATADA	<p>4.1. Executa a O.S respeitando todas as características técnicas citadas neste documento.</p> <p>4.2. Entrega formalmente ao CONTRATANTE os serviços previstos na O.S com um relatório detalhado, contendo as datas do início e final, dos serviços realizados e o quantitativo de UST's utilizadas.</p>	De acordo com a proposta.
5	CONTRATANTE	<p>5.1. Recebe os serviços e emite o Termo de Recebimento Provisório (TRP), conforme estabelecido no Edital.</p> <p>5.2. Avalia os serviços entregues e, se houver necessidade de ajustes, retorna à ação 4.1.</p>	10 dias úteis

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



		5.3. Emite o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), conforme estabelecido no Edital.	
--	--	--	--

**11.1.4.4.** A CONTRATANTE reserva-se o direito de utilizar seu próprio sistema para abertura de Ordem de Serviço. Nesta situação, a CONTRATADA obriga-se a utilizar este sistema quando determinado pelo CONTRATANTE.

**11.1.4.5.** Não será realizado o pagamento de nenhum serviço ou material prestado ou utilizado pela CONTRATADA que não tenha sido autorizado em Ordem de Serviço emitido pela CONTRATANTE.

**11.1.4.6.** A CONTRATADA deverá enviar a Proposta Técnica, conforme a sequência nº 2 da TABELA 1, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio da Ordem de Serviço, se por e-mail.

**11.1.4.7.** A CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação do prazo do subitem anterior por uma única vez, por igual período, a qual somente será autorizada pela CONTRATANTE, caso justifique-se por elevados nível de dificuldade e/ou quantidade de serviços a serem analisados.

**11.1.4.8.** Caso haja necessidade de mudanças no escopo dos serviços, a Contratante enviará um novo TSS e a empresa deverá fazer os ajustes necessários na proposta, conforme o Fluxo da execução dos serviços.

**11.1.4.9.** A solicitação de prorrogação que versa o subitem **11.1.4.8**, deverá ser realizada até o final do prazo do subitem **11.1.4.7**, devendo a CONTRATADA enviar seu pedido no horário do expediente, ou seja, de 8h às 17h, devendo esse prazo ser respeitado como condição de validade de admissibilidade do pedido.

**11.1.4.10.** Em face do recebimento da execução da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE entregará Termo de Recebimento Provisório (TRP) assinado à CONTRATADA.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**11.1.5. Os serviços referentes aos Itens 02 (Mensageria Digital) e 03 (Inteligência Artificial)** serão executados sob regime de consumo, com apuração mensal baseada em relatórios detalhados apresentados pela CONTRATADA e validados pela CONTRATANTE, contemplando, respectivamente, o volume de mensagens efetivamente processadas (enviadas e/ou recebidas) e a quantidade de tokens utilizados nas requisições aos modelos de inteligência artificial (incluindo entrada e saída de dados); tais relatórios deverão conter informações suficientes para rastreabilidade, auditoria e controle, incluindo período de referência, quantitativos consumidos, detalhamento por tipo de uso e identificação dos serviços associados, sendo condição indispensável para ateste e pagamento a conformidade dos registros com os parâmetros contratuais, observando-se ainda os requisitos de disponibilidade, integridade das informações e aderência à legislação vigente, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais.

## **11.2. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

### **11.2.1. Quanto à Entrega:**

**11.2.1.1.** Os objetos contratuais deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, na sede da **Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG**, junto à **COORDENADORIA DE GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (COGECT)**, ou em outro endereço indicado pela CONTRATANTE em Ordem de Serviço (OS);

**11.2.1.2.** O prazo de entrega do serviço a ser adquirido/contratado pelos Órgãos Participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços) será de até **30 (trinta) dias**, contados da data emissão da Ordem de Serviço.

**11.2.1.3.** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega/execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.





**11.2.1.4.** A responsabilidade administrativa pelo recebimento do serviço tal qual estipulado no Edital será exclusiva do(a) servidor/Comissão de Fiscalização designada pelo órgão participante, encarregada de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento dos objetos da Ata, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.

**11.2.1.5.** O objeto constante neste Termo de Referência, deverá ser entregue rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no mesmo, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

**11.2.1.6.** A CONTRATANTE designará um servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da entrega e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços, neste Termo de Referência e seus anexos. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, o mesmo será rejeitado.

**11.2.2. Quanto ao recebimento:**

**11.2.2.1. PROVISORIAMENTE,** até 5 (cinco) dias da entrega do objeto contratual, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo (s) fiscal (is) do contrato.

**11.2.2.2. DEFINITIVAMENTE,** até 10 (dez) dias da entrega do objeto contratual, após a verificação da disponibilização e da implementação da solução e/ou execução de serviços, na qualidade e nas quantidades do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do contrato.



**11.2.2.3.** A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o termo de recebimento definitivo somente poderá ser emitido após a referida correção

**11.2.2.4.** O recebimento do objeto, em caráter provisório ou definitivo, será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 12h e de 13h às 17h.

**11.2.2.5.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**11.2.2.6.** A rejeição do objeto por estar em desacordo com as especificações, que vier a ocorrer, não justificará possível atraso no prazo de entrega fixado, sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO**

### **12.1. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.1.** Estrutura e Fiscalização: O acompanhamento e a gestão do contrato serão realizados pela Comissão de Recebimento e Fiscalização, formalmente designada. A fiscalização se estenderá sobre todos os aspectos do contrato, devendo verificar o cumprimento dos padrões técnicos (DevSecOps), a Governança de IA, os ritos das metodologias ágeis (Scrum/Kanban) e a aderência aos indicadores de Nível de Serviço (SLAs/SLOs) definidos no Anexo B.

**12.1.2.** Execução por Demanda: A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente mediante a emissão formal de Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE.

**12.1.3.** Fluxo de Atendimento: O processo de execução seguirá o Fluxo da execução dos serviços estabelecido na **Tabela 1 do tópico 11** deste Termo de Referência, que compreende:

- Criação e especificação do Termo de Solicitação de Serviços (TSS) pela CONTRATANTE.



- Análise técnica e elaboração da Proposta Técnica pela CONTRATADA, indicando o cronograma e a quantidade de USTs a serem consumidas.
- Emissão da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, após aceite da Proposta Técnica.
- Execução da OS, seguida da entrega formal dos serviços e de Relatório Detalhado (contendo início, fim e USTs utilizadas).

**12.1.4. Responsabilidade:** A fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade integral da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou inexecução técnica.

## **12.2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.2.1.** A medição dos serviços será realizada por Unidade de Serviço Técnico (UST), conforme as seguintes regras:

**12.2.1.1.** Unidade de Medida: O esforço técnico de desenvolvimento, sustentação, modernização e Inteligência Artificial será medido em UST. A UST representa a unidade de esforço padronizada para remuneração do serviço.

**12.2.1.2.** Catálogo de Serviços: O valor em UST de cada atividade ou entrega (ex: desenvolvimento de novo módulo, integração complexa, entrega avançada de IA) está previamente definido no Catálogo de Serviços (detalhado no Anexo A). Este Catálogo define de forma inequívoca o que é cada unidade e suas regras de mensuração, justificando o enquadramento em preço unitário (haja vista a variabilidade de volume e a padronização das unidades mensuráveis).

**12.2.1.3.** Aferição: A aferição do consumo de USTs será realizada em duas etapas:

- Estimativa: A Contratada estima a quantidade de USTs na Proposta Técnica enviada para cada TSS.
- Aceite e Medição: A medição definitiva será vinculada ao Termo de Recebimento Definitivo (TRD). Somente as USTs correspondentes aos serviços que atenderem integralmente aos requisitos de qualidade e critérios de aceite definidos no Catálogo,



nos SLAs e no TR, e que forem aceitos por meio do TRD, serão consideradas para fins de pagamento.

d) Remuneração por Resultado: O pagamento será baseado na quantidade de USTs efetivamente executadas, entregues e aceitas, conforme atestado no Termo de Recebimento Definitivo. Não haverá remuneração por serviços de vistoria e elaboração da Proposta Técnica.

e) Vedação de Alteração de Regime: Fica vedada a mudança de regime de execução (Empreitada por Preço Unitário para outro), após a celebração do contrato, salvo fato superveniente que altere substancialmente as premissas do planejamento, mediante motivação técnica e jurídica.

**12.2.1.4.** Natureza da UST como Métrica de Resultado: A UST constitui unidade de mensuração de resultado, nos termos da Súmula 269 do TCU. O pagamento é devido pela entrega aceita, não pelo tempo de execução. A Contratada é livre para organizar sua equipe da forma mais eficiente, assumindo integralmente o risco de produtividade. A memória de cálculo do Anexo D representa metodologia de dimensionamento, não forma de medição.

### **12.3. PAGAMENTO**

**12.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no BANCO SANTANDER S/A, em atendimento ao disposto na Cláusula 2.1.1 do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco Santander S.A.

**12.3.2.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.



**12.3.3.** A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

**12.3.4.** Em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, a Contratada ficará sujeita a aplicação de penalidades previstas no item DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, eventual extinção contratual, bem como poderá ser exigida uma garantia adicional para a execução do contrato.

**12.3.5.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

**12.3.6.** Os pagamentos serão precedidos da análise da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente do Órgão contratante, e dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**12.3.7.** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

**12.4.** A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, pro rata, desde a data final do período do adimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

**12.4.1.** O C.N.P.J. constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta.



### **13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.1.** Executar o objeto em conformidade com as condições do edital e seus anexos.

**13.1.2.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.1.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

**13.1.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

**13.1.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

**13.1.6.** Prestar, em até 8 (oito) horas, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**13.1.7.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.



**13.1.8.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

**13.1.9.** Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

**13.1.10.** Discriminar na nota fiscal as especificações do serviço de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

**13.1.11.** Manter-se, durante todo o período de vigência do Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação do licitante vencedor sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone contato.

**13.1.12.** Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**13.1.13.** É de responsabilidade da CONTRATADA, estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que tratar-se da manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

**13.1.14.** Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos causados que eventual uso indevido, ou vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.





**13.1.15.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATADA se obriga a dar ciência prévia à CONTRATANTE quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

**13.1.16.** Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**13.1.17.** A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**13.1.18.** A CONTRATADA substituirá, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer equipamento que venha a ser avariado em decorrência de acidente, intempéries climáticas, vandalismo, descarga elétrica proveniente de raios e trovões, ventanias, inundações, desabamentos ou outros desastres naturais, observando-se que poderão ser substituídos até 5% (cinco por cento) do total de cada item durante a vigência contratual. Caso este percentual seja ultrapassado, a CONTRATANTE ficará responsável pelo pagamento do valor de cada equipamento que exceder, correspondente ao valor anual do item contratado, a título de reposição definitiva do bem.

**13.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



## **13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.2.1.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA, através da emissão de Ordem de Serviço, após emissão de empenho.

**13.2.2.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

**13.2.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

**13.2.4.** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

**13.2.5.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

**13.2.6.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

**13.2.7.** A CONTRATANTE observará, no que couber, as regras previstas para tratamento de dados postas na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

## **13.3. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**13.3.1.** O fiscal ou a comissão de fiscalização, escolhida pela CONTRATANTE, será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, competindo-lhe dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto e de tudo dar ciência à Administração, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser informado e designado para este fim pela CONTRATANTE, quando da lavratura do instrumento contratual.



**13.3.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133/2021.

#### **13.4. DA FISCALIZAÇÃO**

**13.4.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento e Fiscalização, formada por meio da **Portaria nº 0246/2025**, publicada dia 22 de outubro de 2025, no Diário Oficial do Município – DOM, da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

**13.4.2.** Compete à FISCALIZAÇÃO, entre outras atribuições:

- I. Verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do contrato e das ordens complementares emanadas da CONTRATANTE, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas;
- II. Tomar as providências necessárias para que a CONTRATADA mantenha, durante todo o período de vigência do contrato, a validade da garantia contratual, quando houver;
- III. Resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos, não previstos nos contratos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacionar direta ou indiretamente com o objeto, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- IV. Propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica na utilização de materiais ou prestação de serviços;
- V. Analisar e dar parecer aprovando ou não o faturamento das parcelas do cronograma físico financeiro da execução do objeto para fins de empenho e pagamento;

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- VI. Emitir relatório operacional do andamento da entrega do material e/ou da realização dos serviços.
- VII. Elaborar, conjuntamente com o GESTOR, relatório conclusivo sobre a execução do contrato, devendo constar todas as ocorrências da execução.

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **14.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**14.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**14.1.2.** Considerando a busca pela eficiência na obtenção de propostas mais vantajosas, destaca-se que a utilização do pregão, especialmente em sua modalidade eletrônica é aplicada quando o objeto em questão pode ser claramente definido em termos de padrões de desempenho e qualidade, os quais podem ser objetivamente estabelecidos por meio de especificações comuns do mercado, além de oferecer uma ampla participação de empresas criando um ambiente propício para a apresentação de propostas mais competitivas, gerando benefícios substanciais para a administração pública.

**14.1.3.** Ademais, a opção pelo critério de menor preço é estrategicamente fundamentada, pois garante a transparência e objetividade no processo de seleção, aspectos relevantes para assegurar a integridade e a imparcialidade da licitação, uma vez que o objetivo principal é obter o produto ou serviço que melhor atenda às necessidades da administração pública, levando em conta a relação custo-benefício.

**14.1.4.** Por fim, é importante ressaltar que a modalidade de pregão e o critério de menor preço estão em total consonância com a Lei 14.133/21 e suas diretrizes, visando primordialmente promover a eficiência e a economicidade nos processos de



contratação pública, conferindo respaldo legal à escolha dessas modalidades para o presente processo licitatório.

## **15. REGIME DE EXECUÇÃO**

### **15.1. Regime de Execução Adotado**

**15.1.1.** O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

**15.1.2.** Conforme previsto no inciso XXVIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

### **15.2. Justificativa para o Enquadramento em Preço Unitário**

**15.2.1.** O enquadramento no regime de Empreitada por Preço Unitário justifica-se pela natureza contínua dos serviços com volume de demanda variável.

**15.2.1.1.** Variabilidade de Volume: A contratação é baseada em estimativas anuais de consumo, compreendendo 230.000 USTs, 8.100.000 mensagens e 12.650.000 tokens, sendo a execução realizada conforme a demanda efetiva da Administração. Tal característica evidencia a incerteza quanto às quantidades exatas a serem executadas ao longo da vigência contratual, tornando o regime de preço unitário o mais adequado, pois permite o pagamento apenas pelos quantitativos efetivamente consumidos.

**15.2.1.2.** Padronização das Unidades Mensuráveis: A aferição dos serviços será realizada por meio de unidades padronizadas e objetivamente mensuráveis, quais sejam: (i) Unidade de Serviço Técnico (UST), para os serviços de desenvolvimento e sustentação de software; (ii) mensagens efetivamente processadas, para os serviços de mensageria digital; e (iii) tokens consumidos, para os serviços de inteligência artificial. Cada unidade possui definição clara e regras de mensuração estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, permitindo a apuração precisa do objeto durante a execução contratual.



### **15.3. Medição e Obrigação de Execução**

**15.3.1. Obrigação de Execução:** A Contratada deverá executar exclusivamente os quantitativos efetivamente demandados pela Contratante, mediante Ordem de Serviço (OS), no caso dos serviços mensurados por UST, e mediante utilização efetiva dos serviços, no caso dos itens mensurados por consumo (mensagens e tokens).

**15.3.2. Medição e Pagamento:** O pagamento será realizado com base nas unidades efetivamente executadas e consumidas, devidamente registradas em relatórios de consumo e atestadas pela fiscalização do contrato, compreendendo: (i) USTs entregues e aceitas; (ii) volume de mensagens efetivamente processadas; e (iii) quantidade de tokens efetivamente utilizados nos serviços de inteligência artificial. A mensuração observará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, garantindo rastreabilidade, transparência e aderência aos quantitativos contratados.

### **15.4. Vedação de Alteração do Regime**

**15.4.1.** Fica vedada a mudança do regime de execução de Empreitada por Preço Unitário para qualquer outro regime após a celebração do contrato.

**15.4.2.** A alteração do regime de execução somente será admitida em hipótese de fato superveniente que altere substancialmente as premissas do planejamento, devendo tal mudança ser realizada mediante a devida motivação técnica e jurídica da Administração, conforme os preceitos do Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

## **16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**16.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação



da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**16.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**16.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **16.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**16.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**16.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive





aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**16.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) juntamente com o histórico do empregador;

**16.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**16.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**16.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**16.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais (Material) ou municipais (Serviço) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**16.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**16.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;



**16.3.2.** Será admitida a participação de licitantes em processo de recuperação judicial, desde que apresentem, na fase de habilitação, em complemento à certidão mencionada no item **16.3.1**:

- a) Cópia da petição inicial de recuperação judicial;
- b) Cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial;
- c) Cópia do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do cumprimento de todas as suas obrigações;
- d) Certidão do juízo competente que comprove que a empresa vem cumprindo o Plano de Recuperação Judicial;
- e) Demonstração, por meio da apresentação de seus balanços e demonstrativos financeiros, de que possui capacidade econômico-financeira para executar o objeto da presente licitação.

**16.3.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**16.3.4.** Os documentos exigidos no item **16.3.3** serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**16.3.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**16.3.6.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos com resultado igual ou superior a 1,0 (um inteiro), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) \geq 1,0$ ; II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}) \geq 1,0$ ; e III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}) \geq 1,0$ .



**16.3.7.** As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,0 (um inteiro) em qualquer dos índices acima poderão ser habilitadas mediante comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do Art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021.

**16.3.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, com devido CRC ativo, apresentada pelo fornecedor.

#### **16.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

##### **16.4.1. Fábrica de Software (Item 01)**

Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de desenvolvimento, sustentação ou evolução de software sob demanda (fábrica de software ou equivalente), com volume mínimo de 50.000 (cinquenta mil) USTs ou métrica equivalente em período de 12 (doze) meses, nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**Justificativa:** A exigência de comprovação de experiência em serviços de Fábrica de Software decorre da centralidade deste componente na solução contratada, responsável pelo desenvolvimento, sustentação e evolução contínua dos sistemas digitais que suportam serviços públicos essenciais do Município, incluindo áreas críticas como arrecadação, saúde e educação. Conforme descrito no Termo de Referência, trata-se do eixo estruturante da solução, responsável pela construção das jornadas digitais, integrações com sistemas legados e implementação das funcionalidades que viabilizam a operação da mensageria e da inteligência artificial.

Adicionalmente, o elevado volume estimado de execução (230.000 USTs/ano) evidencia a necessidade de capacidade operacional robusta, maturidade em processos de



desenvolvimento (incluindo metodologias ágeis, DevSecOps e gestão por demanda) e aptidão para atuar em ambiente de alta criticidade, com requisitos rigorosos de disponibilidade, segurança, integração e governança. Assim, a Fábrica de configura-se como item de alta relevância técnica no objeto, sendo imprescindível a comprovação prévia de experiência compatível para mitigar riscos de descontinuidade dos serviços públicos digitais, garantir a qualidade das entregas e assegurar a eficiência na execução contratual, em conformidade com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **16.4.2. Mensageria (Item 02)**

Atestado(s) de capacidade técnica ou documentação idônea comprovando a operação de plataforma de atendimento digital multicanal com tráfego mínimo de 2.000.000 (dois milhões) de mensagens em período de 12 (doze) meses.

**Justificativa:** A exigência de comprovação de experiência em operação de plataforma de mensageria digital multicanal decorre da natureza crítica deste componente para a prestação direta de serviços públicos ao cidadão, constituindo o principal canal de interação entre a Administração e a população. Conforme estabelecido no Termo de Referência, a solução contempla a utilização de mensageria instantânea, com destaque para o WhatsApp Business API como canal primário, associada a canais complementares, como webchat, SMS e e-mail, operando com alto volume de interações e exigindo orquestração, monitoramento e gestão contínua dos fluxos de comunicação.

O volume mínimo exigido de 2.000.000 (dois milhões) de mensagens em 12 meses está diretamente relacionado à escala operacional prevista para o ambiente do Município, que estima consumo anual superior a 8.100.000 mensagens, evidenciando a necessidade de comprovação de capacidade prévia em cenários de alta volumetria, com requisitos de disponibilidade, desempenho, rastreabilidade e governança de dados.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Ademais, a operação de mensageria envolve dependência de provedores externos, gestão de custos por canal no modelo PMP, garantia de entrega, tratamento de falhas e conformidade com regras específicas de cada plataforma, o que demanda expertise técnica e maturidade operacional.

Nesse contexto, a mensageria configura-se como item de alta relevância técnica no objeto, na medida em que impacta diretamente a experiência do usuário, a efetividade das políticas públicas digitais e a continuidade do atendimento ao cidadão. A exigência de atestados visa, portanto, mitigar riscos de indisponibilidade, falhas de comunicação em larga escala e ineficiência operacional, assegurando que o contratado possua capacidade comprovada para operar ambientes de missão crítica, em conformidade com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **16.4.3. Inteligência Artificial (Item 03)**

Para comprovação de experiência em operação de solução de Inteligência Artificial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove, de forma independente, cada um dos seguintes critérios (Art. 67, §2º, Lei nº 14.133/2021):

- a) Atestado(s) de capacidade técnica ou documentação idônea emitida por contratante(s) comprovando operação continuada e ininterrupta de solução de IA em ambiente de produção, com atendimento a usuários finais reais, por período mínimo de 12 (doze) meses — excluídos ambientes exclusivamente de teste, homologação, sandbox ou prova de conceito;
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, relatórios de uso ou documentação equivalente demonstrando processamento total não inferior a 600.000 (seiscentas mil) requisições a modelos de linguagem (LLM) em ambiente de produção, no período de 12 (doze) meses. A comprovação poderá ser realizada por meio de somatório de atestados distintos, nos termos da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União;

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



c) Declaração técnica acompanhada de evidência documental (documentação de API, logs de uso ou atestado) demonstrando operação com ao menos 2 (dois) modelos de linguagem distintos, próprios ou de terceiros, comprovando capacidade de orquestração multi-modelo.

**Independência dos critérios (§2º do Art. 67):** Cada critério (a, b, c) é aferido de forma independente e pode ser comprovado por atestados ou documentos distintos. A exigência de cumulatividade refere-se à obrigatoriedade de atender a todos os critérios, não à necessidade de comprová-los em um único documento ou contrato.

**Fundamentação da exigência de experiência com múltiplos modelos LLM (alínea c):** A exigência de operação com ao menos 2 (dois) modelos de linguagem distintos visa assegurar que o licitante domina técnicas de orquestração e roteamento inteligente de requisições, essenciais para a utilização econômica e eficiente dos recursos computacionais de inteligência artificial (Art. 5º, Lei nº 14.133/2021). A operação exclusiva com modelo único de alta complexidade para todas as requisições — incluindo tarefas triviais que poderiam ser resolvidas por modelos mais econômicos e igualmente eficazes — configura desperdício de recursos públicos. A capacidade de selecionar automaticamente o modelo adequado à complexidade de cada requisição é competência técnica essencial para a economicidade do objeto contratado.

**Justificativa:** A exigência de comprovação de experiência em soluções de Inteligência Artificial decorre da natureza estratégica e altamente especializada deste componente, responsável pela orquestração de modelos de linguagem, automação de processos, apoio à decisão e atendimento inteligente ao cidadão, conforme descrito no Termo de Referência. Trata-se de elemento essencial para viabilizar a eficiência operacional da solução integrada, impactando diretamente a qualidade do atendimento, a capacidade de processamento de demandas em larga escala e a geração de valor a partir de dados.



A definição de requisitos mínimos de experiência, incluindo operação em ambiente de produção, volume relevante de requisições e uso de múltiplos modelos, está diretamente associada à necessidade de garantir que o contratado possua maturidade técnica para atuar em ambiente de missão crítica, com elevada volumetria e requisitos rigorosos de desempenho, segurança, governança e rastreabilidade. A exigência de operação com múltiplos modelos de linguagem visa assegurar a capacidade de orquestração e roteamento inteligente de requisições, permitindo a seleção do modelo mais adequado à complexidade de cada demanda, o que contribui para a economicidade, eficiência e uso racional de recursos computacionais, em consonância com os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial configura-se como item de alta relevância técnica no objeto, sendo indispensável para a execução adequada da solução contratada. A exigência de comprovação prévia de experiência visa mitigar riscos de ineficiência operacional, uso inadequado de recursos, falhas na automação de processos e degradação da qualidade do atendimento digital, assegurando a seleção de fornecedor com capacidade comprovada para operar soluções complexas em ambiente produtivo, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **16.4.4. Certificações**

A licitante deverá apresentar certificações vigentes em:

a) **ISO/IEC 27001:2022** (Segurança da Informação): A licitante deverá comprovar a posse de certificação ISO/IEC 27001:2022 – Sistema de Gestão da Segurança da Informação, válida e emitida por organismo certificador acreditado.

**Justificativa:** A exigência da certificação ISO/IEC 27001:2022 justifica-se pela natureza e criticidade do objeto, que envolve a prestação continuada de serviços especializados de Fábrica de Software, compreendendo desenvolvimento, sustentação, modernização de





aplicações corporativas e o desenvolvimento e a operação de soluções de Inteligência Artificial, com acesso permanente a ambientes, sistemas e informações críticas da Administração Pública Municipal.

Os sistemas corporativos da Prefeitura Municipal de Fortaleza operam com dados institucionais, dados funcionais de servidores públicos e dados relacionados a toda a população do Município de Fortaleza, incluindo, conforme o caso, dados pessoais e potencialmente dados sensíveis, o que exige a adoção de controles rigorosos de segurança da informação ao longo de todo o processo de execução dos serviços, desde a concepção das soluções até sua operação e sustentação em ambiente produtivo.

A execução adequada dos serviços pressupõe que a contratada possua maturidade organizacional em governança de segurança da informação, com processos estruturados de gestão de riscos, controles contínuos e mecanismos auditáveis, capazes de prevenir, detectar e responder a incidentes de segurança que possam comprometer a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações e dos sistemas utilizados pela Administração.

A certificação ISO/IEC 27001:2022 assegura que a empresa adota um Sistema de Gestão da Segurança da Informação formalmente estabelecido e reconhecido internacionalmente, aplicável de forma transversal a todas as atividades envolvidas na execução contratual, abrangendo, entre outros aspectos:

- controle de acesso aos ambientes e sistemas;
- proteção do código-fonte e dos repositórios de software;
- autenticação e autorização seguras;
- práticas de codificação segura e testes de segurança;
- segregação de ambientes de desenvolvimento, teste e produção;
- gestão de mudanças e de incidentes de segurança;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- proteção das informações utilizadas em ambientes de teste, homologação e produção.

Dessa forma, a exigência da certificação ISO/IEC 27001:2022 configura medida necessária, adequada e proporcional, diretamente relacionada à execução integral dos serviços contratados, contribuindo para a mitigação de riscos operacionais, tecnológicos e de segurança da informação, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sem caracterizar restrição indevida à competitividade do certame.

b) **ISO/IEC 27701** (Privacidade da Informação): Esta norma é uma extensão da ISO 27001 e especifica os requisitos para um Sistema de Gestão da Privacidade da Informação (SGPI). É o principal padrão internacional para demonstrar conformidade com leis de proteção de dados.

**Justificativa:** Sendo a contratada uma Operadora de Dados Pessoais em larga escala, esta certificação é crucial para comprovar sua capacidade de gerir a privacidade de forma eficaz, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). A certificação demonstra a implementação de controles específicos para a proteção de dados pessoais, indo além da segurança da informação geral e garantindo a aderência aos princípios da LGPD.

c) **ISO/IEC 20000-1** (Gestão de Serviços de TI): Atesta a capacidade de gerenciar os serviços continuados de manutenção e sustentação de forma estruturada, crucial para o cumprimento do ANS.

**Justificativa:** A contratação envolve serviços continuados de manutenção e sustentação, cuja qualidade será medida pelo Acordo de Nível de Serviço. A ISO 20000-1 comprova objetivamente a capacidade da licitante de gerenciar esses serviços de forma estruturada e eficiente, o que é fundamental para o cumprimento das metas de SLA e para a materialização do princípio da Eficiência (Art. 5º, Lei 14.133/2021).



d) **HDI Support Center Certification vigente**, emitida por organismo certificador acreditado pelo HDI (Help Desk Institute).

**Justificativa:** O contrato envolve serviços continuados de sustentação e manutenção que serão demandados por meio de um sistema de chamados. A certificação HDI demonstra que a licitante possui processos maduros e auditados para gestão de incidentes, problemas e requisições, indo além da gestão genérica de serviços de TI coberta pela ISO/IEC 20000-1. A HDI atesta especificamente a maturidade operacional do centro de suporte, incluindo métricas de satisfação do usuário final, gestão de conhecimento e melhoria contínua do atendimento — aspectos críticos para uma operação que atenderá cidadãos em larga escala.

A exigência é proporcional ao objeto (Art. 67, Lei nº 14.133/2021) e alinhada ao Princípio da Eficiência (Art. 5º da Lei 14.133/2021), sem fixação de score mínimo específico, bastando a certificação vigente como comprovação de maturidade.

**16.4.5.** As certificações poderão ser apresentadas em nome da licitante ou de filial/subsidiária do mesmo grupo econômico, desde que a operação contratual seja executada sob o escopo certificado.

**16.4.6.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filiais.

**16.4.7.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **17. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**17.1.** Consoante o art. 45, da Lei 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências



acauteladoras, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**18.1.** As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta dos orçamentos das respectivas unidades contratantes, conforme art. 16, §3º do Decreto Municipal n 12.255/2007 c/c art. 7º, §2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

**18.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 ID - 135, sob a classe: 7581 - SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

**18.3.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

**Projeto/Atividade: 18101.04.126.2124.2023.0001**

**Descrição: Manutenção da Infraestrutura dos Serviços Tecnológicos**

**Elemento de Despesa: 339040**

**Identificador de uso: 0**

**Fonte de recurso: 1.500.0000.00.01**

**18.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **19. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1. Vigência e motivação.**



**19.1.1.A** Ata de Registro de Preços (ARP) terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que:

**17.1.1.1** reste motivada a vantajosidade da prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

**17.1.1.2** a pesquisa de mercado (PNCP, Painel de Preços, atas vigentes de outros órgãos, cotações) comprove que os preços registrados permanecem competitivos frente ao mercado;

**17.1.1.3** o desempenho da(s) fornecedora(s) tenha sido satisfatório (indicadores/SLA do Anexo B); e

**17.1.1.4** haja previsão orçamentária para o período prorrogado.

**Parágrafo único.** A prorrogação não é automática: dependerá de despacho fundamentado da autoridade competente, instruído com Relatório de Vantajosidade (pesquisas, séries históricas de consumo, indicadores de desempenho, e parecer do gestor/fiscal do contrato).

**19.2. Quantitativos estimados no período prorrogado.**

**19.2.1.** A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá contemplar a renovação integral dos quantitativos originalmente registrados, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados e que a prorrogação ocorra dentro do prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do entendimento consolidado pela Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos – CNLCA.

**19.3. Reajuste dos preços registrados (somente na prorrogação).**

**19.3.1.** Na hipótese de prorrogação da ARP, os preços registrados poderão ser reajustados para recomposição inflacionária, observada a periodicidade mínima anual (12 meses) e a data-base da proposta homologada do respectivo fornecedor, aplicando-se o IPCA/IBGE do período.



**19.3.2.** A Administração poderá promover negociação prévia para redução dos preços registrados, sempre que a pesquisa indicar valores de mercado inferiores.

**19.3.3.** Este ajuste não se confunde com revisão (reequilíbrio econômico-financeiro por fatos supervenientes) nem com repactuação (aplicável a serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, hipótese não prevista neste TR). Eventuais pedidos de revisão extraordinária observarão os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com comprovação analítica do impacto.

#### **19.4. Procedimentos para prorrogação.**

**19.4.1.** Antes do término da vigência:

**19.4.1.1** O Gestor da ARP instruirá o processo com Relatório de Vantajosidade, contendo: (a) pesquisas de mercado atualizadas; (b) análise de desempenho (SLA/indicadores, RTA/RDA); (c) análise orçamentária; (d) minuta de termo aditivo com eventuais ajustes (reajuste negociado, estimativas recalibradas);

**19.4.1.2** será realizado termo de negociação com o(s) fornecedor(es) registrado(s), visando manter ou reduzir preços;

**19.4.1.3** o ato será motivado e publicado no PNCP.

#### **19.5. Ausência de Vantajosidade.**

**19.5.1.** Não sendo comprovada a vantajosidade (preço e desempenho), a Administração não prorrogará a ARP e adotará as medidas cabíveis (novo SRP, licitação específica, ou outra forma prevista em lei), registrando-se a decisão no processo e no PNCP.

### **20. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**20.1.** O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.2.** Deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano



plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, observado o disposto no art. 105 da Lei 14.133/2021.

**20.3.** O prazo de execução do objeto contratual será contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, a ser emitida pela CONTRATANTE, limitando-se ao período de vigência do contrato.

**20.4.** Nos casos em que o documento for assinado digitalmente, a data de assinatura a ser considerada será aquela da última assinatura digital.

**20.5.** O prazo de vigência e de execução poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por ser considerado pelo contratante serviço de natureza contínua.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 15.604/2023, e especialmente quando:

**21.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**21.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

**21.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**21.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**21.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**21.1.2.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





**21.1.2.5.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**21.1.2.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**21.1.2.7.** Fraudar a licitação;

**21.1.2.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**21.1.2.9.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**21.1.2.10.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**21.1.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**21.1.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**21.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**21.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**21.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**21.4.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**21.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem **21.4**;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:



a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) Der causa à inexecução total do contrato;

b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos



decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**21.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à



parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

**21.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**21.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:



- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no **subitem 21.8** impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**21.9.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**21.10.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.



**21.11.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

**21.12. Classificação da informação**

Nos termos do art. 50 do Decreto Municipal nº 15.595/2023 e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), este Termo de Referência possui classificação de acesso “**PÚBLICA**”, não havendo qualquer informação restrita, sigilosa ou que limite o direito de conhecimento pelos cidadãos.

**22. SALVAGUARDAS DE DEPENDÊNCIA DE PLATAFORMAS DE TERCEIROS**

**22.1. Neutralidade de Canal.** O serviço objeto desta contratação é definido como atendimento digital multicanal, não como atendimento exclusivamente via WhatsApp. O WhatsApp Business API é o canal primário na implantação inicial, mas o serviço é agnóstico de canal. O serviço contratado é a resposta inteligente ao cidadão, não o canal.

**22.2. Contingência Tecnológica e Cenário Concorrencial.** Na hipótese de indisponibilidade, descontinuidade ou alteração substancial nas condições comerciais de canal digital de terceiro que comprometa a economicidade ou a viabilidade do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar plano de contingência com migração para canal alternativo.

**22.3.** A adoção do WhatsApp Business API como canal primário considera o cenário de mercado e o ambiente regulatório vigentes. Caso sobrevenham alterações relevantes nas condições econômicas, regulatórias ou concorrenciais — incluindo decisões do CADE, alterações na política de preços do provedor, restrições de interoperabilidade ou surgimento de alternativas com penetração equivalente e custo inferior — a CONTRATADA deverá:





- a) Comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do evento, análise de impacto com alternativas técnicas e econômicas;
- b) Apresentar plano de migração ou diversificação que preserve a continuidade, a qualidade e a economicidade do serviço;
- c) Implementar a alternativa aprovada pela CONTRATANTE sem interrupção do atendimento ao cidadão.

**22.4.** A substituição ou diversificação de canal não constitui alteração do objeto contratual, desde que preservadas as capacidades funcionais e os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência. Fundamentação legal: Art. 124, II, d da Lei 14.133/2021; Art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

**22.5.** Transparência de Custos de Terceiros. As taxas de plataformas de terceiros — incluindo taxas de mensageria (PMP), taxas de provedores de inteligência artificial e custos de infraestrutura cloud — serão transparentes e verificáveis pela CONTRATANTE.

**22.6.** Estratégia de Redução de Dependência. A CONTRATADA deverá apresentar, no Plano de Implantação, roadmap de diversificação de canais com metas progressivas de redução de dependência do canal primário. O roadmap será entregável contratual, com acompanhamento trimestral pela fiscalização.

**22.7.** Reequilíbrio por Excedente de Campanhas de Marketing. O custo de mensagens na categoria Marketing, conforme classificação do provedor de canal, está contemplado na composição de preço do Item 02 considerando distribuição de até 5% (cinco por cento) do volume mensal nessa categoria. Caso o volume ultrapasse 5% em qualquer mês, a CONTRATADA poderá solicitar reequilíbrio relativo à diferença de custo, mediante comprovação documental, nos termos do Art. 124, II, d da Lei nº 14.133/2021.

## **23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**23.1.** Este Termo de Referência integra o instrumento convocatório e o contrato. Casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE com base na Lei 14.133/2021. Tolerância não implica novação ou renúncia. Requisitos técnicos formulados em bases funcionais e de resultado, admitindo equivalências tecnológicas desde que comprovadas.

**23.2. Cláusula Cambial.** A licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, que componentes do serviço contratado podem envolver insumos com preços referenciados em moeda estrangeira (APIs de inteligência artificial, plataformas de mensageria, infraestrutura cloud). Eventuais variações cambiais extraordinárias que configurem álea econômica extraordinária, extracontratual e de consequências incalculáveis poderão ensejar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do Art. 124, II, d da Lei nº 14.133/2021, combinado com o Art. 393 do Código Civil, observados o contraditório e a comprovação documental do impacto.

**23.3. Prazo de entrega — esclarecimento.** O prazo de 30 (trinta) dias previsto no **item 11.2** deste Termo de Referência refere-se ao prazo máximo para conclusão da execução de cada Ordem de Serviço, contado da emissão da OS. O fluxo interno de elaboração de TSS, proposta técnica e aceite (**Tabela 1, item 11**) ocorre dentro desse prazo global. Para demandas de maior complexidade, o prazo será definido na proposta técnica da CONTRATADA, sujeito à aprovação da CONTRATANTE.

**23.4. Participação de Consórcios.** Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do Art. 15, §4º da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza intrinsecamente integrada do objeto, que exige governança unificada de dados, SLAs cruzados entre os três itens e responsabilidade técnica indivisível. A execução consorciada é incompatível com os requisitos de segurança da informação, LGPD e SLAs de resultado previstos neste Termo de Referência, que demandam gestão operacional centralizada e cadeia de responsabilidade única.



## **24. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**ANEXO B - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**

**ANEXO C – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES PARA CONFORMIDADE COM A LGPD**

**ANEXO D - CRONOGRAMA E QUANTITATIVOS DE UST**

**ANEXO E - JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**



## ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Introdução e Regras Gerais

O Catálogo de Serviços é o instrumento que define, padroniza e valoriza as atividades passíveis de execução pela CONTRATADA no âmbito do Item 01 (Fábrica de Software — UST), servindo como base para a emissão de Ordens de Serviço (OS), a estimativa de esforço e a medição para fins de pagamento.

**Fundamentação:** Portaria SGD/MGI nº 750/2023 (modelo de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software); IN SEGES nº 65/2021 (pesquisa de preços); Súmula nº 269 do TCU (remuneração vinculada a resultados); Acórdão TCU nº 2.037/2019 — Plenário (transparência na valoração de UST); Nota Técnica AudTI/TCU nº 08/2023 (padronização de catálogos de serviços em contratações por métrica de resultado).

#### Estrutura do Catálogo:

O Catálogo de Serviços é composto por duas camadas:

- a) **Catálogo-Base (vinculante):** Conjunto de serviços tipificados, com identificação, descrição, nível de complexidade e valor de referência em UST, constante deste Apêndice. O Catálogo-Base é parte integrante do instrumento convocatório e constitui referência obrigatória para estimativa e fiscalização de Ordens de Serviço;
- b) **Catálogo Complementar (expansível):** Novos serviços não previstos no Catálogo-Base poderão ser incluídos ao longo da vigência contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do número total de serviços do Catálogo-Base, mediante:
  - Proposta técnica conjunta (CONTRATADA e fiscal técnico), com descrição detalhada, critérios de aceite, nível de complexidade e estimativa de UST;
  - Aprovação formal pelo gestor do contrato;
  - Registro em ata de reunião de governança;



- Enquadramento obrigatório no framework de categorias e complexidade definido neste Anexo.

O Catálogo não altera o preço unitário da UST contratado nem o quantitativo global estimado.

**Revisão periódica:** O Catálogo será revisado semestralmente pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, com registro formal das alterações e justificativas. A revisão não poderá alterar valores de referência de serviços do Catálogo-Base em mais de  $\pm 15\%$  (quinze por cento) sem justificativa técnica fundamentada e aprovação do gestor do contrato.

**Nota Crítica — Revisão Semestral ( $\pm 15\%$ ):** A revisão semestral dos valores de referência do Catálogo-Base não constitui reajuste contratual nos termos do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de recalibração técnica dos parâmetros de esforço estimado, mantendo-se inalterado o preço unitário da UST. A revisão será formalizada mediante registro bilateral (CONTRATANTE e CONTRATADA) em ata de reunião de governança.

## 2. Definição de Unidade de Serviço Técnico (UST)

Para os fins deste contrato, 1 (uma) UST equivale a 1 (uma) unidade padronizada de esforço técnico especializado para a execução de um serviço com resultado mensurável, produto ou artefato previamente definido e aceito pela CONTRATANTE.

A UST é métrica de resultado, não de alocação de horas-homem. A CONTRATADA tem autonomia para definir a composição de equipe, metodologia e o tempo de execução, respondendo exclusivamente pelo resultado entregue conforme os critérios de aceite de cada serviço, em consonância com a Súmula nº 269 do TCU.

O preço unitário da UST é fixo durante a vigência contratual (ressalvado o reajuste anual por IPCA) e independe do nível de complexidade da demanda. O que varia é a quantidade de USTs por Ordem de Serviço, conforme o serviço catalogado e o nível de complexidade aplicável.

## 3. Categorias de Serviço



Os serviços são organizados nas seguintes categorias, compatíveis com o escopo da Plataforma de Serviços Digitais e IA e da Fábrica de Software:

**Categoria 1 — Desenvolvimento de Software (DEV)**

Criação de novas funcionalidades, módulos, componentes, interfaces, APIs, relatórios, integrações, jornadas digitais conversacionais e automações para os sistemas das secretarias municipais e para o ecossistema da Plataforma de Serviços Digitais e IA.

**Categoria 2 — Manutenção de Software (MNT)**

Correção de defeitos em produção (manutenção corretiva), implementação de melhorias em funcionalidades existentes (manutenção evolutiva) e adaptação a mudanças de ambiente, legislação ou requisitos externos (manutenção adaptativa).

**Categoria 3 — Engenharia de IA e Dados (IA)**

Atividades de engenharia de dados, construção e treinamento de modelos de inteligência artificial, MLOps e desenvolvimento de soluções de IA sob demanda — exclusivamente no contexto de entregas pontuais da Fábrica de Software (Item 01), com produto ou artefato identificável. A operação contínua de IA (atendimento ao cidadão, orquestração multi-modelo, inferência em tempo real) é medida pelo Item 03 (Token de IA), não por UST. Esta categoria cobre apenas construção, treinamento e configuração sob demanda.

**Categoria 4 — Gestão, Qualidade e Documentação (GQD)**

Atividades de apoio técnico, levantamento de requisitos, arquitetura de solução, planejamento e execução de testes, documentação técnica e de usuário, e auditoria técnica sob demanda.

**Categoria 5 — Design, Experiência do Usuário e Acessibilidade (UX)**

Pesquisa com usuários, design de interfaces, prototipação, testes de usabilidade, conformidade com padrões de acessibilidade (eMAG/WCAG) e criação de componentes de Design System.

**4. Níveis de Complexidade e Faixas de Referência**



Cada serviço do Catálogo é classificado em um nível de complexidade, que determina a faixa de referência de USTs aplicável. A classificação considera, cumulativamente: número de regras de negócio envolvidas, quantidade e complexidade de integrações, volume e sensibilidade de dados tratados, perfis técnicos necessários, risco da entrega e critérios de aceite exigidos.

Nível	Faixa de Referência (UST)	Critérios de Enquadramento
Baixa	15 a 80	Escopo bem definido e delimitado; até 1 integração; regras de negócio simples e lineares; sem manipulação de dados sensíveis; perfil técnico padrão (pleno); critérios de aceite objetivos e diretos
Média	35 a 150	Escopo moderado; até 3 integrações ou entidades de negócio relacionadas; regras de negócio intermediárias com validações e condições; perfil técnico pleno a sênior; critérios de aceite com verificações funcionais e documentais
Alta	70 a 280	Escopo complexo; 4 ou mais integrações, sistemas externos ou fluxos de trabalho (workflow); regras condicionais complexas; orquestração de múltiplos serviços; testes extensivos obrigatórios; perfil técnico sênior; critérios de aceite com cobertura de testes e análise de segurança
Especialista	200 a 400	Alta especialização técnica: arquitetura distribuída, deep learning, fine-tuning de LLM, pipelines MLOps, soluções RAG, ciclos de testes de performance e carga, análise de impacto algorítmico; perfil técnico especialista ou arquiteto; critérios de aceite com métricas de qualidade específicas (acurácia, latência, cobertura)

A sobreposição entre faixas é intencional e reflete a natureza distinta das categorias de serviço. Uma manutenção corretiva de alta complexidade (70 USTs) envolve esforço diferente de um desenvolvimento web de baixa complexidade (80 USTs), embora os valores de UST se aproximem. A faixa de referência é sempre lida em conjunto com a categoria e a descrição do serviço.

#### 5. Catálogo-Base de Serviços

A tabela a seguir constitui o Catálogo-Base de Serviços, parte integrante do Termo de Referência. Os valores de referência em UST são vinculantes como parâmetro para estimativa de Ordens de Serviço, admitida variação de  $\pm 30\%$  (trinta por cento) mediante





justificativa técnica na proposta da Ordem de Serviço, aprovada pelo fiscal técnico.

Variações superiores a  $\pm 30\%$  exigem aprovação do gestor do contrato.

### 5.1. Desenvolvimento de Software (DEV)

ID	Serviço	Descrição	Complexidade	UST Ref.	Crítérios de Aceite
DEV-01	Desenvolvimento de Tela/Componente Web — Simples	Criação de interface web para Cadastro, Leitura, Atualização e Deleção (CRUD) de uma entidade de negócio. Inclui formulário, validações de campo, listagem/tabela de dados com paginação e busca simples	Baixa	80	Tela funcional em ambiente de homologação; código-fonte versionado no repositório da CONTRATANTE; testes unitários com cobertura > 80%; documentação de API (se aplicável); ausência de defeitos críticos/altos
DEV-02	Desenvolvimento de Tela/Componente Web — Intermediário	Idem DEV-01, mas envolvendo 2 a 4 entidades de negócio relacionadas, regras de negócio complexas ou componentes de interface avançados (ex.: upload de múltiplos arquivos, gráficos interativos)	Média	140	Idem DEV-01
DEV-03	Desenvolvimento de Tela/Componente Web — Complexo	Idem DEV-01, mas envolvendo 5 ou mais entidades, integrações com sistemas externos ou fluxos de trabalho (workflow) com múltiplos passos e validações condicionais	Alta	220	Idem DEV-01
DEV-04	Desenvolvimento de API/Endpoint REST — Padrão	Criação de um conjunto de endpoints (até 5) para expor funcionalidades de uma entidade de negócio (GET, POST, PUT, DELETE). Inclui validação de dados de entrada, tratamento de exceções e autenticação/autorização básica	Média	100	Documentação da API no padrão OpenAPI/Swagger; código-fonte versionado; testes de integração automatizados para os endpoints; relatório de análise de segurança (SAST/DAST) sem vulnerabilidades críticas

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



DEV-05	Desenvolvimento de API/Endpoint REST — Complexo	Idem DEV-04, mas com lógica de negócio complexa, orquestração de múltiplos serviços ou implementação de padrões avançados como HATEOAS	Alta	180	Idem DEV-04
DEV-06	Desenvolvimento de Relatório — Simples	Criação de relatório tabular ou gráfico simples, com até 5 parâmetros de filtro e extração de dados de até 2 fontes de dados distintas	Baixa	40	Relatório gerado em formato PDF ou XLS em ambiente de homologação; script de geração do relatório versionado; validação dos dados com a área de negócio
DEV-07	Desenvolvimento de Relatório — Complexo	Idem DEV-06, mas com múltiplos agrupamentos, totalizadores, sub-relatórios ou extração de dados de 3 ou mais fontes	Média	90	Idem DEV-06
DEV-08	Desenvolvimento de Jornada Digital Conversacional	Construção de fluxo conversacional estruturado para atendimento ao cidadão, incluindo: mapeamento de intenções, desenho de diálogo, configuração de regras de roteamento, testes de fluxo e integração com backend	Média	120	Jornada funcional em ambiente de homologação; documentação de fluxo (diagrama); testes de cenários (happy path + exceções); aprovação da área de negócio
DEV-09	Integração com Sistema Legado (RPA/Scraping)	Desenvolvimento de automação robótica para integração com sistema legado sem API disponível, incluindo: análise de interface, mapeamento de fluxo, desenvolvimento de robô, tratamento de exceções e monitoramento	Alta	200	Automação funcional em ambiente controlado; documentação técnica; monitoramento de falhas configurado; testes de resiliência
DEV-10	Componente de Design System	Criação de um novo componente reutilizável para o Design System do Ente Público (ex.: seletor de data, modal, tabela), incluindo documentação, variações e conformidade com padrões de UX e acessibilidade (eMAG)	Média	40	Componente funcional e documentado no repositório do Design System; testes unitários e de acessibilidade aprovados

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**5.2. Manutenção de Software (MNT)**

ID	Serviço	Descrição	Complexidade	UST Ref.	Crítérios de Aceite
MNT-01	Manutenção Corretiva — Simples	Análise e correção de defeito em ambiente de produção que impede o funcionamento de uma funcionalidade não crítica	Baixa	15	Defeito corrigido em produção; causa raiz documentada; teste de regressão executado e aprovado pela equipe de QA da CONTRATANTE
MNT-02	Manutenção Corretiva Intermediária —	Análise e correção de defeito em ambiente de produção que causa indisponibilidade de um serviço ou funcionalidade crítica	Média	35	Idem MNT-01
MNT-03	Manutenção Corretiva Complexa —	Análise e correção de defeito complexo que envolve múltiplos sistemas, corrupção de dados ou que exige análise profunda de logs e infraestrutura	Alta	70	Idem MNT-01, acrescido de relatório de impacto e plano de ação para evitar reincidência
MNT-04	Manutenção Evolutiva — Simples	Implementação de pequena melhoria em funcionalidade existente, como adicionar um novo campo em formulário/relatório ou alterar um comportamento de baixa complexidade	Baixa	25	Melhoria implementada em produção; documentação técnica e de usuário atualizada; testes de regressão aprovados
MNT-05	Manutenção Evolutiva Intermediária —	Implementação de melhoria em funcionalidade existente com impacto em integrações, regras de negócio compartilhadas ou múltiplas telas	Média	60	Idem MNT-04
MNT-06	Manutenção Adaptativa	Adaptação de sistema existente a mudanças de ambiente (atualização de framework, migração de banco de dados), legislação ou requisitos regulatórios externos	Média	80	Sistema adaptado e funcional em produção; testes de regressão completos aprovados; documentação de mudanças atualizada

**5.3. Engenharia de IA e Dados (IA)****SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



ID	Serviço	Descrição	Complexidade	UST Ref.	Crítérios de Aceite
IA-01	Análise Exploratória de Dados (EDA)	Análise de um ou mais datasets para um problema de negócio. Inclui análise estatística, identificação de correlações, visualização de dados, avaliação da qualidade dos dados e identificação de padrões	Média	80	Relatório de Análise Exploratória (Jupyter Notebook ou similar) contendo as análises e conclusões; apresentação dos resultados para a equipe técnica e de negócio da CONTRATANTE
IA-02	Engenharia de Features	Processo de criação de novas variáveis (features) a partir de dados brutos para um modelo de ML. Inclui tratamento de dados faltantes, normalização, codificação de variáveis categóricas e criação de features baseadas em regras de negócio	Média	100	Código-fonte do pipeline de engenharia de features versionado e documentado; conjunto de dados transformado e pronto para treinamento
IA-03	Treinamento de Modelo Preditivo (Classificação/Regressão)	Treinamento e avaliação de modelos clássicos de ML (ex.: Regressão Logística, Random Forest, Gradient Boosting) para um problema de negócio bem definido. Inclui seleção de métricas, validação cruzada e ajuste básico de hiperparâmetros	Média	150	Código-fonte do pipeline de treinamento versionado (Git); modelo treinado e serializado; relatório técnico com metodologia, avaliação, limitações e recomendação; métricas de aceite conforme tipo do modelo (classificação: acurácia, F1-score, curva ROC; regressão: RMSE, MAE, R²)
IA-04	Treinamento de Modelo Deep Learning	Treinamento e avaliação de um modelo de rede neural profunda (ex.: CNN para imagens, RNN/Transformer para texto) para um problema complexo. Inclui definição da arquitetura da rede, ajuste fino de hiperparâmetros e gestão do ambiente de treinamento (GPU)	Alta	280	Idem IA-03, acrescido da arquitetura da rede documentada

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



IA-05	Ajuste Fino (Fine-Tuning) de LLM	Especialização de um modelo de linguagem pré-treinado (LLM) com dados específicos do Ente Público, seguindo protocolos de segurança e anonimização	Alta	250	Modelo ajustado e disponível para inferência; relatório comparativo de performance (antes e depois do fine-tuning) em um conjunto de tarefas de validação
IA-06	Implementação de Pipeline MLOps	Criação de uma esteira automatizada para o ciclo de vida de um modelo de ML, contemplando: versionamento de dados (DVC), versionamento de código (Git), treinamento, registro (MLflow) e deployment automatizados	Alta	200	Pipeline de MLOps funcional e documentado; execução bem-sucedida do pipeline em ambiente de homologação
IA-07	Desenvolvimento de Solução RAG	Desenvolvimento de uma solução de IA Generativa que responde a perguntas com base em uma base de conhecimento interna do Ente Público. Inclui ingestão e vetorização de documentos, implementação do mecanismo de busca (retrieval) e integração com um LLM para geração da resposta com citações	Especialista	350	Solução RAG funcional em ambiente de homologação; código-fonte completo e documentado; relatório de avaliação da qualidade das respostas (ex.: RAGAS)
IA-08	Relatório de Explicabilidade (XAI)	Análise de um modelo de ML em produção para gerar um relatório de explicabilidade. Utiliza frameworks como LIME ou SHAP para fornecer explicações globais (importância das features) e locais (explicação de previsões individuais)	Média	70	Relatório XAI em formato de notebook ou PDF, contendo as análises e visualizações, aprovado pela equipe técnica da CONTRATANTE
IA-09	Avaliação de Impacto Algorítmico	Análise completa de um modelo de IA conforme o Framework de Gestão de Riscos definido neste Termo de Referência, cobrindo as dimensões de Viés/Equidade, Transparência/Explicabilidade, Segurança, Robustez e	Alta	80	Documento de avaliação de impacto, com análises, evidências e plano de mitigação de riscos, aprovado pelo comitê de ética/governança do Ente Público

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



		Accountability/Responsabilidade			
--	--	---------------------------------	--	--	--

**5.4. Gestão, Qualidade e Documentação (GQD)**

ID	Serviço	Descrição	Complexidade	UST Ref.	Críticos de Aceite
GQD-01	Elaboração de Proposta Técnica e Levantamento	Levantamento técnico detalhado de requisitos, análise de viabilidade e elaboração de cronograma físico-financeiro para demandas de alta complexidade que exijam alocação de Arquiteto ou Analista Sênior por mais de 4 horas	Baixa	20	Proposta Técnica validada contendo: escopo detalhado, arquitetura preliminar (se aplicável), cronograma de execução e estimativa de USTs
GQD-02	Documento de Arquitetura de Solução	Criação de Documento de Arquitetura da Solução (DAS) para um novo sistema ou módulo, detalhando componentes, tecnologias, integrações e decisões de design	Média	60	Documento de Arquitetura aprovado pelo Arquiteto de Soluções da CONTRATANTE
GQD-03	Ciclo de Testes de Performance e Estresse	Planejamento e execução de ciclo de testes de carga e estresse para uma aplicação ou conjunto de APIs, utilizando ferramentas de mercado	Alta	120	Plano de Testes de Performance aprovado; scripts de teste versionados; relatório de resultados contendo métricas de tempo de resposta, vazão (throughput) e utilização de recursos
GQD-04	Manual de Usuário	Criação ou atualização completa de manual de usuário para um sistema, com capturas de tela e descrição passo a passo de todas as funcionalidades	Média	50	Manual em formato PDF ou Wiki aprovado pela área de negócio da CONTRATANTE

**5.5. Design, Experiência do Usuário e Acessibilidade (UX)****SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



ID	Serviço	Descrição	Complexidade	UST Ref.	Crítérios de Aceite
UX-01	Teste de Usabilidade com Usuários	Planejamento, recrutamento de 5-7 usuários, condução de sessões de teste de usabilidade para validar um protótipo ou fluxo funcional, e elaboração de relatório detalhado com achados e recomendações	Alta	100	Relatório de Teste de Usabilidade aprovado; roteiro de teste; gravações das sessões (com termo de consentimento); cumprimento dos prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço aplicáveis a esta entrega
UX-02	Auditoria de Acessibilidade (eMAG)	Análise completa de um fluxo de usuário (até 10 telas) em conformidade com o eMAG, utilizando validadores automáticos e testes manuais (teclado, leitores de tela, contraste)	Média	60	Relatório de Auditoria detalhando não conformidades e plano de ação para adequação, aprovado pela fiscalização; cumprimento dos prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço aplicáveis a esta entrega

## 6. Regras de Valoração e Controle

- Valor de referência vinculante:** Os valores de UST constantes do Catálogo-Base são referência obrigatória para a estimativa de cada Ordem de Serviço;
- Margem de ajuste:** A CONTRATADA poderá propor estimativa de USTs com variação de até  $\pm 30\%$  (trinta por cento) em relação ao valor de referência do serviço catalogado, mediante justificativa técnica na proposta da Ordem de Serviço, aprovada pelo fiscal técnico. A justificativa deverá indicar os fatores específicos da demanda que justificam o desvio (ex.: número atípico de integrações, volume de dados, complexidade regulatória). A margem de variação de  $\pm 30\%$  (trinta por cento) incide sobre a quantidade de USTs de referência do serviço catalogado, mantido inalterado o preço unitário da UST contratado;

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





- c) **Variação acima de  $\pm 30\%$ :** Estimativas que excedam a margem de  $\pm 30\%$  exigem aprovação do gestor do contrato (não apenas do fiscal técnico), com justificativa técnica detalhada e registro em ata;
- d) **Demandas compostas:** Ordens de Serviço que envolvam múltiplos serviços do Catálogo terão a estimativa composta pela soma das USTs de cada serviço aplicável, observadas as margens de ajuste individuais;
- e) **Preço unitário fixo:** O preço unitário da UST é fixo (conforme proposta vencedora da licitação) e independe do nível de complexidade ou da categoria do serviço. O mecanismo de diferenciação é a quantidade de USTs, não o preço;
- f) **Vedação de dupla contagem:** Uma mesma entrega ou artefato não poderá ser valorada simultaneamente em mais de um serviço do Catálogo. Em caso de dúvida sobre o enquadramento, prevalece o serviço de maior aderência funcional, a critério do fiscal técnico;
- g) **Controle de expansão:** A inclusão de novos serviços no Catálogo Complementar (seção 1, alínea b) fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do número total de serviços do Catálogo-Base. Serviços complementares devem ser enquadrados nas categorias e nos níveis de complexidade definidos neste Apêndice.

#### 7. Distinção entre UST (Item 01) e Token de IA (Item 03)

Para evitar sobreposição de faturamento entre os Itens 01 e 03, aplica-se a seguinte regra de delimitação:

- a) **Item 01 (UST)** remunera o trabalho técnico de *construção* — desenvolvimento, configuração, treinamento, testes, documentação — atividades com entrega identificável, aceite formal e resultado verificável. Exemplos: construir uma solução RAG (IA-07), treinar um modelo preditivo (IA-03), desenvolver uma jornada conversacional (DEV-08);
- b) **Item 03 (Token de IA)** remunera o *consumo computacional de inferência* — processamento de linguagem natural em atendimento ao cidadão/servidor,



orquestração de agentes, geração de respostas, automação de fluxos conversacionais em operação contínua. Exemplos: cada pergunta que um cidadão faz ao chatbot, cada documento resumido por IA, cada triagem automatizada;

- c) **Regra prática:** Se a atividade tem uma Ordem de Serviço com escopo, prazo e critério de aceite → é UST. Se a atividade é processamento contínuo medido por volume → é Token de IA;
- d) **Tokens internos absorvidos:** O consumo de tokens de IA pela CONTRATADA no exercício de atividades da Fábrica (code review assistido, geração de código, testes automatizados, documentação) é absorvido no custo da UST e não gera faturamento de Token de IA.

## 8. Metodologia de Valoração e Exemplos Demonstrativos

A valoração dos serviços do Catálogo-Base foi estabelecida com base na metodologia descrita a seguir, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Súmula nº 269 do TCU e os Acórdãos TCU nº 2.037/2019 e nº 1.508/2020 — Plenário.

### 8.1. Etapas da Metodologia

- a) Decomposição do Serviço: Cada serviço do Catálogo é decomposto em suas atividades elementares;
- b) Estimativa de Esforço por Perfil: Para cada atividade, estima-se a quantidade de horas necessárias de cada perfil profissional;
- c) Aplicação do Fator de Complexidade (FC): Um fator de ponderação é aplicado para refletir a complexidade inerente ao serviço:
  - I. Baixa Complexidade: FC = 1,00
  - II. Média Complexidade: FC = 1,15
  - III. Alta Complexidade: FC = 1,30
  - IV. Especialista: FC = 1,50
- d) Cálculo Final da UST:  $UST(\text{serviço}) = \Sigma(\text{Horas por perfil}) \times FC$



O valor da UST é fixo por entrega, independentemente do tempo real necessário à sua execução, transferindo à CONTRATADA o risco de eficiência e incentivando a produtividade.

## 8.2. Exemplo 1 — DEV-02 (Desenvolvimento Web Intermediário — Média Complexidade)

**Descrição:** Criação de interface web envolvendo 2 a 4 entidades de negócio relacionadas, regras de negócio complexas ou componentes de interface avançados.

Atividade Elementar	Perfil Predominante	Horas Estimadas	Justificativa
1. Análise de Requisitos e Modelagem de Dados	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	16	Entender as relações entre as 2-4 entidades e definir a estrutura de dados
2. Design da Arquitetura do Componente	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	12	Definir a arquitetura do backend e frontend para o componente complexo
3. Desenvolvimento do Backend (APIs, Regras de Negócio)	Engenheiro(a) de DevSecOps Sênior	40	Codificar a lógica de negócio complexa e as APIs para as múltiplas entidades
4. Desenvolvimento do Frontend (Interface, Componentes)	Engenheiro(a) de Software Pleno	32	Implementar a interface com componentes avançados (gráficos, uploads, etc.)
5. Desenvolvimento de Testes Unitários e de Integração	Engenheiro(a) de Software Pleno	16	Garantir a qualidade e a cobertura de testes para a lógica complexa
6. Execução de Testes de Qualidade e Segurança	Engenheiro(a) de QA Pleno	8	Realizar testes funcionais, de usabilidade e de segurança (OWASP)
<b>Total de Horas Estimadas</b>		<b>124</b>	

**Cálculo:**  $UST(DEV-02) = 124 \times 1,15 \text{ (FC Média)} = 142,6 \rightarrow 140 \text{ USTs}$  (arredondado para baixo, favorável à Administração)

## 8.3. Exemplo 2 — MNT-03 (Manutenção Corretiva Complexa — Alta Complexidade)

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**Descrição:** Análise e correção de defeito complexo que envolve múltiplos sistemas, corrupção de dados ou que exige análise profunda de logs e infraestrutura.

Atividade Elementar	Perfil Predominante	Horas Estimadas	Justificativa
1. Triagem e Reprodução do Defeito	Engenheiro(a) de QA Pleno	4	Reproduzir o defeito em ambiente controlado e documentar cenário
2. Análise de Logs e Diagnóstico de Causa Raiz	Engenheiro(a) de DevSecOps Sênior	12	Análise profunda em múltiplos sistemas, infraestrutura e logs distribuídos
3. Elaboração de Plano de Correção	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	4	Definir estratégia de correção com mínimo impacto nos sistemas afetados
4. Implementação da Correção	Engenheiro(a) de Software Pleno	16	Codificar a correção nos múltiplos pontos afetados
5. Testes de Regressão e Validação	Engenheiro(a) de QA Pleno	8	Executar testes de regressão completos nos sistemas impactados
6. Elaboração de Relatório de Impacto e Plano de Ação	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	8	Documentar causa raiz, impacto e medidas para evitar reincidência
<b>Total de Horas Estimadas</b>		<b>52</b>	

**Cálculo:** UST(MNT-03) =  $52 \times 1,30$  (FC Alta) = 67,6 → **70 USTs** (arredondado para cima em virtude do risco inerente a defeitos complexos, margem de segurança favorável à execução)

#### 8.4. Exemplo 3 — IA-03 (Treinamento de Modelo Preditivo — Média Complexidade)

**Descrição:** Treinamento e avaliação de modelos clássicos de ML (ex.: Regressão Logística, Random Forest, Gradient Boosting) para um problema de negócio bem definido.

Atividade Elementar	Perfil Predominante	Horas Estimadas	Justificativa
1. Entendimento do Problema de Negócio e Definição de Métricas	Engenheiro(a) de ML Sênior	8	Alinhar com área de negócio, definir variável-alvo e métricas de sucesso



2. Análise e Preparação dos Dados	Engenheiro(a) de Dados Pleno	16	Limpeza, tratamento de missing values, encoding, feature selection
3. Treinamento de Modelos Candidatos	Engenheiro(a) de ML Sênior	24	Treinar 3-5 modelos com validação cruzada e grid search
4. Avaliação Comparativa e Seleção do Modelo Final	Engenheiro(a) de ML Sênior	12	Comparar métricas (acurácia, F1, ROC-AUC), analisar erros, selecionar
5. Ajuste de Hiperparâmetros	Engenheiro(a) de ML Sênior	16	Otimização bayesiana ou grid search refinado no modelo selecionado
6. Serialização, Documentação e Versionamento	Engenheiro(a) de ML Sênior	12	Serializar modelo (pickle/joblib), documentar pipeline, versionar (Git)
7. Elaboração de Relatório Técnico	Engenheiro(a) de ML Sênior	16	Relatório com metodologia, métricas, limitações, recomendações
8. Apresentação de Resultados	Engenheiro(a) de ML Sênior	4	Apresentação para equipe técnica e de negócio da CONTRATANTE
<b>Total de Horas Estimadas</b>		<b>108</b>	

**Cálculo:**  $UST(IA-03) = 108 \times 1,15 \text{ (FC Média)} = 124,2 \rightarrow \mathbf{150 \text{ USTs}}$

#### 8.5. Exemplo 4 — GQD-03 (Ciclo de Testes de Performance — Alta Complexidade)

**Descrição:** Planejamento e execução de ciclo de testes de carga e estresse para uma aplicação ou conjunto de APIs, utilizando ferramentas de mercado.

Atividade Elementar	Perfil Predominante	Horas Estimadas	Justificativa
1. Definição de Cenários e Plano de Testes	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	12	Mapear cenários críticos, definir SLAs esperados, volumes de carga
2. Configuração do Ambiente de Teste	Engenheiro(a) de DevSecOps Sênior	8	Provisionar infraestrutura de teste isolada, configurar ferramentas (JMeter, k6, Gatling)
3. Desenvolvimento de Scripts de Teste	Engenheiro(a) de Software Pleno	20	Codificar scripts para os cenários definidos, parametrizar volumes
4. Execução de Ciclos de Carga	Engenheiro(a) de QA Pleno	16	Executar ciclos progressivos: baseline → carga normal → pico → estresse

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



5. Análise de Resultados e Identificação de Gargalos	Arquiteto(a) de Soluções Sênior	16	Analisar métricas (tempo de resposta, throughput, CPU, memória), identificar bottlenecks
6. Elaboração de Relatório de Performance	Engenheiro(a) de QA Pleno	12	Relatório com métricas, gráficos, gargalos identificados e recomendações
<b>Total de Horas Estimadas</b>		<b>84</b>	

**Cálculo:**  $UST(GQD-03) = 84 \times 1,30 \text{ (FC Alta)} = 109,2 \rightarrow \mathbf{120 \text{ USTs}}$  (arredondado para cima considerando a natureza iterativa dos testes de performance — ciclos repetidos após tuning)

## 9. Processo de Estimativa, Aceite e Fiscalização

O fluxo de valoração e aceite de cada Ordem de Serviço observará:

- A CONTRATANTE formaliza demanda com descrição funcional, prioridade e prazo desejado;
- A CONTRATADA apresenta proposta técnica contendo: serviço(s) do Catálogo aplicável(is), nível de complexidade, estimativa de USTs referenciada no Catálogo-Base (com eventual justificativa de variação dentro da margem de  $\pm 30\%$ ), cronograma de execução e critérios de aceite específicos;
- O fiscal técnico avalia a proposta em relação ao Catálogo-Base, verificando: (i) enquadramento correto do serviço e da complexidade; (ii) aderência da estimativa ao valor de referência; (iii) pertinência da justificativa de variação, quando houver;
- Após aprovação, a Ordem de Serviço é emitida formalmente;
- Na entrega, o fiscal técnico verifica o atendimento integral aos critérios de aceite. Entregas aprovadas geram faturamento pelo número de USTs da Ordem de Serviço aprovada. Entregas reprovadas deverão ser reapresentadas no prazo acordado, sem custo adicional;

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- f) O fiscal técnico manterá registro acumulado das Ordens de Serviço executadas, com comparação entre USTs estimadas e valores de referência do Catálogo, para fins de auditoria e revisão semestral do Catálogo.



**ANEXO B - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)****1. Objetivo**

Este Acordo de Nível de Serviço (ANS), também conhecido como Service Level Agreement (SLA), estabelece os indicadores de desempenho, as metas e os mecanismos de sanção para a prestação dos serviços objeto deste contrato. Seu objetivo é garantir um padrão de qualidade mensurável, objetivo e transparente, alinhando as expectativas da Contratante com as responsabilidades da Contratada e vinculando a remuneração ao efetivo valor entregue, em conformidade com a Súmula nº 269 do TCU.

**2. Indicadores de Nível de Serviço**

ID	Indicador	Meta	Periodicidade	Glosa por Descumprimento
SLA-01	Prazo de apresentação de proposta técnica para OS	≤ 5 dias úteis	Por OS	1% por dia de atraso, incidente sobre o valor da OS
SLA-02	Entregas dentro do prazo acordado	≥ 90% das entregas	Mensal	2% por ponto percentual abaixo da meta, sobre faturamento mensal
SLA-03	Aceite no primeiro recebimento	≥ 85% das entregas	Mensal	1% por ponto percentual abaixo da meta, sobre faturamento mensal
SLA-04	Disponibilidade da plataforma (sustentação)	≥ 99,5%	Mensal	3% por cada 0,1% abaixo da meta, sobre parcela de sustentação
SLA-05	Tempo de resposta a incidente P1 (crítico)	≤ 2 horas	Por incidente	R\$ 500,00 por hora de atraso

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



SLA-06	Tempo de resolução de incidente P1 (crítico)	≤ 8 horas	Por incidente	R\$ 1.000,00 por hora de atraso, limitado a 10% do valor mensal
SLA-07	Tempo de resposta a incidente P2 (alto)	≤ 4 horas	Por incidente	R\$ 250,00 por hora de atraso
SLA-08	Conformidade documental das entregas	100%	Por entrega	Regime escalonado (seção 14.5)
SLA-09	Realização de cerimônias ágeis (sprints, reviews)	≥ 80%	Mensal	Advertência formal; reincidência (3ª ocorrência em 12 meses): 0,5% sobre faturamento mensal de UST
SLA-10	Entrega de relatório gerencial mensal	Até D+5 do mês subsequente	Mensal	Regime escalonado (seção 14.5)
SLA-11	Latência IA — P50	≤ 8 segundos	Mensal	Advertência; reincidência: 1% sobre faturamento de Token de IA
SLA-12	Latência IA — P95	≤ 15 segundos	Mensal	2% sobre faturamento mensal de Token de IA
SLA-13	Latência IA — P99	≤ 30 segundos	Mensal	3% sobre faturamento mensal de Token de IA
SLA-14	RTO (Recovery Time Objective)	≤ 4 horas	Por incidente	R\$ 1.000,00 por hora de atraso
SLA-15	RPO (Recovery Point Objective)	≤ 1 hora	Por incidente	R\$ 2.000,00 por hora de perda
SLA-16	Resolução no 1º contato	≥ 65%	Mensal	Regime progressivo (seção 14.4)
SLA-17	CES — Customer Effort Score	≤ 3,0 (escala 1-7)	Mensal	Regime progressivo (seção 14.4)

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



	(esforço de atendimento)			
SLA-18	Acurácia RAG	Progressiva: $\geq$ 75% (M1-6), $\geq$ 80% (M7-12), $\geq$ 85% (M13+)	Mensal	Regime progressivo (seção 14.4)
SLA-19	Taxa de abandono	$\leq$ 25%	Mensal	Regime progressivo (seção 14.4)

### 2.1. Contraditório Prévio

Antes da aplicação de qualquer glosa ou penalidade, será garantido à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de contraditório, nos termos do Art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

### 2.2. Metodologia de Medição

A metodologia de medição dos indicadores será explicitável, objetiva e passível de fiscalização. O acompanhamento será contínuo, com painéis de controle e relatórios mensais. A medição de latência de IA (SLA-11 a SLA-13) será aferida no data center da CONTRATADA, não end-to-end. A medição de acurácia RAG (SLA-18) utilizará ferramenta automatizada complementada por validação por amostragem (mínimo 200 interações/mês) pela fiscalização; em caso de divergência, prevalece a amostragem da fiscalização, garantido o contraditório.

### 2.3. Regime Progressivo de KPIs de Qualidade

Os indicadores SLA-16 a SLA-19 (resolução 1º contato, CES, acurácia RAG e taxa de abandono) observarão regime progressivo:

a) Primeiros 6 (seis) meses de operação: descumprimento gera advertência formal e obrigação de apresentar plano de ação corretivo em até 10 (dez) dias úteis;

b) A partir do 7º (sétimo) mês: glosa progressiva — 2% por ponto percentual de descumprimento até 5 pontos, 3% por ponto acima de 5 pontos, incidente sobre o faturamento mensal do item correspondente;

c) Descumprimento superior a 15 pontos percentuais por 2 (dois) meses consecutivos poderá ensejar rescisão contratual, observado o contraditório.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



O indicador SLA-18 (acurácia RAG) observará adicionalmente regime de metas progressivas, em razão da curva natural de maturação da base de conhecimento:

- a) Meses 1 a 6 (implantação): meta  $\geq 75\%$ ;
- b) Meses 7 a 12 (estabilização): meta  $\geq 80\%$ ;
- c) Meses 13 a 60 (operação plena): meta  $\geq 85\%$ .

#### **2.4. Regime Escalonado de Conformidade Documental**

Os indicadores SLA-08 (conformidade documental) e SLA-10 (relatório gerencial mensal) observarão regime escalonado de penalidades:

- a) Atraso de 1 (um) a 3 (três) dias úteis: notificação formal, sem penalidade financeira. A CONTRATADA apresentará justificativa e providenciará entrega imediata;
- b) Atraso de 4 (quatro) a 10 (dez) dias úteis: advertência formal, nos termos do Art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, registrada para fins de reincidência;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias úteis OU 3ª (terceira) ocorrência em 12 (doze) meses: glosa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal, limitada a 2% (dois por cento) por ocorrência.

Em nenhuma hipótese o atraso na entrega do relatório gerencial mensal, isoladamente, ensejará suspensão do pagamento pelos serviços efetivamente prestados, nos termos do Art. 884 do Código Civil e da vedação ao enriquecimento sem causa.

#### **2.5. Metodologia de Aferição do CES**

O Customer Effort Score (CES) mede exclusivamente o esforço que o cidadão ou servidor precisou empregar para ser atendido pela plataforma digital, avaliando fatores integralmente controlados pela CONTRATADA: tempo de espera, clareza das respostas, número de interações até resolução e necessidade de repetir informações. A avaliação de satisfação incide exclusivamente sobre a qualidade do atendimento digital prestado pela plataforma, não sobre a qualidade ou resultado do serviço público objeto da consulta do cidadão.

A aferição será realizada por pesquisa automatizada enviada após cada interação, com amostra mínima representativa de 10% (dez por cento) das interações mensais.



Caso a CONTRATANTE opte por substituir o CES por métrica alternativa de satisfação, a delimitação do escopo de avaliação (restrita à qualidade do atendimento digital, não ao resultado do serviço público subjacente) deverá ser mantida em qualquer métrica substituta.

## **2.6. Janela de Manutenção Programada**

A CONTRATADA poderá realizar manutenção programada de até 4 (quatro) horas por mês, preferencialmente aos domingos entre 00h00 e 06h00, mediante aviso prévio de 72 (setenta e duas) horas ao gestor do contrato. A janela de manutenção não será computada para fins de cálculo de disponibilidade (SLA-04).



## ANEXO C - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES PARA CONFORMIDADE COM A LGPD

### 1. Objetivo

Este anexo tem como objetivo operacionalizar as obrigações de proteção de dados pessoais estabelecidas no Termo de Referência e na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 — LGPD), no âmbito da criação de plataforma de Serviços Digitais, IA e Fábrica de Software.

A Matriz a seguir define as responsabilidades da CONTRATANTE (Controladora, nos termos do art. 5º, VI, da LGPD) e da CONTRATADA (Operadora, nos termos do art. 5º, VII, da LGPD) para cada categoria de tratamento de dados pessoais envolvida na execução contratual.

A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, realizará o tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as instruções da CONTRATANTE, nos limites do objeto contratual, sendo-lhe vedado o tratamento de dados pessoais para finalidades próprias ou de terceiros, sob pena das sanções previstas na LGPD e neste instrumento.

### 2. Definições Complementares

Aplicam-se as seguintes definições complementares às da LGPD:

- a) **Dados Pessoais:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I, LGPD);
- b) **Dados Pessoais Sensíveis:** Dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos (art. 5º, II, LGPD);
- c) **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, X, LGPD);
- d) **Encarregado (DPO):** Pessoa indicada pela CONTRATANTE para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) (art. 5º, VIII, LGPD);
- e) **Incidente de Segurança:** Qualquer evento adverso confirmado que comprometa a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais tratados no escopo contratual.



### 3. Matriz de Responsabilidades por Categoria de Tratamento

A matriz é organizada por Item contratual e fluxo de tratamento de dados. Deve ser preenchida, complementada e mantida atualizada em colaboração entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA ao longo da vigência contratual.

#### 3.1. Item 01 — Fábrica de Software (UST)

Fluxo de Tratamento	Dados Pessoais Envolvidos	Base Legal (LGPD)	Finalidade	Responsabilidades da Controladora (CONTRATANTE)	Responsabilidades da Operadora (CONTRATADA)
<b>Desenvolvimento e manutenção de sistemas de atendimento ao cidadão</b> (ex.: Matrícula Escolar, Agendamento de Saúde, Protocolo Único)	Nome, CPF, endereço, filiação, dados de saúde (quando aplicável), dados de contato	Art. 7º, II e III (cumprimento de obrigação legal e execução de política pública)	Viabilizar a prestação de serviços públicos digitais ao cidadão	Definir política de retenção; atender requisições de titulares; aprovar o escopo de dados tratados em cada sistema; indicar Encarregado (DPO)	Implementar controle de acesso baseado em papéis (RBAC); garantir criptografia de dados em repouso e em trânsito; realizar backups periódicos; aplicar patches de segurança; não reter dados além do necessário para a entrega
<b>Manutenção corretiva com acesso a dados de produção</b>	Quaisquer dados pessoais existentes nos sistemas em manutenção	Art. 7º, II (cumprimento de obrigação legal)	Corrigir defeitos que afetam o funcionamento de sistemas com dados pessoais	Autorizar o acesso a dados de produção por escrito; definir escopo mínimo de dados necessários para a correção; auditar acessos	Acessar apenas os dados estritamente necessários para a correção (princípio da minimização); registrar todos os acessos em log auditável; não extrair, copiar ou reter dados de produção em ambientes não autorizados; eliminar cópias temporárias após resolução





<b>Testes e homologação de sistemas</b>	Dados pessoais anonimizados ou sintéticos (preferencialmente); dados pessoais reais somente quando indispensável, com autorização formal	Art. 7º, II (obrigação legal) e Art. 12 (anonimização)	Validar funcionalidades em ambiente controlado	Fornecer mecanismos de anonimização ou amostras de dados sintéticos; autorizar formalmente o uso excepcional de dados reais em homologação; definir prazo máximo de retenção em ambiente de teste	Utilizar dados anonimizados ou sintéticos como regra; aplicar anonimização/pseudonimização quando receber dados reais; garantir que ambientes de teste não sejam acessíveis externamente; eliminar dados de teste conforme prazo definido
<b>Desenvolvimento de relatórios e dashboards</b>	Dados agregados e/ou pessoais conforme escopo do relatório	Art. 7º, III (execução de política pública)	Gerar informações gerenciais para a Administração	Definir escopo de dados e nível de agregação; aprovar formato do relatório; determinar classificação de acesso ao relatório	Aplicar agregação e minimização por padrão; não incluir dados pessoais identificáveis em relatórios gerenciais, salvo autorização expressa; implementar controle de acesso ao relatório

### 3.2. Item 02 — Mensageria

Fluxo de Tratamento	Dados Pessoais Envolvidos	Base Legal (LGPD)	Finalidade	Responsabilidades da Controladora (CONTRATANTE)	Responsabilidades da Operadora (CONTRATADA)
<b>Envio de mensagens ao cidadão</b> (notificações, alertas,	Nome, número de telefone/Whats App, CPF (para identificação), conteúdo	Art. 7º, II e III (obrigação legal e	Comunicar o cidadão sobre serviços públicos, prazos,	Definir as campanhas e conteúdos autorizados; obter e gerenciar consentimento	Transmitir mensagens exclusivamente conforme instruções da CONTRATANTE; não utilizar dados de

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



comunicações de serviço)	contextual do serviço	política pública)	agendamentos, atualizações de protocolo	quando necessário (Art. 7º, I); manter canal de opt-out; registrar a base legal de cada tipo de comunicação	contato para qualquer finalidade não autorizada; implementar criptografia ponta a ponta quando disponível no canal; registrar envios e entregas em log auditável; implementar mecanismo técnico de opt-out
<b>Recebimento de mensagens do cidadão</b> (respostas, solicitações, reclamações via canal de mensageria)	Nome, número de contato, conteúdo da mensagem (pode conter dados sensíveis — saúde, situação social, etc.)	Art. 7º, II e III; Art. 11 para dados sensíveis (quando aplicável)	Registrar e encaminhar demandas do cidadão aos sistemas apropriados	Definir fluxos de tratamento para mensagens recebidas; classificar dados sensíveis que possam ser recebidos; definir prazo de retenção das mensagens	Armazenar mensagens recebidas exclusivamente nos sistemas da CONTRATANTE; não reter cópias em infraestrutura própria; aplicar filtros para dados sensíveis (mascaramento/anonimização para logs); encaminhar ao sistema de destino conforme regras definidas
<b>Logs de interação de mensageria</b>	Metadados: número de origem/destino, timestamps, status de entrega, identificador de sessão	Art. 7º, IX (interesse e legítimo do controlador, para fins de auditoria e qualidade)	Garantir auditabilidade, medir SLAs e qualidade do serviço	Definir política de retenção de logs; determinar quem pode acessar logs	Manter logs por prazo definido pela CONTRATANTE; anonimizar ou pseudonimizar números de telefone nos logs quando possível; restringir acesso aos logs a pessoal autorizado

### 3.3. Item 03 — Token de IA

Fluxo de Tratamento	Dados Pessoais Envolvidos	Base Legal (LGPD)	Finalidade	Responsabilidades da Controladora (CONTRATANTE)	Responsabilidades da
---------------------	---------------------------	-------------------	------------	---	----------------------

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



					<b>Operadora (CONTRATADA)</b>
<b>Processamento de linguagem natural em atendimento ao cidadão</b> (chatbot, assistente virtual, triagem automatizada)	Texto livre do cidadão (pode conter nome, CPF, endereço, dados de saúde, dados financeiros, ou qualquer informação pessoal digitada espontaneamente)	Art. 7º, II e III (obrigação legal e política pública); Art. 11 para dados sensíveis eventualmente inseridos	Atender o cidadão via canais digitais com suporte de IA	Definir os fluxos de atendimento que utilizam IA; classificar os tipos de dados que podem ser recebidos; aprovar os prompts e instruções do sistema de IA; definir política de retenção de conversas	Processar dados exclusivamente para a finalidade de atendimento instruída; não utilizar dados de conversas para treinamento de modelos sem autorização expressa e prévia anonimização; implementar filtros de PII (Personally Identifiable Information) para prevenir vazamento para modelos externos; garantir que nenhum dado pessoal seja transmitido a APIs de LLM de terceiros sem anonimização prévia ou sem consentimento do titular
<b>Treinamento e ajuste fino de modelos de IA</b> (fine-tuning, RAG, embeddings)	Documentos internos do Ente Público que podem conter dados pessoais (ofícios, memorandos, processos)	Art. 7º, II e III; Art. 12 (anonimização como medida preferencial)	Melhorar a qualidade e pertinência das respostas da IA para o contexto do Ente Público	Fornecer documentos para treinamento; definir protocolos de anonimização prévios ao treinamento; aprovar a política de uso de dados em treinamento; auditar	Aplicar anonimização ou pseudonimização em todos os documentos antes do uso em treinamento; manter registro (data lineage) de todos os

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



	administrativos )			periodicamente os datasets de treinamento	documentos utilizados em treinamento; não reter datasets de treinamento em infraestrutura própria sem autorização; garantir que modelos treinados não “memorizem” dados pessoais (aplicar técnicas de differential privacy quando aplicável)
<b>Inferência com contexto de dados pessoais</b> (RAG — consulta a base de conheciment o que contém dados pessoais)	Dados pessoais contidos na base vetorial (documentos da Prefeitura, processos, cadastros)	Art. 7º, II e III	Fornecer respostas precisas e contextuali zadas ao cidadão/se rvidor	Definir o escopo da base de conhecimento; classificar documentos por sensibilidade; definir níveis de acesso à base vetorial; auditar as respostas geradas	Implementar controle de acesso à base vetorial por perfil de usuário; garantir que respostas geradas não exponham dados pessoais de terceiros; aplicar filtros pós-geração para detecção e mascaramento de PII; registrar todas as consultas à base em log audível
<b>Logs de inferência</b>	Prompts enviados, respostas geradas, metadados de sessão,	Art. 7º, IX (interesse legítimo — auditoria e qualidade)	Garantir auditabilid ade, medir SLAs, detectar alucinações	Definir política de retenção de logs de IA; determinar nível de detalhe dos logs; auditar periodicamente	Manter logs por prazo definido; aplicar anonimização nos logs (substituir dados pessoais

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	métricas de performance		, monitorar qualidade		por tokens); não utilizar logs para fins não autorizados; alertar a CONTRATANTE sobre incidentes detectados nos logs (alucinações com dados pessoais, vazamentos)
--	-------------------------	--	-----------------------	--	---

4. **Obrigações Transversais**

4.1. **Obrigações da CONTRATADA (Operadora) em todos os itens:**

- a) **Registro de atividades de tratamento:** Manter registro atualizado de todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas no escopo contratual (Art. 37, LGPD);
- b) **Medidas de segurança:** Implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado (Art. 46, LGPD), incluindo, no mínimo:
- Criptografia de dados em repouso (AES-256 ou equivalente) e em trânsito (TLS 1.2+);
  - Controle de acesso baseado em papéis (RBAC);
  - Autenticação multifator (MFA) para acesso a dados pessoais em produção;
  - Logs de acesso imutáveis e auditáveis;
  - Testes periódicos de segurança (SAST/DAST) nos sistemas desenvolvidos;
- c) **Notificação de incidentes:** Comunicar à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ciência do incidente, apresentando relatório preliminar. Relatório completo deverá ser apresentado em até 72 (setenta e duas) horas;
- d) **Cooperação com a ANPD:** Cooperar com a CONTRATANTE no atendimento a requisições da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e de titulares de dados;
- e) **Eliminação de dados:** Ao término do contrato, eliminar todos os dados pessoais a que tenha tido acesso no exercício do contrato, salvo quando houver obrigação



legal de conservação, apresentando à CONTRATANTE relatório de eliminação (Art. 16, LGPD);

- f) **Suboperadores:** A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, responde contratualmente perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações de proteção de dados pessoais por seus suboperadores, devendo assegurar, mediante instrumento contratual próprio, que estes adotem nível de proteção equivalente ao estabelecido neste Apêndice.
- g) **Transferência internacional:** Não transferir dados pessoais para fora do território nacional sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE. No caso de utilização de APIs de LLM hospedadas no exterior, aplicam-se as medidas de anonimização;
- h) **Privacy by Design:** Aplicar os princípios de privacy by design e privacy by default em todo o ciclo de desenvolvimento de software, garantindo que a proteção de dados pessoais seja considerada desde a concepção de cada funcionalidade.
- i) **Certificação em Gestão da Privacidade da Informação:** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, certificação ISO/IEC 27701:2019 — Sistema de Gestão da Privacidade da Informação, emitida por organismo certificador acreditado, como evidência objetiva da maturidade de seus processos de proteção de dados pessoais. A perda da certificação durante a execução contratual configurará descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento.

4.2. Obrigações da CONTRATANTE (Controladora):

- a) Indicar formalmente o Encarregado (DPO) responsável pelo contrato;
- b) Fornecer à CONTRATADA as instruções claras e documentadas sobre o tratamento de dados pessoais autorizado;
- c) Realizar auditorias periódicas (no mínimo anuais) nas práticas de proteção de dados da CONTRATADA;
- d) Manter canal de atendimento a requisições de titulares de dados e comunicar à CONTRATADA as requisições que demandem ação técnica;
- e) Comunicar à ANPD e aos titulares eventuais incidentes de segurança, nos termos do Art. 48 da LGPD, após recebimento da notificação da CONTRATADA.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



#### 5. Avaliação de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, determinar à CONTRATADA a elaboração ou colaboração na elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), nos termos do Art. 38 da LGPD, especialmente para:

- a) Novos sistemas ou funcionalidades que envolvam tratamento de dados pessoais sensíveis em larga escala;
- b) Implementação ou alteração de soluções de IA que processem dados pessoais;
- c) Integração de novos canais de mensageria;
- d) Atendimento a requisição da ANPD.

A elaboração do RIPD, quando demandada no contexto da Fábrica de Software, será valorada conforme o serviço IA-09 (Avaliação de Impacto Algorítmico) do Catálogo de Serviços (Anexo I), quando aplicável, ou conforme Ordem de Serviço específica.

#### 6. Atualização da Matriz

Esta Matriz é documento vivo e deverá ser atualizada:

- a) Na inclusão de novo sistema ou funcionalidade que trate dados pessoais;
- b) Na alteração de fluxo de tratamento existente;
- c) Na inclusão de novo canal de mensageria;
- d) Na implementação de nova solução de IA que trate dados pessoais;
- e) Por determinação da ANPD ou do Encarregado (DPO) da CONTRATANTE;
- f) Na revisão semestral prevista para o Catálogo de Serviços (Apêndice III).

As atualizações serão formalizadas mediante registro em ata de reunião de governança e publicação de versão atualizada deste Apêndice.





**ANEXO D - CRONOGRAMA E QUANTITATIVOS DE UST**

CÁLCULO UST				
ITEM	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES	FATOR DE NÍVEL DE COMPLEXIDADE	TOTAL DE HORAS	TOTAL DE UST
1				
2				
3				
TOTAL				

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO													
Data Inicial													
Data Final													
ITEM	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES	HORAS TRABALHADAS POR DIA										TOTAL HORAS	TOTAL UST
		DIA 1	DIA 2	DIA 3	DIA 4	DIA 5	DIA 6	DIA 7	DIA 8	DIA 9	DIA ...		
1													
2													
3													

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



## **ANEXO E - JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**Processo: P149063/2026**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza.

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de empresas organizadas sob a forma de consórcio, no âmbito da presente contratação.

### **1. Fundamentação para a vedação de consórcios**

Acerca dos consórcios, cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório foi conferido ao ente administrativo, permitindo ou não tal condição no instrumento convocatório, por força do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Tal decisão decorre de avaliação técnica e de mercado, considerando a natureza, a complexidade e a forma de execução do objeto, especialmente quanto à necessidade de execução integrada, responsabilidade unificada e atendimento ao interesse público.

No presente caso, o objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de Inteligência Artificial e mensageria, estruturado em três componentes intrinsecamente integrados: desenvolvimento e sustentação de sistemas, operação de canais digitais e orquestração de inteligência artificial.

Conforme demonstrado no Termo de Referência, tais componentes operam de forma sinérgica e interdependente, sendo tecnicamente inviável sua execução dissociada, sob pena de perda de eficiência, governança e qualidade dos serviços prestados.



Nesse contexto, a vedação à formação de consórcios decorre da necessidade de assegurar:

- Governança técnica centralizada e visão ponta a ponta da solução;
- Responsabilidade técnica e jurídica indivisível sobre a execução contratual;
- Integração contínua entre desenvolvimento, mensageria e inteligência artificial;
- Padronização metodológica, uniformidade de processos e controle de qualidade;
- Gestão unificada de SLAs, métricas, prazos e entregáveis;
- Rastreabilidade integral das operações e auditabilidade;
- Segurança da informação e conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Adicionalmente, a própria modelagem da solução adotada pela Administração exige governança unificada de dados e execução integrada, uma vez que a fragmentação contratual comprometeria a mensuração objetiva de resultados e a responsabilização por níveis de serviço.

O Estudo Técnico Preliminar reforça que a solução foi concebida como um ecossistema integrado de atendimento digital, inteligência artificial e desenvolvimento contínuo, sendo a integração entre esses elementos o principal fator gerador de valor público.

Assim, a eventual execução por consórcio implicaria:

- Fragmentação de responsabilidades entre empresas;
- Aumento da complexidade de governança e fiscalização contratual;
- Riscos à continuidade operacional;
- Dificuldades no cumprimento de SLAs e metas de desempenho;
- Vulnerabilidades na gestão de dados e na segurança da informação.



Tais riscos são incompatíveis com a natureza da contratação, que demanda operação contínua, integrada e com alto grau de criticidade para a prestação de serviços públicos digitais.

No que se refere à competitividade, destaca-se que o levantamento de mercado demonstrado no ETP evidencia a existência de diversas empresas especializadas aptas a executar integralmente o objeto, com capacidade técnica, operacional e metodológica compatível com as exigências do Termo de Referência, não havendo necessidade de formação de consórcios para viabilizar a participação no certame.

Corroborando esse entendimento, a doutrina de Marçal Justen Filho destaca que o consórcio não deve ser regra, sendo admitido apenas quando a complexidade ou vulto do objeto inviabilizar a participação individual de empresas, o que não se verifica no presente caso.

No mesmo sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que a decisão sobre admitir ou não consórcios insere-se na esfera de discricionariedade do gestor, devendo ser pautada na preservação da competitividade e na adequação ao objeto (Acórdão 1711/2017 – Plenário).

Dessa forma, conforme expressamente previsto no Termo de Referência, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da natureza intrinsecamente integrada do objeto, que exige governança unificada de dados, SLAs cruzados entre os itens e responsabilidade técnica indivisível, sendo a execução consorciada incompatível com os requisitos de segurança da informação, LGPD e níveis de serviço estabelecidos.

## 2. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de consórcios constitui medida técnica, proporcional e juridicamente adequada, alinhada às características do



objeto, às condições de mercado e ao interesse público, garantindo maior eficiência, controle, segurança e qualidade na execução contratual.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



## APÊNDICE I DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

- a) Número do processo: P149063/2026
- b) Área solicitante: COGECT
- c) Equipe responsável pela contratação:
  - Raimundo Osman Lima: Coordenador de Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação
  - Weynes Anfrísio de Matos: Gerente da Célula de Aquisições e Contratos da COGECT

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

*(Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Federal 14.133/2021 e inciso I do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

A Prefeitura Municipal de Fortaleza presta serviços públicos a uma população de aproximadamente 2,7 milhões de habitantes, por meio de diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta. O atendimento ao cidadão apresenta as seguintes deficiências estruturais:

- a) **Fragmentação de canais:** Cada secretaria opera canais de atendimento independentes, sem integração, sem histórico unificado e sem visão do cidadão como pessoa — resultando em retrabalho, perda de contexto e demora na resolução de demandas.
- b) **Baixa digitalização de jornadas:** Serviços públicos essenciais ainda dependem de presença física, documentação em papel e processamento manual, onerando o cidadão (especialmente o de baixa renda, que perde horas de trabalho) e a máquina administrativa.



- c) **Ausência de inteligência artificial na operação pública:** A Prefeitura não dispõe de capacidade de orquestração de IA generativa para automação de atendimento, triagem inteligente, produção de documentos ou apoio à decisão — capacidades já adotadas por outros entes públicos e pelo setor privado.
- d) **Fábrica de Software insuficiente:** As secretarias dependem de contratos fragmentados para desenvolvimento e sustentação de sistemas, sem padrão de qualidade, sem métricas unificadas e sem capacidade de evolução contínua.
- e) **Escala e capilaridade:** A população de Fortaleza, com perfil socioeconômico heterogêneo e forte concentração de cidadãos de baixa renda, demanda canais de alta penetração (mensageria instantânea), acessíveis sem custo para o cidadão e sem exigência de letramento digital avançado.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de modernização estrutural do atendimento público municipal, por meio da integração de canais, digitalização de serviços e adoção de tecnologias inovadoras, como a inteligência artificial, aliadas a um modelo eficiente de desenvolvimento e sustentação de sistemas. A implementação de uma abordagem centrada no cidadão, com foco em acessibilidade, eficiência e qualidade, permitirá à Prefeitura de Fortaleza ampliar a capacidade de atendimento, reduzir custos operacionais, otimizar processos internos e garantir maior agilidade e resolutividade na prestação dos serviços públicos, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população.

### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:**

*(inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*





### 3.1. Requisitos Técnicos Essenciais

- a) Capacidade de criação de plataforma de atendimento digital multicanal (WhatsApp Business API como canal primário, portal web e canais complementares);
- b) Orquestração de IA generativa multi-modelo com contingência e auditabilidade;
- c) Fábrica de Software com métricas de UST homologáveis;
- d) Governança de dados conforme LGPD, incluindo protocolo de anonimização/pseudonimização de dados pessoais antes do processamento por modelos de IA (Art. 46 e Art. 12, Lei nº 13.709/2018);
- e) Observabilidade ponta a ponta (logs, métricas, tracing), com classificação de processamento como nacional ou internacional;
- f) Transbordo humano com contexto integral;
- g) Portabilidade e estratégia de saída documentadas;
- h) Divisão clara de responsabilidades entre infraestrutura da contratante (sistemas legados, datacenter próprio) e infraestrutura da contratada (plataforma digital, IA, mensageria), com exclusão de indisponibilidades da contratante no cálculo de SLAs.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

*(Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal 14.133/2021 e inciso III do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023).*

### 4.1. Soluções de Atendimento Digital Multicanal

O mercado de plataformas de atendimento digital ao cidadão no Brasil inclui fornecedores nacionais e internacionais com maturidade variada. As soluções disponíveis dividem-se em:

- a) **Soluções verticalizadas de governo:** Plataformas especializadas em atendimento público (ex.: plataformas de chatbot para prefeituras), tipicamente limitadas a



canais de mensageria sem IA generativa avançada, sem orquestração multi-modelo e sem capacidade de fábrica de software integrada.

- b) **Plataformas horizontais de CX/atendimento:** Soluções de mercado (Zendesk, Salesforce, ServiceNow) adaptáveis ao setor público, porém com custos de licenciamento elevados, dependência de provedor único e necessidade de customização significativa para atender requisitos de governo (LGPD, auditabilidade, soberania de dados).
- c) **Soluções integradas de IA + atendimento + desenvolvimento:** Modelo emergente no qual a plataforma de atendimento é acoplada a capacidades de inteligência artificial generativa multi-modelo e a serviços de fábrica de software. Este é o modelo que melhor atende às necessidades identificadas, pois permite:
- Atendimento digital inteligente com IA generativa;
  - Orquestração de múltiplos modelos de linguagem (contingência, otimização de custo);
  - Fábrica de software para evolução contínua dos sistemas municipais;
  - Governança, auditabilidade e portabilidade integradas.

#### 4.2. Soluções de IA Generativa Multi-Modelo (AI Gateways)

O mercado de orquestração de modelos de IA generativa consolidou, nos últimos 24 meses, o padrão de **AI Gateways** — plataformas que roteiam requisições entre múltiplos provedores de LLM (Large Language Models) conforme critérios de custo, latência, disponibilidade e capacidade.

##### Referências de mercado (nacionais):

Plataforma	Modelo de negócio	Observação
Adapta.ai	Franquia/créditos multi-modelo	Nacional, uso corporativo
Tess.ai	Assinatura multi-modelo	Nacional, uso corporativo
MyHub.ai	Plataforma multi-modelo	Nacional

##### Referências de mercado (internacionais):

##### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Plataforma	Modelo de negócio	Observação
OpenRouter	Pay-per-token multi-modelo	Referência de preços por token
Together.ai	API multi-modelo	Preços publicados por modelo
Amazon Bedrock	Gateway multi-modelo (AWS)	Cloud provider
Azure AI Studio	Gateway multi-modelo (Microsoft)	Cloud provider
Google Vertex AI	Gateway multi-modelo (Google)	Cloud provider

A unidade de medição padrão neste mercado é o **token** (unidade mínima de processamento de texto por LLM). Todos os provedores acima precificam por volume de tokens consumidos, o que demonstra que a adoção de unidade de medição baseada em tokens é padrão consolidado de mercado, não métrica proprietária.

**Contraexemplo relevante:** O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) contratou solução de IA vinculada a provedor único (Microsoft/ChatGPT), sem orquestração multi-modelo, sem contingência e sem possibilidade de otimização de custos. Este modelo gera lock-in de fornecedor e risco de descontinuidade, exatamente o que a presente contratação busca evitar.

#### 4.3. Serviços de Mensageria — WhatsApp Business API

##### 4.3.1. Justificativa para Adoção do WhatsApp como Canal Primário:

- Capilaridade e penetração: O WhatsApp é o aplicativo de mensageria instantânea de maior penetração no Brasil, presente em mais de 99% dos smartphones ativos (pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, 2025). Em Fortaleza, a familiaridade com o aplicativo é transversal a faixas etárias e socioeconômicas.
- Inclusão digital: O público prioritário dos serviços digitais municipais — cidadãos de baixa renda — tem no WhatsApp frequentemente o único canal digital de uso



cotidiano. Plataformas alternativas (Telegram, e-mail, portais web) apresentam penetração significativamente inferior nesse segmento.

- c) **Economicidade:** No modelo PMP (Per-Message Pricing) vigente da Meta, mensagens de serviço iniciadas pelo cidadão dentro da janela de 24 horas são gratuitas. Como a maioria das interações em serviços públicos é reativa (cidadão procura o serviço), o custo efetivo de canal tende a ser substancialmente inferior ao de alternativas.
- d) **Funcionalidades nativas:** O WhatsApp Business API oferece recursos interativos (listas, botões, formulários, fluxos) que habilitam jornadas digitais complexas sem redirecionamento a aplicativos externos.

#### **4.3.2. Cenário Concorrencial e Regulatório:**

A adoção do WhatsApp como canal primário considera o cenário de mercado vigente na data de elaboração deste estudo. Registra-se que:

- a) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) mantém acompanhamento ativo sobre a posição de mercado do WhatsApp/Meta no Brasil, com discussões sobre interoperabilidade e práticas comerciais.
- b) As condições de preço do modelo PMP podem variar ao longo da vigência contratual, inclusive com possibilidade de cobrança de categorias hoje gratuitas.
- c) A solução contratada é definida como atendimento digital multicanal — o WhatsApp é canal primário na implantação, não canal exclusivo.
- d) Em caso de alteração substancial nas condições econômicas, regulatórias ou concorrenciais, a CONTRATADA deverá migrar para alternativas que preservem economicidade e qualidade do serviço.

#### **4.3.3. Modelo de Contratação do Canal — BSP vs. Acesso Direto**

O acesso ao WhatsApp Business API pode ocorrer por duas vias:



- a) Acesso direto (Meta Cloud API): Integração direta com a Meta, com pagamento antecipado de créditos. Menor custo unitário, porém, fluxo de caixa desfavorável para início de contrato (antecipação).
- b) Via BSP (Business Solution Provider): Integração intermediada por parceiro autorizado Meta, com faturamento a posteriori. Custo unitário ligeiramente superior (markup de intermediação), porém com vantagens operacionais: ciclo financeiro compatível com pagamentos governamentais (pós-consumo), suporte técnico especializado, facilitação de compliance (homologação de templates, verificação de número).

#### 4.4. **Fábrica de Software — Unidade de Serviço Técnico (UST)**

A métrica de UST (Unidade de Serviço Técnico) é amplamente utilizada em contratações de TI do setor público brasileiro, com referências consolidadas:

- Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023: Estabelece referencial de preços para serviços de TI, incluindo faixas de UST por complexidade.
- Serpro: Pratica modelo de fábrica de software por UST em contratos com órgãos federais.
- PNCP: Registra centenas de contratações por UST nos últimos 24 meses.

A adoção de UST segue a metodologia corrente, com tabela de complexidade, fator de ajuste e homologação por entrega — modelo auditável e comparável.

#### 5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

*(Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023).*

##### 5.1. **Componentes da Solução**

A solução é composta por três componentes integrados, cada qual com natureza econômica e métrica de medição distintas:

**Componente 1 — Fábrica de Software (Item 01):** Desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas digitais para as secretarias municipais. Medido em Unidades de



Serviço Técnico (UST). Natureza: trabalho técnico especializado (predominância de mão de obra qualificada + ferramentas).

**Componente 2 — Plataforma de Mensageria Digital (Item 02):** Operação de canal de comunicação digital cidadão-governo, incluindo contingência entre canais, monitoramento de canal e operação. A orquestração inteligente, roteamento e analytics de canal integram o Item 03 (Token de IA). Medido em Unidades de Mensagem. Natureza: custo de canal de terceiro (PMP Meta) + orquestração.

**Componente 3 — Plataforma de Inteligência Artificial (Item 03):** Orquestração de modelos de IA generativa para atendimento inteligente, automação, produção de documentos e apoio à decisão. Medido em Tokens de IA, onde 1 Token de IA = 1.000 tokens brutos de LLM. Natureza: processamento computacional de IA (predominância de custo de API + infraestrutura).

#### 5.2. Integração dos Componentes

Os três componentes operam de forma sinérgica: a Fábrica de Software (Item 01) desenvolve e evolui as jornadas que são executadas pela Plataforma de Mensageria (Item 02) com inteligência fornecida pela Plataforma de IA (Item 03). Não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso contratar os componentes separadamente, pois:

- a) A integração entre atendimento, IA e desenvolvimento é o diferencial que gera valor — componentes isolados não produzem o mesmo resultado.
- b) A governança unificada (segurança, auditabilidade, LGPD) exige visão ponta a ponta que se fragmentaria com múltiplos contratos.
- c) A responsabilidade por SLAs e resultados ficaria diluída entre contratados, impossibilitando medição objetiva.

#### 5.3. Definição do Token de IA

O Token de IA é a unidade de medição do consumo de processamento de inteligência artificial generativa pela solução.



**Definição:** 1 Token de IA = 1.000 tokens brutos processados por modelos de linguagem (LLM) no AI Gateway da solução.

**Justificativa da unidade:**

- a) **Padrão de mercado:** Os principais provedores de IA generativa precificam por token. A adoção de token como base de medição é padrão consolidado da indústria, não métrica proprietária.
- b) **Abstração multi-modelo:** O Token de IA é agnóstico de modelo — abrange qualquer modelo roteado pelo Gateway, permitindo otimização de custo sem alteração contratual.
- c) **Mensurabilidade objetiva:** O consumo de tokens é registrado automaticamente pelo Gateway com granularidade de requisição, permitindo auditoria completa.
- d) **Transparência para a Administração:** O cidadão e o gestor público não precisam entender tokens — precisam de resultados. O Token de IA é o “odômetro” que permite à fiscalização verificar o consumo real vs. contratado, sem necessidade de entender a tecnologia subjacente.
- e) **Independência de fornecedor:** Ao contrário de métricas vinculadas a provedor específico (ex.: “créditos ChatGPT”, “unidades Copilot”), o Token de IA é portátil — qualquer solução baseada em LLM consegue medir tokens brutos.

**5.4. Exclusão de Consumo Interno**

Os tokens consumidos internamente pela CONTRATADA no exercício das atividades de Fábrica de Software (Item 01) — tais como apoio a desenvolvimento, revisão de código assistida por IA, testes automatizados, geração de documentação técnica — são absorvidos no custo da UST e **não são contabilizados como Token de IA (Item 03)** para fins de faturamento.

Somente são mensurados e faturados como Token de IA os tokens consumidos em interações com o cidadão/usuário ou com servidores da Prefeitura no exercício de funções públicas, registrados pelo Gateway com identificação do solicitante.





## 6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

(Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)

### 6.1. Quantidades Estimadas (anuais)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade/ano
01	Fábrica de Software	UST	230.000
02	Mensageria Digital	Unidade de Mensagem	8.100.000
03	Inteligência Artificial	Token de IA (1K tokens)	12.650.000

As quantidades foram estimadas com base em:

- População de Fortaleza: ~2,7 milhões de habitantes (IBGE 2024 — estimativa oficial: 2.703.391), ~80 mil servidores municipais ativos.
- Taxa de adoção digital progressiva: estimativa de 15–25% da população interagindo digitalmente no primeiro ano, com crescimento anual até estabilização.
- Benchmarks de atendimento digital municipal: contratos de TIC de municípios brasileiros de porte similar (2,5M+ habitantes), consultados via PNCP e ComprasGov.
- Volumetria de demandas atuais das secretarias municipais.
- Projeção de serviços a serem digitalizados (roadmap de jornadas cidadãos previsto no tópico 5 desde ETP).
- Modelo SRP/ARP: quantidades representam estimativa máxima anual para fins de registro. O consumo real segue demanda efetiva com medição mensal.



Item	Volume Anual	Método
Item 01 — UST	230.000 UST	Per-capita + benchmark municipal de TIC
Item 02 — Mensageria	8.100.000 msgs	Per-capita + benchmark de canal digital
Item 03 — Token de IA	12.650.000 tokens	Derivado de mensageria + taxa resolução IA

**6.2. Item 01 — UST: 230.000 unidades/ano**

**6.2.1. Método: Per-capita + Benchmark**

Referência consolidada de contratos municipais de TIC para plataformas de atendimento digital: 80–120 UST por 1.000 habitantes, conforme consulta ao PNCP e contratos registrados no ComprasGov para municípios de porte similar.

**6.2.2. Construção da Faixa de Benchmark (80–120 UST/1.000 hab)**

**Fonte 1 — Contratos PNCP de fábrica de software municipal (2023–2026)**

Foram consultados pregões eletrônicos de TIC registrados no PNCP para municípios acima de 1 milhão de habitantes. O indicador utilizado foi o volume de UST contratado dividido pela população municipal, resultando em uma faixa observada de 60 a 150 UST/1.000 hab, com mediana na faixa de 85–95.

Ente	Tipo	Pop. (aprox.)	UST/ano	UST/1K hab	Fonte
Rondônia (PE 2024)	Estadual	1,8M	120.000	~67	PNCP
SEFAZ-MA	Estadual	7,1M	93.000	~13*	ComprasGov
Salvador	Municipal	2,9M	180.000	~62	PNCP
Belo Horizonte (PRODABEL)	Municipal	2,5M	250.000	~100	ComprasGov
Recife	Municipal	1,6M	160.000	~100	PNCP
São Paulo (PRODAM)	Municipal	12,3M	1.800.000	~146	Dados públ.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



*\*SEFAZ-MA atende apenas uma secretaria, não a administração inteira — razão não comparável diretamente.*

A faixa de 80–120 corresponde ao intervalo interquartil (P25–P75) dos municípios com escopo comparável (plataforma multicanal + fábrica de software para múltiplas secretarias).

#### **Fonte 2 — Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023**

A Portaria estabelece referências para dimensionamento de serviços de TIC no governo federal. Embora não fixe um índice per-capita explícito, as tabelas de complexidade e volumetria permitem derivar consumo por escala de operação. Para uma operação municipal que abrange 12+ secretarias, a projeção resultante fica na faixa de 200.000–300.000 UST/ano, compatível com o benchmark per-capita adotado.

#### **Fonte 3 — Referências de mercado privado (Gartner, IDC)**

Estudos de mercado para plataformas digitais governamentais indicam investimento médio de US\$ 5–15 per capita em transformação digital, dos quais 40–60% em desenvolvimento e sustentação (equivalente UST). Convertendo para a realidade de custo brasileiro (R\$ 173/UST), isso resulta em 65–150 UST/1.000 hab.

#### **6.2.3. Escolha do Fator: 85 UST/1.000 hab**

O fator de 85 foi selecionado como ponto médio-conservador:

- Abaixo da mediana observada nos contratos PNCP (~90–95)
- Dentro da faixa interquartil (80–120)
- Justificável como estimativa para o Ano 3 (maturidade), considerando ramp-up nos anos 1 e 2
- Compatível com a escala de Fortaleza (5ª maior cidade, 12+ secretarias)

#### **6.2.4. Cálculo**

- População: 2.700.000 habitantes
- Fator: 85 UST / 1.000 habitantes (ponto médio conservador)

**Cálculo:**  $2.700 \times 85 = 229.500 \approx 230.000$  UST/ano

#### **6.2.5. Validação Cruzada**

##### **Validação 1 — Equivalente FTE**

- $230.000 \text{ UST/ano} \div 12 \text{ meses} = 19.167 \text{ UST/mês}$
- $19.167 \div 22 \text{ dias úteis} = \sim 871 \text{ UST/dia}$

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



- Equivalente a ~44 desenvolvedores FTE (produtividade média de 20 UST/dev/dia, conforme SISP)
- Escala condizente com plataforma multicanal + fábrica de software atendendo 12+ secretarias

#### Validação 2 — Comparativo com contratos similares

- PRODABEL/BH (2,5M hab): ~250.000 UST/ano — Fortaleza projetaria 230.000 para população semelhante
- Recife (1,6M hab): ~160.000 UST/ano — projeção linear para 2,7M resultaria em ~270.000, acima do adotado
- O valor de 230.000 é conservador em ambas as comparações

#### Validação 3 — Composição bottom-up por área

Área funcional	UST/mês	Fundamento
Desenvolvimento de jornadas cidadãs	6.000	15–20 jornadas ativas × 300–400 UST/jornada
Sustentação evolutiva/corretiva	4.000	20% da base de código ativa
Integração com sistemas legados PMF	2.500	30+ sistemas (IPTU, ISS, saúde, educação)
DevOps/SRE/segurança	2.000	Infraestrutura + CI/CD + monitoramento
Transbordo humano (2º/3º nível)	2.500	~100 atendimentos/dia de complexidade alta
Governança, testes, documentação	2.167	Overhead de qualidade (~12% do total)
Total	~19.167	≈ 230.000/ano

#### 6.3. Item 02 — Mensageria: 8.100.000 msgs/ano

##### 6.3.1. Método: Per-capita + Benchmark de Canal

O WhatsApp é o principal canal de comunicação digital do cidadão brasileiro. A projeção utiliza a base populacional de Fortaleza, taxa estimada de engajamento digital e frequência média de interação por serviço municipal.

##### 6.3.2. Construção da Taxa de Engajamento (25%)

A taxa de 25% representa a proporção da população que interage ativamente com serviços digitais municipais em um dado ano.



### Vetor 1 — Penetração digital no Brasil

- 87% da população brasileira usa internet (IBGE/PNAD Contínua 2024)
- 99% dos smartphones brasileiros têm WhatsApp instalado (Mobile Time/Opinion Box, 2025)
- 74% da população já realizou pelo menos uma interação digital com governo (CGI.br/TIC Governo Eletrônico 2024)

### Vetor 2 — Taxa de uso efetivo em municípios

- São Paulo (SP156): ~3,5M de interações digitais/ano para 12,3M hab (~28% de engajamento)
- Curitiba (Central 156): ~500K interações/ano para 1,9M hab (~26% de engajamento)
- Gov.br (federal): 60% de adoção digital em 2024, mas para serviços federais obrigatórios — baseline municipal é menor
- Para Fortaleza, 25% é conservador, abaixo dos 26–28% de SP e Curitiba

### Vetor 3 — Perfil socioeconômico de Fortaleza

IDH-M de Fortaleza: 0,754. Renda per capita inferior à de São Paulo e Curitiba, o que pode reduzir ligeiramente a taxa de adoção digital espontânea. Contrabalanceado pela penetração universal do WhatsApp. O fator de 25% desconta esse efeito.

#### 6.3.3. Construção da Frequência (12 interações/cidadão/ano)

A frequência de 12 interações/ano (média de 1 por mês) foi construída com base nos serviços municipais mais demandados:

Serviço municipal	Freq./ano	Fundamento
IPTU (consulta, 2ª via, parcelamento)	2–3	Pico jan-fev, consultas ao longo do ano
Saúde (agendamento, exames)	3–4	~1 consulta/trimestre para público ativo
Educação (matrícula, notas)	2–3	Picos em jan-fev e bimestres
Transporte (bilhete, itinerários)	1–2	Consultas esporádicas

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Assistência social (benefícios)	1–2	Verificação de benefícios
Outros (alvará, ITBI, protocolo)	1–2	Demandas pontuais
Total médio por cidadão ativo	~12/ano	Compatível com 1 interação/mês

*Referência cruzada: A Prefeitura de Curitiba reporta média de 2,1 interações/mês/cidadão ativo. O valor de 12/ano (1/mês) é conservador.*

#### 6.3.4. Definição de Unidade

1 mensagem = 1 interação completa via WhatsApp Business API. Sessão de até 24 horas de troca de mensagens com um único usuário, contada a partir da primeira mensagem. Todas as mensagens dentro dessa janela com o mesmo usuário = 1 interação.

#### 6.3.5. Cálculo

- População atendida: 2.700.000 habitantes
- Taxa de engajamento digital: 25% → 675.000 cidadãos ativos/ano
- Frequência média: 12 interações/cidadão/ano

**Cálculo:**  $675.000 \times 12 = 8.100.000$  mensagens/ano

#### 6.3.6. Validação

##### Validação 1 — Capacidade de infraestrutura

- $8.100.000 \div 12$  meses = 675.000 msgs/mês
- $675.000 \div 30$  dias = 22.500 msgs/dia
- Pico estimado (3x média): ~2.800 msgs/hora — factível para WhatsApp

Business API

##### Validação 2 — Comparativo per-capita

- Fortaleza:  $8,1M$  msgs  $\div$   $2,7M$  hab = 3,0 msgs/hab/ano
- Benchmarks internacionais (UK GDS, Singapura): 3–6 interações digitais/cidadão/ano



### 6.3.7. Ramp-up Previsto

Ano	% do Volume	Msgs/Ano	Fase
1	40%	3.240.000	Implantação
2	70%	5.670.000	Expansão
3	100%	8.100.000	Maturidade
4	110%	8.910.000	Crescimento
5	120%	9.720.000	Estabilização

O quantitativo de 8.100.000 corresponde ao ano de maturidade (Ano 3). O SRP permite consumo parcial nos anos iniciais e expansão nos finais, sem aditivo.

### 6.4. Item 03 — Token de IA: 12.650.000 tokens/ano

#### 6.4.1. Método: Derivado do Volume de Mensageria

O consumo de IA é função direta do volume de interações que envolvem processamento por modelos de linguagem. A projeção parte do volume de mensageria e aplica taxa de resolução automatizada e consumo médio por interação.

#### 6.4.2. Definição de Unidade

1 Token de IA = 1.000 tokens brutos de LLM (entrada + saída). É uma unidade de abstração que mede o consumo do serviço de IA como um todo, não apenas o custo de API do modelo.

#### 6.4.3. Construção da Taxa de Resolução Automatizada (78%)

A taxa de 78% representa a proporção de interações resolvidas por IA sem transbordo humano, no ano de maturidade (Ano 3+).

### Fonte 1 — Benchmarks de chatbots governamentais

Referência	Taxa de resolução	Contexto
IBM Watson (setor público)	70–85%	Governos (EUA, Canadá, UK)
Google CCAI	65–80%	Governo e utilities
Gartner (previsão 2025)	75%	Contact centers digitais





Microsoft Copilot (gov)	60–75%	Primeiros deployments 2024–2025
Chatbot Pref. São Paulo	~60%	Operação em produção, escopo limitado

A faixa observada para governos em maturidade é de 65–85%. O valor de 78% posiciona-se no P60 dessa faixa.

#### Fonte 2 — Composição por tipo de interação

Tipo de interação	% volume	Taxa IA	Contribuição
FAQ e informações gerais	30%	95%	28,5%
Consultas transacionais (IPTU, protocolo)	25%	85%	21,3%
Agendamento (saúde, educação)	20%	80%	16,0%
Triagem e encaminhamento	15%	70%	10,5%
Casos complexos (reclamação, recurso)	10%	20%	2,0%
Total ponderado	100%	—	78,3% ≈ 78%

O valor de 78% resulta da composição ponderada dos diferentes tipos de interação, não é um número arbitrário.

#### 6.4.4. Construção do Consumo Médio (2.000 tokens/interação)

O consumo de 2.000 tokens brutos por interação (input + output) é uma média ponderada por tipo de complexidade:

Tipo de interação	% interações IA	Tokens/int.	Composição
Triagem simples (FAQ)	40%	~800	Prompt curto + resposta direta
Consulta com RAG	35%	~2.500	Prompt + contexto RAG + resposta elaborada
Processamento complexo	25%	~4.000	Prompt extenso + raz. + resposta estruturada

**Média ponderada:**  $(0,40 \times 800) + (0,35 \times 2.500) + (0,25 \times 4.000) = 320 + 875 + 1.000 = 2.195$ , arredondado para 2.000 (conservador).

#### Fundamentação dos valores por tipo

- 800 tokens (triagem): Prompt de sistema (~200) + pergunta (~50) + resposta (~150) + overhead (~400). Ref: OpenAI Cookbook estima 500–1.000 tokens para Q&A simples.
- 2.500 tokens (RAG): Prompt (~200) + pergunta (~100) + 2–3 chunks RAG (~1.200) + resposta (~500) + overhead (~500). Ref: LangChain/LlamaIndex benchmarks indicam 2.000–3.500 tokens.
- 4.000 tokens (complexo): Prompt (~300) + pergunta (~200) + 4–5 chunks RAG (~2.000) + chain-of-thought (~500) + resposta (~500) + overhead (~500). Ref: Azure OpenAI documentation indica 3.000–6.000 tokens.

#### 6.4.5. Cálculo

- Total de interações via mensageria: 8.100.000/ano
- Taxa de interações com IA: 78%
- Interações com IA:  $8.100.000 \times 0,78 = 6.325.000/\text{ano}$
- Consumo médio por interação: 2.000 tokens brutos

**Conversão:**  $6.325.000 \times 2.000 \div 1.000 = 12.650.000$  Token de IA/ano

Equivalência: 12,65 bilhões de tokens brutos/ano.

#### 6.4.6. Validação Cruzada

##### Validação 1 — Custo per-capita

- $12.650.000 \text{ Token de IA} \times \text{R\$ } 0,65 = \text{R\$ } 8.222.500/\text{ano}$
- Per-capita:  $\text{R\$ } 8.222.500 \div 2.700.000 \text{ hab} = \text{R\$ } 3,05/\text{hab/ano}$
- Ref: investimento médio em IA governamental nos EUA: \$2–5/hab/ano (Deloitte, 2024)

##### Validação 2 — Proporção IA sobre total

- $\text{R\$ } 8.222.500 \div \text{R\$ } 48.984.500 = 16,8\%$



- Benchmarks: 10–25% do custo total alocado a IA em plataformas digitais (McKinsey, 2025)

#### 6.5. Resumo da Cadeia de Derivação

A cadeia lógica de derivação dos quantitativos segue uma árvore onde cada item é construído a partir de premissas rastreadas:

**População base:** 2.700.000 habitantes (IBGE 2024)

**Item 01 — UST:**  $2.700 \times 85 \text{ UST/1K hab} = 230.000 \text{ UST/ano}$

(benchmark PNCP interquartil P25–P75, validado bottom-up por área funcional)

**Item 02 — Mensageria:**  $2.700.000 \times 25\% = 675.000 \text{ cidadãos} \times 12 \text{ int./ano} = 8.100.000 \text{ msgs/ano}$

(engajamento ref. SP/Curitiba, frequência ref. serviços municipais)

**Item 03 — Token de IA:**  $8.100.000 \times 78\% \times 2.000 \text{ tok} \div 1.000 = 12.650.000 \text{ Token de IA/ano}$

(resolução ref. IBM/Google/Gartner, consumo ref. OpenAI/LangChain)

### 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

*(Inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

**7.1.** O valor estimado da contratação, considerando todo o quantitativo pretendido, é de **R\$ 61.675.500,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais).**



**7.2.** Os valores unitários dos Itens 01, 02 e 03 foram calculados com base na média dos valores registrados nas propostas da Igma Digital Product Company e da HBR Soluções em Govtech Ltda.

**7.3.** Considerando as soluções levantadas, a tabela a seguir consolida a análise de custos totais da demanda que tem como resumo as informações que seguem:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Estimada	IGMA (R\$)	HBR (R\$)	MÉDIA Unitária (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Unidade de Serviço Técnico — UST	UST	230.000	185,00	200,00	192,50	R\$ 44.275.000,00
02	Mensagem via WhatsApp Business API	Mensagem	8.100.000	1,15	0,96	1,055	R\$ 8.545.500,00
03	Token de IA Generativa	Token (1.000 tokens)	12.650.000	0,68	0,72	0,70	R\$ 8.855.000,00
<b>Valor Total Estimado: R\$ 61.675.500,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais)</b>							

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

*(Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

### **8.1. Objeto Único com 3 Itens de Mensuração**

O objeto é contratado como **grupo único** (menor preço global sobre a soma dos 3 itens), e não como itens independentes em pregões separados.

### **8.2. Justificativa Técnica**

- a) **Interdependência funcional:** A Fábrica de Software (Item 01) desenvolve jornadas executadas pela Mensageria (Item 02) com inteligência do Item 03. A separação



geraria interfaces entre contratados, com risco de incompatibilidade, disputas de responsabilidade e perda de qualidade.

- b) **Governança unificada:** LGPD, segurança da informação, auditabilidade e observabilidade exigem controle ponta a ponta. Com múltiplos contratos, a governança se fragmenta e a responsabilidade se dilui.
- c) **SLAs integrados:** Os níveis de serviço medem resultado fim-a-fim (ex.: tempo de resolução da demanda do cidadão), não componentes isolados. Com contratos separados, cada contratado responde apenas pela sua parte, impossibilitando medição do resultado global.
- d) **Eficiência operacional:** A gestão de contrato único é significativamente menos onerosa para a Administração do que a gestão de 3 contratos com interdependências.

**8.3. Justificativa para 3 Itens de Mensuração (não item único indiferenciado)**

- a) **Naturezas econômicas distintas:** UST é predominantemente trabalho humano qualificado. Mensageria é predominantemente custo de canal de terceiro (Meta). Token de IA é predominantemente processamento computacional. Aglutinar métricas de naturezas tão distintas em unidade única (ex.: tudo em UST) geraria opacidade, dificultaria a fiscalização e impossibilitaria reequilíbrio contratual justo.
- b) **Alocação transparente de áleas contratuais (Art. 103-104, Lei 14.133/2021):**

Álea	Item	Natureza	Responsável	Observação
Variação de produtividade de equipe	01 (UST)	Ordinária	CONTRATADA	Risco normal do negócio
Variação de preço do canal Meta (PMP)	02 (Mensageria)	Extraordinária	Reequilíbrio (Art. 124, II, d)	Custo de terceiro, fora do controle das partes



Variação de custo de modelos de IA	03 (Token)	Extraordinária	Reequilíbrio (Art. 124, II, d)	Mercado em rápida evolução, custos caem ~40%/ano
Variação cambial (USD/BRL)	02 e 03	Extraordinária	Reequilíbrio	APIs precificadas em USD

Com itens separados, cada álea é identificável e tratável. Com item único, a variação de custo de IA fica invisível dentro da UST, impedindo tanto a Administração de capturar reduções quanto a CONTRATADA de pleitear reequilíbrio legítimo.

- c) **Vedação ao “jogo de planilha” (Acórdão TCU 1.214/2013):** A separação com transparência de custos por item, aliada a mecanismo de aceitabilidade de preço unitário por item é a defesa contra distorções na alocação de valor. A anti-subsidização cruzada entre itens está expressamente prevista.
- d) **Economicidade e captura de ganhos (Art. 11, parágrafo único):** Se o custo de modelos de IA cair significativamente durante a vigência (cenário provável — custos caíram ~90% nos últimos 24 meses), com Token separado a Administração pode renegociar esse item específico. Com tudo embutido em UST, o ganho fica invisível.
- e) **Princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 12, II):** Cada unidade de medição deve ser clara, auditável e objetiva. Token de IA com definição precisa (1 Token de IA = 1.000 tokens, medidos no Gateway) é auditável.
- f) **Súmula 269 TCU:** A remuneração por resultado (mensagem entregue, token processado) é mais aderente ao princípio da eficiência do que a remuneração por insumo (hora-homem, custo de API).

#### 8.4. Comparação com Alternativas Rejeitadas

Alternativa	Motivo da rejeição
-------------	--------------------



3 pregões separados (UST, Mensageria, IA)	Fragmentação da governança, risco de incompatibilidade entre fornecedores, gestão contratual multiplicada
Item único indiferenciado (tudo em UST)	Opacidade, impossibilidade de reequilíbrio justo, “zona cinzenta” de medição, risco de jogo de planilha invertido
2 itens (UST + “plataforma”)	Agrupa mensageria e IA com naturezas distintas, dificulta auditoria de custos de canal vs. custo de IA
<b>3 itens integrados (ADOTADO)</b>	Transparência, auditabilidade, reequilíbrio justo, fiscalização efetiva

**9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

*(Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

**9.1. Contratação correlata:**

- Contrato nº 10/2022 – COJUR/SEPOG
- Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio técnico especializado, com foco em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, com vistas à operacionalização de processos de negócio através do fornecimento sob demanda, de atividades especializadas de ordem técnica relativas ao apoio a gestão de serviços de tic, fábrica de software e suporte operacional, conforme especificações e quantitativos previstos neste termo e no anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 466/2021.

**10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:****SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





*(Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

Os recursos orçamentários para a cobertura desta proposta de contratação, no âmbito da Sepog, serão previstos no Orçamento de 2026: ID – 135, Classe: 7581 - SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

#### **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

*(Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)*

A contratação da solução integrada de Atendimento Digital, Inteligência Artificial e Fábrica de Software pretende alcançar, no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, os seguintes resultados:

- **Integração e Modernização do Atendimento ao Cidadão:** Superar a fragmentação dos canais atuais operados pelas secretarias, criando um histórico unificado e uma visão centrada no cidadão como pessoa. Isso reduzirá o retrabalho, a perda de contexto e a demora na resolução de demandas.

- **Inclusão Digital e Ampla Capilaridade:** Implementar o WhatsApp Business API como canal digital primário, aproveitando sua penetração em mais de 99% dos smartphones ativos no Brasil. Isso garantirá um canal acessível e sem custo de franquia de dados para o cidadão, promovendo a inclusão tecnológica, especialmente para as camadas socioeconômicas mais vulneráveis que não possuem letramento digital avançado.

- **Digitalização e Qualificação de Jornadas Públicas:** Reduzir a dependência de atendimento físico, documentação em papel e processamento manual nos serviços essenciais, garantindo maior agilidade, otimização de processos internos e desoneração de tempo para o cidadão e para a máquina administrativa.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



• **Inovação e Automação com Inteligência Artificial Generativa:** Dotar a operação pública de capacidade de orquestração multi-modelo de IA (AI Gateway) para realizar automação de atendimento, triagem inteligente, apoio à decisão e produção de documentos, utilizando o processamento de forma transparente e agnóstica a fornecedor exclusivo (evitando o *lock-in* tecnológico).

• **Evolução Contínua via Fábrica de Software:** Garantir o desenvolvimento, a sustentação e a evolução dos sistemas digitais das secretarias por meio de métricas consolidadas (Unidades de Serviço Técnico - UST), estabelecendo um padrão alto de qualidade e suprimindo a atual insuficiência de contratos fragmentados.

• **Centralização de Responsabilidade e Governança Unificada:** Assegurar que o ciclo completo — desenvolvimento das jornadas (Fábrica de Software), execução do atendimento (Mensageria) e inteligência da operação (IA) — fique sob uma governança ponta a ponta. Isso evitará disputas de responsabilidade, além de garantir o estrito cumprimento da LGPD, a observabilidade, a auditabilidade de logs e o controle sobre os Acordos de Nível de Serviço (SLAs) integrados.

• **Otimização de Custos, Transparência e Economicidade:** Alcançar eficiência econômica por meio da separação clara das métricas (UST, Mensagem PMP e Token de IA). Isso permitirá fiscalização efetiva do que é gerado por trabalho humano *versus* custo de canal *versus* processamento computacional, habilitando a Administração a capturar ganhos futuros caso os custos de mercado (como o de processamento de IA) sofram quedas ao longo do contrato

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



(Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 27 do Decreto Municipal 15.595/2023)

A Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências, visando assegurar a plena capacidade de fiscalização, gestão e execução do objeto contratual integrado:

- a) **Designação Formal de Gestores e Fiscais:** Manter a equipe devidamente designada (por meio da Portaria nº 0246/2025 – SEPOG), assegurando que a equipe de fiscalização possua a multidisciplinaridade necessária para acompanhar as três naturezas econômicas distintas da contratação (UST, Mensageria e Tokens de IA).
- b) **Alocação de Pontos Focais (Product Owners):** Designar, nas áreas de negócio e nas secretarias demandantes, os colaboradores que atuarão como *Product Owners*. Estes serão responsáveis por definir, detalhar e priorizar as jornadas de atendimento digital e as demandas de sistemas junto à Contratada, garantindo o alinhamento com a visão unificada do cidadão.
- c) **Elaboração Detalhada do Catálogo de Serviços e Dashboards de Medição:** Finalizar o detalhamento do Catálogo de Serviços de Fábrica de Software (UST) com seus critérios de aceitação objetivos, além de preestabelecer com a área de TI os requisitos para os painéis (*dashboards*) de observabilidade ponta a ponta que a Contratada deverá fornecer para medição automatizada e transparente de mensagens e tokens.
- d) **Disponibilização de Ambiente, Integrações e Acessos:** Preparar e disponibilizar os acessos aos ambientes tecnológicos da infraestrutura da contratante (sistemas legados, datacenter próprio). Adicionalmente, providenciar internamente as aprovações e documentações institucionais necessárias para a criação e verificação da conta oficial do Município no WhatsApp Business API (via *BSP* ou acesso direto).



- e) **Definição de Padrões e Ferramentas:** Definir as ferramentas de gestão de projetos (agnósticas, como Jira ou Azure DevOps) para a equipe de fiscalização, bem como estabelecer os padrões de segurança (*DevSecOps*) e os protocolos de contingência e roteamento (*AI Gateway*) que a Contratada deverá seguir para garantir a interoperabilidade tecnológica

### 13. ANÁLISE DE RISCOS

*(Inciso X do art. 18 da Lei 14.133/21 e Capítulo IV do Decreto Municipal 15.595/2023)*

13.1. A análise de risco segue anexada a este estudo, na forma da IN nº 04/2024 – CGM.

### 14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

*(Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 27 do Decreto Municipal 15.595)*

A solução estudada objetiva a prestação de serviços integrados de Fábrica de Software, operação de Mensageria Digital multicanal e orquestração de Inteligência Artificial Generativa. Estes serviços são de natureza predominantemente intelectual e ocorrem em ambientes digitais e de nuvem.

Apesar da característica imaterial do objeto, a alta volumetria projetada (milhões de mensagens e tokens processados) e a operação de equipes técnicas dedicadas geram impactos ambientais indiretos que precisam ser gerenciados, além de gerar externalidades ambientais positivas para o Município.

#### Impactos Ambientais Indiretos e Medidas Mitigadoras:

Impacto Ambiental Indireto	Medidas Mitigadoras e Condicionantes
<b>Aumento do Consumo de Energia Elétrica e Pegada de Carbono:</b> Relacionado ao uso intensivo de <i>data centers</i> para o processamento de modelos de linguagem (IA	<b>Otimização de Processamento (AI Gateway):</b> A própria adoção de orquestração multi-modelo permite mitigar esse impacto, uma vez que requisições simples podem ser roteadas



Generativa), tráfego constante de APIs de mensageria e operação das estações de trabalho da equipe de desenvolvimento.	<p>para modelos menores, mais rápidos e de menor consumo energético, evitando o uso de modelos pesados de forma desnecessária.</p> <p><b>Práticas de "Green IT":</b> A Contratada será incentivada a utilizar metodologias que otimizem o uso de recursos computacionais, priorizando a eficiência energética nos ambientes de nuvem e repositórios. <b>Teletrabalho:</b> Incentivo ao regime de trabalho remoto para as equipes de Fábrica de Software, reduzindo consumo de energia em instalações físicas e emissões por deslocamento urbano.</p>
<b>Geração de Lixo Eletrônico (e-waste) e Resíduos Sólidos:</b> Relacionado à obsolescência e descarte de equipamentos de TI utilizados pela equipe da Contratada, além de resíduos administrativos residuais.	<p><b>Descarte Sustentável:</b> A Contratada deverá comprovar que o descarte de resíduos eletrônicos gerados pelo seu <i>staff</i> será realizado em conformidade com a legislação ambiental vigente, por meio de logística reversa ou doação para cooperativas de reciclagem.</p> <p><b>Política Paperless:</b> Adoção de políticas de escritório sem papel, priorizando a comunicação, o acompanhamento de métricas (UST, Tokens) e o armazenamento digital de todos os artefatos contratuais.</p>
<b>Geração de Resíduos Digitais (Digital Waste):</b> Acúmulo de dados desnecessários, arquivos temporários de processamento de IA, logs não essenciais e redundância de armazenamento.	<p><b>Gestão de Ciclo de Vida de Dados:</b> Adoção de padrões de desenvolvimento sustentável com expiração e descarte adequado de artefatos digitais temporários (logs, bases intermediárias e conjuntos de dados transientes para IA), evitando processamento e armazenamento excessivo.</p>

Ressalta-se que a própria natureza desta contratação atua como uma forte medida de preservação ambiental para a cidade de Fortaleza. Ao transferir o

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



atendimento de serviços públicos essenciais — que antes dependiam de presença física e documentação em papel — para canais digitais de amplo acesso (WhatsApp), a Administração reduzirá drasticamente o deslocamento físico de milhares de cidadãos até as secretarias. Isso resultará na diminuição direta da emissão de gases de efeito estufa (veículos particulares e transporte público) e na eliminação do consumo de papel.

**15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA AQUISIÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:**

*(Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XIII do art. 27 do Decreto Municipal 15.595)*

Com base na análise de necessidade, no levantamento de mercado, na descrição da solução, nos requisitos identificados, nas estimativas de volume e preço, na justificativa de estrutura de itens e na análise de riscos, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **viabilidade** da contratação proposta, nos seguintes termos:

- a) A solução atende às necessidades identificadas de forma integrada e eficiente;
- b) Existe mercado fornecedor com maturidade suficiente para a contratação;
- c) A estrutura de 3 itens integrados em lote único é a que melhor equilibra transparência, auditabilidade, economicidade e gestão de riscos;
- d) Os riscos identificados são mitigáveis com as salvaguardas previstas no TR;
- e) O valor máximo estimado (conforme Estudo de Preços, IN SEGES 65/2021) é compatível com a escala do objeto e com os referenciais de mercado identificados;
- f) A separação em 3 itens de mensuração com naturezas econômicas distintas permite fiscalização efetiva, reequilíbrio contratual cirúrgico e captura de ganhos de eficiência pelo contratante.

**16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



### 16.1. Requisitos de Qualificação

A qualificação técnica é estruturada por domínio, proporcionalmente ao objeto (Art. 67, Lei 14.133/2021):

- a) **Fábrica de Software:** Atestado de operação de fábrica de software com volume mínimo de 50.000 USTs em 12 meses;
- b) **Mensageria:** Atestado de tráfego mínimo de 2.000.000 de mensagens em 12 meses. Comprovação pela licitante;
- c) **Inteligência Artificial:** Comprovação em 3 critérios independentes (Art. 67, §2º, Lei 14.133/2021): (i) atestado de operação continuada de IA em produção por 12 meses, com atendimento a usuários reais; (ii) processamento mínimo de 600.000 requisições LLM em 12 meses (somatório de atestados admitido — Súmula 263 TCU); (iii) operação com ao menos 2 modelos de linguagem distintos (declaração técnica com evidência);
- d) **Certificações:** ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27701 e ISO/IEC 20000-1 — todas com certificação plena vigente. A exigência de ISO/IEC 27701 (gestão de privacidade) justifica-se pela escala de tratamento de dados pessoais de cidadãos envolvida no objeto e pela obrigação de adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas imposta pelo Art. 46 da LGPD;





## APÊNDICE II – ANÁLISE DE RISCOS- ANEXOS

ANÁLISE DE RISCO	
Processo:	P149063/2026
Data:	Abril/2026

### Introdução:

Preliminarmente, é importante destacar que a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) ainda não instituiu a Política de Gestão de Riscos Setorial prevista no art. 7º da Instrução Normativa nº 04/2024/CGM, que tem como objetivo apoiar na melhoria contínua das atividades administrativas, contratações, projetos, a alocação e utilização eficaz dos recursos públicos, estabelecendo um direcionamento estratégico na temática, devendo conter no mínimo, consoante art. 8º do referido normativo, as seguintes temáticas: I - diretrizes; II - objetivos; III - competências; IV - abrangência; V- operacionalização.

Desta forma, a fim de subsidiar o procedimento de gestão de riscos desenvolvido por esta área técnica, foram utilizadas as definições do Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, do Manual de Gestão de Riscos do TCU, 2020, bem como as recomendações das melhores práticas internacionais que tratam da gestão de riscos corporativos, a exemplo do COSO/ERM e a ABNT NBR ISSO 31000:2009.

Nessa perspectiva, a probabilidade de ocorrência do evento e de impacto e o apetite a risco foram definidos no contexto dos processos de aquisição corporativa, levando em consideração a experiência das pessoas envolvidas na fase preparatória, bem como a análise dos processos dos anos anteriores.

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

Sobre a delimitação do escopo, não obstante o macroprocesso de uma contratação pública abranger a fase preparatória, a seleção de fornecedores e a de execução contratual, a análise de risco deste processo identificará os riscos inerentes à fase preparatória, levando em consideração que a solução definida no estudo técnico preliminar foi **o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de ia e mensageria, pelo período de 12 meses**, de acordo com a demanda do Município. Assim, a execução contratual será realizada pelos órgãos e entidades participantes, não sendo possível avaliar e tratar os riscos decorrentes da fase de execução contratual por esta área técnica.

No procedimento de avaliação dos riscos, foi utilizada a escala de valores de probabilidade e impacto, conforme Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM. Vejamos:

**Figura 21:** Escala de probabilidade de ocorrência do risco.

Probabilidade	Descrição	Peso
Muito baixa	<b>Improvável</b> de ocorrer. Talvez em uma situação excepcional, mas nada nas circunstâncias atuais de análise indica essa possibilidade.	1
Baixa	Pode ser que <b>raramente</b> ocorra de forma inesperada ou casual pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	É <b>possível</b> que ocorra de alguma forma pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	É <b>provável</b> que ocorra pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	4
Muito alta	É <b>praticamente certo</b> que o evento ocorra segundo as circunstâncias atuais de análise	5

Fonte: Elaboração própria.

**Figura 22:** Escala de impacto da ocorrência do risco.

Impacto	Descrição	Peso
Muito baixo	Caso o risco ocorra, haverá um <b>impacto mínimo</b> nos objetivos da atividade.	1
Baixo	Caso o risco ocorra, haverá um <b>pequeno impacto</b> nos objetivos da atividade.	2
Médio	Caso o risco ocorra, haverá um <b>moderado impacto</b> nos objetivos da atividade, porém é <b>recuperável</b> .	3
Alto	Caso o risco ocorra, haverá um <b>significativo impacto</b> nos objetivos da atividade, será de <b>difícil reversão</b> .	4
Muito alto	Caso o risco ocorra, haverá um <b>impacto catastrófico</b> nos objetivos da atividade, <b>não será possível reverter</b> o impacto gerado.	5

Fonte: Elaboração própria.

Após a fase de avaliação dos riscos, esses riscos foram classificados conforme a definição do apetite e da tolerância ao risco definidos no Anexo IV. O apetite ao risco definido vincula como realizável o tratamento dos riscos considerados “extremos” e “altos”, seguindo a metodologia da CGM.

Desta forma, no tratamento dos riscos, foram analisados os riscos críticos e alguns riscos moderados. A atividade de controle do risco tem como objetivo garantir que o

que foi determinado para diminuir os riscos de atingimento dos objetivos seja cumprido e obedecido. Uma forma de avaliar se os controles estão atuando da forma adequada na diminuição de riscos é analisar a eficácia de cada controle e determinar seu nível de confiança (NC). O nível de confiança de um controle é baseado em uma escala de avaliação da efetividade e da implementação de cada controle, conforme o Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM:

**Figura 24:** Escala de risco de controle.

EXEMPLO DE ESCALA PARA AVALIAÇÃO DE CONTROLES		
Nível de confiança (NC)	Risco de Controle (RC)	Avaliação da efetividade e da implementação de controle
Inexistente NC = 0% (0,0)	Muito Alto 1,0	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais.
Fraco NC = 20% (0,2)	Alto 0,8	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas.
Mediano NC = 40% (0,4)	Médio 0,6	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.
Satisfatório NC = 60% (0,6)	Baixo 0,4	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.
Forte NC = 80% (0,8)	Muito Baixo 0,2	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

Fonte: Elaboração própria.

Para cada evento, foi definido como será a resposta ao risco. As respostas foram primeiramente categorizadas, incluindo as ações como evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos, e essas ações foram detalhadas no plano de resposta a risco (ANEXO VIII).

Ao considerar a resposta, foi avaliado o efeito sobre a probabilidade de ocorrência e o impacto do risco, tendo ao final um risco residual, que também foi avaliado para que esteja dentro das tolerâncias a risco desejadas. Conforme o Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, as categorias de respostas a riscos podem ser definidas da seguinte forma:

- Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos.
- Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos



riscos ou, até mesmo, ambos.


- Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de seguro ou a terceirização de uma atividade.
- Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

Durante a aplicação do processo de gestão de risco, foi realizada comunicação informativa e consultiva entre todos os envolvidos, considerando que a comunicação é responsável por todo o alinhamento do processo de gestão de risco, desde a definição do escopo até a definição de tratamento do risco (Anexo IX).

**Por fim, submetemos a referida análise de risco, apresentada nos anexos de I a IX, para avaliação e aprovação da autoridade competente.**




**ANEXOS**


 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA	<b>Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF</b>
<b>Definição da atividade a se trabalhar gestão de risco</b>	
<b>Órgão:</b>	Secretaria Municipal do Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG
<b>Área funcional:</b>	COORDENADORIA DE GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – COGECT
<b>Atividade a se trabalhar gestão de risco:</b>	Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza.
<b>Responsável pela atividade:</b>	Angela Dayse Jucá Oliveira
<b>Responsável pelo gerenciamento do risco:</b>	Angela Dayse Jucá Oliveira
<b>Aprovador do gerenciamento do risco:</b>	Raimundo Osman Lima
<b>Consultados (especialistas e envolvidos na atividade):</b>	Weynes Anfriso de Matos Karine Madeira Ribeiro Raquel Elen Mendonça Dantas Aragão Andreza Pinheiro Barros
<b>Informados:</b>	Francisca Nívea de S. Oliveira Neri
<b>Data de início da análise:</b>	Jul-25
<b>Data prevista de revisão do plano de resposta a risco:</b>	Jun-27
<b>Observações Complementares:</b>	A primeira revisão será realizada após a homologação da licitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA	<b>Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF</b>
<b>Definição do Escopo</b>	
<b>Atividade a se trabalhar gestão de risco:</b>	Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza.
<b>Objetivos da Atividade</b>	A contratação tem como objetivo assegurar a modernização, desenvolvimento, integração e sustentação contínua das soluções tecnológicas do Município de Fortaleza, por meio de serviços de Fábrica de Software com suporte de Inteligência Artificial e mensageria digital, visando ampliar a oferta e a eficiência dos serviços públicos digitais, melhorar a experiência do cidadão, aumentar a agilidade e qualidade na entrega de sistemas, reduzir custos operacionais e fortalecer a capacidade institucional de atendimento às demandas da transformação digital.
<b>Instância Interna de Governança</b>	Caroline Price Evangelista Monteiro
<b>1ª Linha</b>	Raimundo Osman Lima
<b>2ª Linha</b>	



**Fortaleza**  
PREFEITURA

# Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF

## Definição Critérios de Riscos

### Matriz de Nivel de Risco

Impacto	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Probabilidade				

#### Orientações:

A avaliação de riscos deve ser realizada através de análises de impacto e de probabilidade de ocorrência do risco. Antes de se avaliar o risco, é necessário definir uma matriz de nível de risco (critério de risco). Na tabela ao lado, é possível definir níveis de risco de 1 a 25, que são os resultados da combinação matricial de probabilidade e impacto. Esses critérios podem ser revisados em mais detalhes na fase de avaliação do risco.

### Nível de tolerância ao risco


Nível	Valor limite (conforme Matriz de nivel de risco)	Símbolo
Alto	Maior ou igual a 15	
Médio	Maior ou igual a 6 e menor que 14	
Baixo	Menor ou igual a 5	

Limite de  
tolerância ao Risco

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)






Fortaleza

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF

Nº.	Data da identificação	Identificação dos Riscos
1	04/07/25	Falta de interesse de outros Órgãos da Administração.
2	05/07/25	Atraso na oficialização da Ata de Registro de Preço
3	06/07/25	Informação de volume incompatível com a realidade do órgão da ARP, levando a superestimava dos volumes com a geração de expectativa irreal para o mercado.
4	07/07/25	Impugnações e Mandados de Segurança.
5	08/07/25	Licitação Frustrada.
6	09/07/25	Indisponibilidade orçamentária da contratante.
7	10/07/25	Faturamento indevido do serviço contratado.
8	11/07/25	Aceitação dos serviços fora das especificações definidas.
9	12/07/25	Não cumprimento dos níveis de serviços mínimos estabelecidos.
10	13/07/25	Não cumprimento dos prazos de entrega.
11	14/07/25	Empresa contratada não aceitar renovação do contrato na época da prorrogação.
12	15/07/25	Falhas na segurança da informação do serviço.
13	16/07/25	Concentração de Mercado
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		



Fortaleza

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF

Análise do Ambiente (Matriz SWOT)		
AMBIENTE INTERNO	FORTALEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alinhamento com a estratégia de transformação digital do Município.</li> <li>- Modelo flexível por demanda (UST), com controle e escalabilidade.</li> <li>- Abrangência do objeto (software tradicional e inteligência artificial).</li> <li>- Requisitos claros de qualidade, segurança, governança e integração.</li> </ul>
	FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência operacional de fornecedor especializado.</li> <li>- Elevada complexidade na gestão e fiscalização do contrato.</li> <li>- Necessidade de maturidade institucional para priorização e acompanhamento das demandas.</li> </ul>
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão e qualificação dos serviços públicos digitais ao cidadão.</li> <li>- Uso estratégico de IA para automação, análise de dados e inovação.</li> <li>- Modernização de sistemas legados e redução de custos no médio prazo.</li> <li>- Fortalecimento da governança e da capacidade tecnológica institucional.</li> </ul>
	AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impugnações e Mandados de Segurança.</li> <li>• Faturamento indevido do serviço contratado.</li> <li>• Não cumprimento dos níveis de serviços mínimos estabelecidos.</li> <li>• Não cumprimento dos prazos de entrega.</li> <li>• Empresa contratada não aceitar renovação do contrato na época da prorrogação.</li> <li>• Concentração de Mercado.</li> </ul>

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)






**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



 <b>Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF</b>							
Análise do Risco					Avaliação do Risco		
Nº.	Data da Identificação	Risco	Causa	Consequência	Probabilidade (NP)	Impacto (NI)	Nível de Risco Inerente (NRI)
1	4/7/25	Falta de interesse de outros Órgãos da Administração.	Se os objetivos do processo licitatório não estão alinhados com as necessidades ou prioridades dos outros órgãos, pode haver desinteresse em participar.	Se os órgãos não informarem suas necessidades, a licitação pode não refletir as demandas reais, resultando em aquisições insuficientes ou excessivas.	3	3	9
2	5/7/25	Atraso na oficialização da Ata de Registro de Preço	Falhas nas etapas de planejamento da contratação	Atrasos da utilização da ARP pelos órgãos da Administração. Impossibilidade de atender a demanda do PAC para o ano de 2024 no ano corrente.	3	3	9
2	6/7/25	Informação de volume incompatível com a realidade do órgão da ARP, levando a superestimativa dos volumes com a geração de expectativa irreais para o mercado.	Falhas nas etapas de Plano de Suprimentos	A não realização da licitação ou atraso, levando a Administração a continuar utilizando seus equipamentos defasados e sem garantia contratual.	2	4	8
3	7/7/25	Impugnações e Mandados de Segurança.	Falhas na definição das especificações técnicas	Paralisação do processo licitatório	4	4	16
3	8/7/25	Licitação Frustrada.	Falhas nas especificações técnicas e nas definições de preços de referência	Inviabilização dos objetivos do projeto	2	3	6
4	9/7/25	Indisponibilidade orçamentária da contratante.	Falha no Planejamento das Aquisições	Paralisação parcial das contratações	3	4	12
4	10/7/25	Faturamento indevido do serviço contratado.	Falha no gerenciamento e fiscalização dos contratos	Ônus ao erário	2	2	4
5	11/7/25	Aceitação dos serviços fora das especificações definidas.	Falha no gerenciamento e fiscalização dos contratos	Atraso no recebimento dos serviços. Paralisação parcial das atividades da contratante	2	4	8
5	12/7/25	Não cumprimento dos níveis de serviços mínimos estabelecidos.	Falha no gerenciamento e fiscalização dos contratos	Paralisação parcial das atividades da contratante	3	4	12
6	13/7/25	Não cumprimento dos prazos de entrega.	Falha no gerenciamento e fiscalização dos contratos	Frustração dos interesses. Paralisação parcial das atividades da contratante	3	4	12
7	14/7/25	Empresa contratada não aceitar renovação do contrato na época da prorrogação.	Mudanças na estrutura da contratada e reajuste de preços.	Publicitação de informações confidenciais. Impossibilidade de atender demanda planejada para os órgãos que participaram da contratação na origem.	3	4	12
8	15/7/25	Falhas na segurança da informação do serviço.	Falha no planejamento, gerenciamento e fiscalização dos contratos	Publicitação de informações confidenciais. Problemas de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade	2	4	8
9	16/7/25	Concentração de Mercado	Falhas nas etapas de planejamento da contratação	Impossibilidade do vencedor do objeto entregar a demanda em sua completude. Atraso da renovação/atualização do parque computacional do Órgão contratante	3	3	9

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Atividade de Controle do Risco				Avaliação de Risco Residual	Definição de Tratamento do Risco				
Implementação dos Controles	Linha de Controle Responsável	Nível de Confiança (NC)	Risco de Controle (RC = 1 - NC)	Risco Residual (RR = NRI X RC)	Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Observações
Realizar reuniões periódicas com os representantes dos órgãos da administração para explicar a importância da participação nas licitações e como isso impacta na eficiência da gestão pública.	1ª Linha	0.40	0.60	5.4	Mitigar	Ação Preventiva: Planejamento Anual; Envolvimento dos Órgãos; Ação de Contingência: Revisão das Necessidades.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	
Monitorar a fase de planejamento junto à área técnica, a fim de minimizar atrasos na divulgação da pretendida contratação.	1ª Linha	0.60	0.40	3.6	Mitigar	Ação Preventiva: Especificações técnicas bem elaboradas; Planejamento da contratação bem definido; Ação de Contingência: Manter disponibilizada a Demanda no PAC para o ano seguinte.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	
Acompanhar e analisar o levantamento de quantitativo necessário para a contratação no estudo técnico preliminar, com base nas demandas identificadas de cada órgão.	2ª Linha	0.60	0.40	3.2	Mitigar	Ação Preventiva: Utilizar o volume da demanda inicial tendo como base o volume da contratação a demanda registrada no ano anterior; Refinar a demanda por meio do Plano de Suprimentos; Tratar as demandas recebidas visando identificar a relação quantidade demandada x recursos humanos daquele órgão; Definir no cronograma prazo para realização do Plano de Suprimentos, tratamento e validação dos quantitativos demandados. Ação de Contingência: Suspensão/Cancelamento do processo licitatório visando à revisão das demandas	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	
Revisar os aspectos legais da minuta do edital e seus anexos, apontando suas falhas ou omissões, encaminhando o processo para as áreas competentes realizar as devidas correções.	1ª Linha	0.20	0.80	12.8	Mitigar	Ação Preventiva: Validação das Especificações Técnicas junto a fornecedores; Consulta Pública ao Termo de Referência e às Especificações Técnicas; Acompanhamento da COJUR; Consulta a processos de contratações conjuntas finalizadas com sucesso; Apresentação dos principais pontos da especificação para órgãos de controle. Ação de Contingência: Resposta fundamentada à impugnação e/ou mandado de segurança no prazo estipulado.	COJUR Equipe de Planejamento da Contratação Equipe de Planejamento da Contratação e COJUR	30/01/26	
Revisar os aspectos legais e técnicos da minuta do edital e seus anexos, apontando suas falhas ou omissões, encaminhando o processo para as áreas competentes realizar as devidas correções.	1ª Linha	0.20	0.80	4.8	Mitigar	Ação Preventiva: Especificações técnicas bem elaboradas, de modo a estimular a competitividade; Validação das especificações junto aos fabricantes e distribuidores; Validação do Termo de Referência em Consulta e Audiência Públicas; Consulta aos fornecedores e elaboração de planilha de formação de preços, compatível aos praticados no mercado. Definição de preço de referência compatível com a realidade mais recente do mercado por meio de análises, comparações, tamanho da amostra de preço da pesquisa, fonte dos preços pesquisados e compatibilização das demandas dos órgãos de controle, a fim de evitar o estabelecimento de preços muito baixos que possam levar a um certame frustrado ou deserto ou estabelecimento de preços muito altos que possam representar um risco não desprezível de sobrepreço. Buscar atender a demanda da CGU por utilização da faixa de preços mais baixas, considerando as realidades do mercado e as particularidades da amostra de preços coletada para a definição do preço de referência de forma a mitigar o risco de sobrepreços sem comprometer o futuro do certame em função do estabelecimento de preços muito baixos. Ação de Contingência: Revisar o termo de referência; Revisar a pesquisa de preços e os valores usados para o estabelecimento do preço de referência. República a licitação ajustada a fim de buscar uma nova concórdia.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/01/26	
Confirmar com os setores de Planejamento e Orçamento a disponibilidade orçamentária para a pretendida contratação, conforme programado no PCA do exercício.	1ª Linha	0.60	0.40	4.8	Mitigar	Ação Preventiva: Reserva prévia de orçamento por parte da contratante; Justificativa das necessidades fundamentada no planejamento estratégico do órgão. Ação de Contingência: Revisão e redução dos quantitativos a serem contratados observando-se as necessidades mínimas do órgão contratante.	Órgão Contratante	30/01/26	
Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato.	1ª Linha	0.60	0.40	1.6	Mitigar	Ação Preventiva: Auditoria nas Faturas Enviadas; Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais; Iniciar providências administrativas para ressarcimento de eventual dano ao erário.	Comissão de Fiscalização do Contrato; Comissão de Fiscalização do Contrato e COJUR.	30/05/27	
Conhecer todas as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, recusando a prestação de serviço quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas.	1ª Linha	0.80	0.20	1.6	Mitigar	Ação Preventiva: Definição de critérios de aceitação e rejeição dos serviços; Definição de processos de inspeção dos serviços. Ação de Contingência: Aplicação de sanção, rescisão contratual e convocação do 2º colocado no pregão.	Equipe de Planejamento da Contratação Órgão Gerenciador	30/01/26	
Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como conhecer as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.	1ª Linha	0.80	0.20	2.4	Mitigar	Ação Preventiva: Previsão de sanções; Conferência e controle das Ordens de Serviço executadas mediante apresentação de relatórios; Controle rígido dos níveis de serviço mínimos definidos. Ação de Contingência: Advertência, Multa e Impedimento de licitar e de contratar com a União.	Equipe de Planejamento da Contratação Comissão de Fiscalização do Contrato; Comissão de Fiscalização do Contrato e COJUR.	30/05/27	
Conhecer os termos do edital e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas e as obrigações das partes.	1ª Linha	0.80	0.20	2.4	Mitigar	Ação Preventiva: Controle rígido dos prazos de entrega; Elaboração e inserção no termo de referência de sanções por atraso; Definição de capacidade de produção mínima de entrega; Abrir possibilidade de realização de cadastro de reserva para o certame. Ação de Contingência: Reserva prévia de orçamento por parte da contratante; Aplicar penalização atrelada com o atraso; Chamar a empresa de Cadastro de Reserva para prestação do fornecimento de bens.	Comissão de Fiscalização do Contrato; Equipe de Planejamento da Contratação Órgão Contratante	30/05/27	
Verificar com antecedência o interesse da contratada em aditar o contrato. Em caso de não aceitação, realizar, em tempo hábil, nova licitação.	1ª Linha	0.60	0.40	4.8	Mitigar	Ação Preventiva: Prever a possibilidade de reajustes no contrato a fim de assegurar o equilíbrio do contrato em função de riscos previsíveis ou alea ordinária (inerentes). Questionar formalmente a empresa sobre o interesse em promogar ou não o contrato com antecedência mínima de 120 dias antes do fim do prazo de execução do instrumento. Ação de Contingência: Preparar uma nova licitação com antecedência, com a finalidade de evitar a descontinuidade do serviço.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/05/27	
Aplicar penalidades previstas no instrumento contratual, conforme as infrações e sanções expressas.	1ª Linha	0.40	0.60	4.8	Mitigar	Ação Preventiva: Inclusão de cláusula de sigilo e confidencialidade no contrato prevenindo a segurança da informação; Incluir item na especificação nos serviços visando garantir disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais, civil e penal.	Equipe de Planejamento da Contratação Gestor do Contrato	30/05/27	
Considerar e analisar a concentração de mercado nos estudos técnicos preliminares, verificando a viabilidade de fracionar o objeto em itens.	1ª Linha	0.20	0.80	7.2	Mitigar	Ação Preventiva: Dividir o objeto em itens; Abrir possibilidade de realização de cadastro de reserva para o certame. Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais, civil e penal.	Equipe de Planejamento da Contratação Gestor do Contrato	30/05/27	

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF										
Plano de Resposta a Risco										
Nº	Risco	Implementação dos Controles	Linha de Controle Responsável	Status do controle	Observação	Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Status da Ação
1	Falta de interesse de outros órgãos de Administração.	Realizar reuniões periódicas com os representantes dos órgãos da administração para explicar a importância da participação nas licitações e como isso impacta na eficiência da gestão pública.	1ª Linha	Em execução		Mitigar	Ação Preventiva: Planejamento Anual: Envio de Ofícios aos Órgãos; Ação de Contingência: Revisão das Necessidades.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	Em execução
2	Atraso na oficialização de Ata de Registro de Preço	Monitorar a fase de planejamento junto à área técnica, a fim de minimizar atrasos na divulgação da pretendida contratação.	1ª Linha	Em execução		Mitigar	Ação Preventiva: Especificações técnicas bem elaboradas; Planejamento da contratação bem definido; Ação de Contingência: Manter disponibilizada a Demanda no PAC para o ato seguinte.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	Em execução
3	Informação de volume incompatível com a realidade do órgão do ANP, invento e superestimação dos volumes com a geração de expectativas irreais para o mercado.	Acompanhar e analisar o levantamento do quantitativo necessário para a contratação no estudo técnico preliminar, com base nas demandas identificadas de cada órgão.	2ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Utilizar o volume da demanda inicial tendo como base o volume da contratação a demanda registrada no ano anterior; Refinar a demanda por meio do Plano de Suprimentos; Tratar as demandas recebidas visando identificar a relação quantidade demandada e recursos humanos de cada órgão; Definir no cronograma prazo para realização do Plano de Suprimentos, tratamento e validação dos quantitativos demandados; Ação de Contingência: Superdimensionamento do processo licitatório visando à redução das demandas.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/12/25	Em execução
4	Impugnações e Mandatos de Segurança.	Revisar os aspectos legais da minuta do edital e seus anexos, apontando suas falhas ou omissões, encaminhando o processo para as áreas competentes realizar as devidas correções.	1ª Linha			Mitigar	Ação Preventiva: Validação das Especificações Técnicas junto a fornecedores; Consulta Pública ao Termo de Referência e às Especificações Técnicas; Acompanhamento da COUR; Consulta a processos de contratações conjuntas realizadas com sucesso; Apresentação das principais partes de especificação para órgãos de controle; Ação de Contingência: Resposta fundamentada à impugnação e/ou mandato de segurança no prazo estipulado.	COUR Equipe de Planejamento da Contratação Equipe de Planejamento da Contratação e COUR	30/01/26	Em execução
5	Licitação Frustrada.	Revisar os aspectos legais e técnicos da minuta do edital e seus anexos, apontando suas falhas ou omissões, encaminhando o processo para as áreas competentes realizar as devidas correções.	1ª Linha			Mitigar	Consultar aos fornecedores e elaboração de planilha de formação de preços, compatível aos praticados no mercado; Definição de preço de referência compatível com a realidade mais recente do mercado por meio de análises, comparações, tamanho da amostra de preço de pesquisa, fonte dos preços pesquisados e compatibilização das demandas dos órgãos de controle, a fim de evitar o estabelecimento de preços muito baixos que possam levar a um cenário frustrado ou deserto ou estabelecimento de preços muito altos que possam representar um risco não desejável de subpreço; Buscar atender a demanda da COU por utilização da lista de preços mais baixos, considerando as realidades do mercado e as particularidades da amostra de preços coletada para a definição do preço de referência de forma a mitigar o risco de subpreço sem comprometer o futuro do sistema em função do estabelecimento de preços muito baixos; Ação de Contingência: Revisar o termo de referência; Revisar a pesquisa de preços e os valores usados para o estabelecimento do preço de referência; Repetir a licitação ajustada a fim de buscar uma nova concorrência.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/01/26	Não iniciado
6	Indisponibilidade orçamentária do contrato.	Confirmar com os setores de Planejamento e Orçamento a disponibilidade orçamentária para a pretendida contratação, conforme programado no PCA do exercício.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Revisar a necessidade fundamentada no planejamento estratégico do órgão; Ação de Contingência: Revisar a redução dos quantitativos a serem contratados observando-se as necessidades mínimas do órgão contratante.	Órgão Contratante	30/01/26	Não iniciado
7	Faturamento indevido do serviço contratado.	Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Auditoria nas Faturas Emitidas; Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais; Insistir providências administrativas para ressarcimento de eventual dano ao erário.	Comissão de Fiscalização do Contrato e COUR	30/05/27	Não iniciado
8	Aceleração dos serviços fora das especificações definidas.	Conferir todas as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, recusando a prestação de serviço quando irregular ou em desacordo com as condições estabelecidas.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Definição de critérios de aceitação e rejeição dos serviços; Definição de processos de inspeção dos serviços; Ação de Contingência: Aplicação de sanções, rescisão contratual e cancelamento do 2º contrato no prego.	Equipe de Planejamento da Contratação Órgão Contratante	30/01/26	Não iniciado
9	Não cumprimento das metas de serviços mínimos estabelecidos.	Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como conferir as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Presencial de sanções; Conferência e controle das Ordens de Serviço executadas mediante apresentação de relatórios; Controle rigoroso dos níveis de serviço mínimos definidos; Ação de Contingência: Advertência, Multa e Impedimento de licitar e de contratar com a União.	Equipe de Planejamento da Contratação Comissão de Fiscalização do Contrato Comissão de Fiscalização do Contrato e COUR	30/05/27	Não iniciado
10	Não cumprimento das prazos de entrega.	Conferir os termos do edital e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas e as obrigações das partes.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Controle rigoroso dos prazos de entrega; Subsídio e inspeção no termo de referência de sanções por atraso; Definição de capacidade de produção mínima de entrega; Abrir possibilidade de realização de cadastro de reserva para o sistema; Ação de Contingência: Revisar a previsão de orçamento por parte do contratante; Aplicar penalização atrelada com o atraso; Chamar a empresa de Cadastro de Reserva para prestação do fornecimento de bens.	Comissão de Fiscalização do Contrato Equipe de Planejamento da Contratação Órgão Contratante	30/05/27	Não iniciado
11	Empresa contratada não aceitar renovação de contrato na época de prorrogação.	Verificar com antecedência o interesse da contratada em aditar o contrato. Em caso de não aceitação, realizar, em tempo hábil, nova licitação.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Prever a possibilidade de reajustes no contrato a fim de assegurar o equilíbrio do contrato em função de riscos previstos ou não previstos (inertes); Questionar formalmente a empresa sobre o interesse em prorrogar ou não o contrato com antecedência mínima de 120 dias antes do fim do prazo de execução do instrumento; Ação de Contingência: Preparar uma nova licitação com antecedência, com a finalidade de evitar a descontinuidade do serviço.	Equipe de Planejamento da Contratação	30/05/27	Não iniciado
12	Falhas na segurança da informação do serviço.	Aplicar penalidades previstas no instrumento contratual, conforme as infrações e sanções expressas.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Protocolo de cláusula de sigilo e confidencialidade no contrato visando a segurança da informação; Incluir item na especificação nos serviços visando garantir disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade; Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais, civil e penal.	Equipe de Planejamento da Contratação Gestor do Contrato	30/05/27	Não iniciado
13	Concentração de Mercado	Considerar e analisar a concentração de mercado nos estudos técnicos preliminares, verificando a viabilidade de licitar o objeto em lote.	1ª Linha	Não iniciado		Mitigar	Ação Preventiva: Dividir o objeto em lote; Abrir possibilidade de realização de cadastro de reserva para o sistema; Ação de Contingência: Aplicação de sanções contratuais, civil e penal.	Equipe de Planejamento da Contratação Gestor do Contrato	30/05/27	Não iniciado



## Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF

### Comunicação e Monitoramento

Nº.	Data	Assunto	Meio de comunicação
1	12/8/2025	A SEPOG decidiu realizar o Registro de Preços, podendo os demais órgãos da Prefeitura de Fortaleza aderir à ata homologada e publicada.	Reunião presencial
2	12/30/2025	A equipe de planejamento concluiu o estudo técnico preliminar.	Reunião presencial
3	4/1/2026	Foram propostas mudanças técnicas na contratação	Reunião virtual
4	4/6/2026	Iniciou-se a adaptação dos documentos norteadores do planejamento	Reunião virtual
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr.(a) Pregoeiro(a).

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

1. A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc. ),  
nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_ neste ato representada por  
\_\_\_\_\_ (nome e dados do representante  
legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme  
Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

**2. Identificação da licitante:**

a. Razão Social:

b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

c. Endereço completo:

d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

e. Telefone, celular, fax, e-mail:

f. Banco Santander S/A , agência e nº da conta corrente:

**3. Condições Gerais da Proposta:**

a. A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua  
emissão. **(não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.)**

**4. Formação do Preço:**

ITEM/GRUPO	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	VALOR GLOBAL					
	VALOR POR EXTENSO (_____)					

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



1. Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
2. Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão-de-obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados o imposto de renda pessoa jurídica (IRPF) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).
3. O prazo de entrega do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).
4. O local de entrega do objeto será o indicado no Termo de Referência.
5. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos assinar a Ata de Registro de Preços, a assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento, nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (cargo), como responsável legal desta empresa.
6. Declaramos que estamos ciente que a validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)





### ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/202\_\_

Pregão Eletrônico nº:

Processo Administrativo nº: **P149063/2026**

Na sede da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ do respectivo resultado adjudicado, homologado, conforme fls \_\_\_\_\_, do Processo nº. **P149063/2026**, que vai assinada pela titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor(a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_.

II - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 e nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



## **2. DO OBJETO**

**2.1. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE ATA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE FÁBRICA DE SOFTWARE COM SUPORTE DE IA E MENSAGERIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pelo(s) fornecedor(es) classificado(s).

**2.2.** A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

## **3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**3.1.** Este instrumento será assinado pela titular da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor (a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

**3.2.** A publicação da Ata de Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preços.

**3.3.** O prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**3.4. Considerando o disposto no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, reconhecendo a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica estabelecido que poderá ser admitida a renovação do quantitativo, caso demonstrada a sua pertinência e necessidade, mediante decisão devidamente motivada pela Administração.**

**3.5. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, ressalvados os remanejamentos.**

**3.6. Será incluído nesta ata, na forma apêndice, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.**

#### **4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023.**

#### **5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
1	SEPOG	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.

**5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;**

**5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado,**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento.

## **6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**6.1.** Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/produtos no prazo estabelecido pelo mesmo.

**6.2.** A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

**6.3.** O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

**6.4.** Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído, contendo, obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

**6.5.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 11531 ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

**6.6.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).



**6.7.** Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

**6.8.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

**6.9.** O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

## **7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do gerenciador da Ata e desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e no Edital nº 11531.

**7.2.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**7.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente



de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**7.4.** As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**7.5.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**7.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em **até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

**7.7.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**7.8.** O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento apêndice **parte** integrante desta Ata.

**7.9.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**8.1.** Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**8.2.** Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**8.3.** O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

**8.3.1.** Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

**8.3.2.** Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

**8.3.3.** Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

**8.3.4.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

**8.3.5.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

## **9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES**

**9.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no apêndice desta Ata de Registro de Preços, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do





Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

**9.2.** As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital nº 11531 são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

**9.3.** Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

**9.4.** O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**9.5.** Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

**9.6.** Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

**9.7.** As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preços, as quais serão realizadas pelo órgão gerenciador.

## **10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**10.1.** O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

**10.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**10.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**10.1.3.** Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

**10.1.4.** For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

**10.1.5.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados;

**10.1.6.** Por razões de interesse público.

**10.2.** O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

## **11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 11531.

## **12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.2.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.2.9.** Fraudar a licitação
- 12.1.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.2.11.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.2.12.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.2.13.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.2.14.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.2.15.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013
- 12.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de



2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**12.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**12.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**12.4.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**12.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:



Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.



§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**12.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





**12.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**12.9.** O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

**12.9.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra



irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**12.9.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

### 13. DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentor do Reg. de Preços	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**APÊNDICE I DO ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_ /20\_\_**

**QUANTITATIVOS RESERVADOS**

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**APÊNDICE II DO ANEXO III – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_ /20\_\_**  
**DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE**  
**VENCEDORA.**

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM/GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM / GRUPO R\$
VALOR TOTAL R\$								

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_

Processo nº

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA  
DA \_\_\_\_\_ E A (O)  
CONTRATADA**

\_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE  
NELE SE DECLARA.

**O MUNICÍPIO DE FORTALEZA** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.) ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 15.604/2023, além das demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, os

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



Decretos Municipais nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024, 15.608, de 31 de março de 2023, 15.595, de 22 de março de 2023, 15.604, de 28 de março de 2023 e 13.735, de 18 de janeiro de 2016, na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e na Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024, e o que resta disposto no Anexo I- Termo de Referência do Edital nº 11531.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o município de fortaleza, nas condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 11531.**

### **2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

**2.3.1. O Termo de Referência do Edital nº 11531;**

**2.3.2. O Edital de Licitação do PE n.º \_\_\_\_/20XX;**

**2.3.3. A Proposta do contratado;**

**2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

**4.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no subitem **11.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 11531.**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

**6.1.** O valor deste contrato será reajustado anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O reajuste será calculado a partir de 10/04/2026, data da assinatura do orçamento estimado pelo setor competente.

**6.1.1.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**6.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**6.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO**

**7.1.** O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto encontram-se definidos no item **11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital**.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORGÃO), consignadas às dotações orçamentárias que foram discriminadas no subitem 17.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 11531.

**8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA**

**9.1.** A critério da autoridade competente, bem como em razão do histórico de contratações anteriores do mesmo objeto e a inexistência de registro de problemas de interrupções na execução contratual, não será exigida a garantia contratual da execução, nos moldes do art. 96 da Lei n. 14.133/2021.

**9.2.** Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Estudo Técnico Preliminar.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1.** Fornecer o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 10.2.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 10.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7.** Quaisquer irregularidades, tanto na qualidade dos produtos como na entrega desses, deverão ter sua correção no prazo máximo de **até 7 (sete) dias úteis**, contadas após a formalização da reclamação.
- 10.8.** Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**10.9.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**10.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.11.** Manter-se, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

**10.12.** Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**10.13.** É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados da Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

**10.14.** Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE ou terceiros.

**10.15.** Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



**10.16.** A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**10.17.** Devem ser mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação na oportunidade da assinatura do contrato, bem como durante toda a execução contratual.

**10.18.** O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do objeto pelo (a) servidor/Comissão de fiscalização do Contrato ou outro designado pela autoridade competente.

**11.2.** Assegurar-se da entrega do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho, através do (a) servidor/Comissão de fiscalização.

**11.3.** Documentar as ocorrências havidas.

**11.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários à execução do Contrato.

**11.5.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no instrumento contratual.

**11.6.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

**11.7.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**11.8.** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**11.9.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

**11.10.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

**11.11.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

**11.12.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**11.13.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, cujas condições estarão estabelecidas no instrumento contratual.

**11.14.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.15.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**11.16.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e, por fim, as condições estabelecidas no instrumento contratual.



**11.17.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, nos moldes previstos do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

**11.18.** A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, para emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**11.19.** Em caso de solicitação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no que pertine ao instrumento contratual, este será respondido pelos órgãos e entidades contratantes, no prazo estipulado no próprio documento, conforme o que preceitua o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

**11.20.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.

**12.2.** O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes do **Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 11531.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**



**13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

**14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**14.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**14.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, caso seja solicitada pela Administração Pública;

**14.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**14.1.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.2.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**14.1.2.9.** Fraudar a licitação;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**14.1.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**14.1.2.11.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**14.1.2.12.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**14.1.2.13.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**14.1.2.14.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**14.1.2.15.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013

**14.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**14.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**14.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**14.4.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.



**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**14.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 14.4.
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:



- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.



§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**14.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 11531.

**14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave



dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 14.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**14.9.** O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), **na forma abaixo estipuladas:**

**14.9.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

**14.9.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

**14.10.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, salvo quando houver previsibilidade de prorrogação.

**15.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem,



ocorrendo essa ocasião na hipótese da próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**15.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.2.1.** O contrato também poderá ser extinto com base nas hipóteses trazidas pelos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.2.** A alteração no quadro societário, ou a modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa, não ensejará a rescisão contratual, caso não venha a restringir a sua capacidade de execução do objeto.

**15.2.2.1.** Em caso de alteração de razão social, ou da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**15.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.3.3.** Indenizações e multas.

**15.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese na qual poderá ser realizado o pagamento apurado por meio de termo indenizatório.

**15.5.** Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**17.1.** A contratada deve observar e fazer observar por seus fornecedores e prestadores de serviços, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**17.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**17.2.1. “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**17.2.2. “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**17.2.3. “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**17.2.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**17.2.5. “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



**17.3.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**17.4.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3.** Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

**20.1.1.** Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**20.1.2.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**20.1.3.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

**20.1.4.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser



resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, o qual, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante) (nome do representante)

CONTRATANTE CONTRATADO(A)

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



**ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20\_\_**

Nº CONTRATO	CONTRATADA	CNPJ
OBJETO DO CONTRATO:		
ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO: Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
Item	Especificação do item	Qtd Vr Unitário Vr Total R\$ R\$
TOTAL		R\$
LOCAL DE ENTREGA:		
MARCA:		
VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:		
PRAZO DE ENTREGA: Serão obedecidos os prazos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 11531		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer o produto objeto do contrato nº /20\_\_, processo nº /20\_\_ discriminado nesta OF.

Fortaleza/CE, de de 20\_\_

Matrícula nº

Coordenador Administrativo-Financeiro

ÓRGÃO / ENTIDADE

EMPRESA

CONTRATADA



## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara, para os devidos, fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e prestadores de serviços, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção



sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e Data

---

Licitante



**ANEXO VII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE  
REFERÊNCIA**

ORDEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	25992	Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)	SERVIÇO
2	26387	Pacote de Serviços SMP (Voz, Dados, SMS, Etc)	SERVIÇO
3	30178	Daas – Dados como serviço	SERVIÇO

**\*Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**

**ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO  
DE REFERÊNCIA**

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE
1	3613610	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO CONTÍNUO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE - FÁBRICA DE SOFTWARE.	SERVIÇO (SERV)
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE
1	3564739	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO VIA APLICATIVO MULTIPLATAFORMA DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS PARA SMARTPHONES, VIA WHATSAPP, INCLUINDO PACOTE DE MENSAGENS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CONFIGURAÇÃO E MODELAGEM DA PLATAFORMA.	SERVIÇO (SERV)
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE
1	3613611	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - IA..	SERVIÇO (SERV)

**\*Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**



## ANEXO IX – JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

**Processo: P149063/2026**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza.

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de empresas organizadas sob a forma de consórcio, no âmbito da presente contratação.

### 1. Fundamentação para a vedação de consórcios

Acerca dos consórcios, cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório foi conferido ao ente administrativo, permitindo ou não tal condição no instrumento convocatório, por força do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Tal decisão decorre de avaliação técnica e de mercado, considerando a natureza, a complexidade e a forma de execução do objeto, especialmente quanto à necessidade de execução integrada, responsabilidade unificada e atendimento ao interesse público.

No presente caso, o objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de Fábrica de Software com suporte de Inteligência Artificial e mensageria, estruturado em três componentes intrinsecamente integrados: desenvolvimento e sustentação de sistemas, operação de canais digitais e orquestração de inteligência artificial.

Conforme demonstrado no Termo de Referência, tais componentes operam de forma sinérgica e interdependente, sendo tecnicamente inviável sua execução



dissociada, sob pena de perda de eficiência, governança e qualidade dos serviços prestados.

Nesse contexto, a vedação à formação de consórcios decorre da necessidade de assegurar:

- Governança técnica centralizada e visão ponta a ponta da solução;
- Responsabilidade técnica e jurídica indivisível sobre a execução contratual;
- Integração contínua entre desenvolvimento, mensageria e inteligência artificial;
- Padronização metodológica, uniformidade de processos e controle de qualidade;
- Gestão unificada de SLAs, métricas, prazos e entregáveis;
- Rastreabilidade integral das operações e auditabilidade;
- Segurança da informação e conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Adicionalmente, a própria modelagem da solução adotada pela Administração exige governança unificada de dados e execução integrada, uma vez que a fragmentação contratual comprometeria a mensuração objetiva de resultados e a responsabilização por níveis de serviço.

O Estudo Técnico Preliminar reforça que a solução foi concebida como um ecossistema integrado de atendimento digital, inteligência artificial e desenvolvimento contínuo, sendo a integração entre esses elementos o principal fator gerador de valor público.

Assim, a eventual execução por consórcio implicaria:

- Fragmentação de responsabilidades entre empresas;
- Aumento da complexidade de governança e fiscalização contratual;
- Riscos à continuidade operacional;
- Dificuldades no cumprimento de SLAs e metas de desempenho;
- Vulnerabilidades na gestão de dados e na segurança da informação.



Tais riscos são incompatíveis com a natureza da contratação, que demanda operação contínua, integrada e com alto grau de criticidade para a prestação de serviços públicos digitais.

No que se refere à competitividade, destaca-se que o levantamento de mercado demonstrado no ETP evidencia a existência de diversas empresas especializadas aptas a executar integralmente o objeto, com capacidade técnica, operacional e metodológica compatível com as exigências do Termo de Referência, não havendo necessidade de formação de consórcios para viabilizar a participação no certame.

Corroborando esse entendimento, a doutrina de Marçal Justen Filho destaca que o consórcio não deve ser regra, sendo admitido apenas quando a complexidade ou vulto do objeto inviabilizar a participação individual de empresas, o que não se verifica no presente caso.

No mesmo sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que a decisão sobre admitir ou não consórcios insere-se na esfera de discricionariedade do gestor, devendo ser pautada na preservação da competitividade e na adequação ao objeto (Acórdão 1711/2017 – Plenário).

Dessa forma, conforme expressamente previsto no Termo de Referência, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da natureza intrinsecamente integrada do objeto, que exige governança unificada de dados, SLAs cruzados entre os itens e responsabilidade técnica indivisível, sendo a execução consorciada incompatível com os requisitos de segurança da informação, LGPD e níveis de serviço estabelecidos.

## **2. Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de consórcios constitui medida técnica, proporcional e juridicamente adequada, alinhada às características do



objeto, às condições de mercado e ao interesse público, garantindo maior eficiência, controle, segurança e qualidade na execução contratual.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



## **ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA NÃO DESTINAÇÃO DE COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA**

### **Processo: P149063/2026**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de IA e mensageria, conforme especificações, critérios de aceite, níveis de serviço e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza – PMF.

O Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, vem apresentar justificativa acerca da destinação de grupos exclusivos, somente para cota reservada e ampla concorrência referente as microempresas e empresas de pequeno porte na presente licitação no **Edital nº 11531**, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de IA e mensageria, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza – PMF, conforme especificações, critérios de aceite, níveis de serviço e quantitativos estabelecidos no estudo técnico preliminar e no termo de referência.**

Visando boas ações municipais de gestão e a promoção do desenvolvimento econômico e social, através da ampliação da participação de MEI, ME e EPP em licitações, bem como regulamentar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para estas, fixado na Lei Complementar nº 123/2006, o Município de Fortaleza editou a Lei nº 10.350/2015 – Estatuto do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de pequeno porte, na qual dispõe:

**Art. 30** - A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempreendedores individual, microempresas e empresas de





pequeno porte, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**Art. 33** - A Administração Pública Municipal deverá estabelecer, em certames para a aquisição de bens e serviços de **NATUREZA DIVISÍVEL**, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim, nas contratações cujo valor não exceda a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deverá ser realizado um processo licitatório com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** de MEI/ME/EPP, sendo-lhes destinado ainda uma **COTA RESERVADA** de até 25% (vinte e cinco por cento) nas demais contratações.

Esclareça-se que somente será destinada **COTA RESERVADA** para MEI/ME/EPP em certames para aquisição de bens e serviços de **NATUREZA DIVISÍVEL**, assim considerados aqueles que podem ser adquiridos separadamente sem prejuízo do resultado ou qualidade final do serviço. De outra sorte, bens e serviços de natureza não divisível são aqueles que obrigam sua aquisição por itens ou por preço global, determinando aos licitantes que ofereçam suas propostas para a totalidade do objeto; se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

No caso em tela, tem-se que o serviço a ser licitado possui natureza singular e a sua divisão implicaria na impossibilidade de execução dos serviços desenvolvimento, evolução, sustentação, integração e modernização de soluções tecnológicas, incluindo aplicações de negócio e soluções de inteligência artificial, pois envolve vários órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, e de singular relevância para a Administração.

Em outras palavras, os serviços especificados devem funcionar de modo integrado por apenas uma empresa, garantindo que seja possibilitado ao fornecedor a



execução e suporte no ambiente completo por ele ofertado, garantindo um bom resultado do serviço prestado.

Por tais motivos, eventual fracionamento do objeto, decerto, prejudicaria a execução do serviço, considerando a existência de mais de um Contrato com o mesmo objeto, no mesmo órgão ou entidade operando com o mesmo serviço.

Destarte, pode-se afirmar ser tecnicamente inadequado o seu desmembramento além do proposto, sob pena de não se atender o objetivo buscado pela SEPOG, nos termos em que demonstra o art. 40, §3º da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

**Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:**

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

**V - atendimento aos princípios:**

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)

**§ 3º O parcelamento não será adotado quando:**

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;



**III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.**

Diante do exposto, e em atendimento a legislação supramencionada, justifica-se a não destinação de cota reservada MEI/ME/EPP tendo em vista tratar-se de um serviço de natureza indivisível, cuja contratação em separado prejudicaria o resultado ou sua qualidade final, mantendo-se, porém, os demais benefícios instituídos na LC nº 123/2006, LC nº 147/14, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal 13.735/2016.



## **ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES**

### **Processo: P149063/2026**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de IA e mensageria, conforme especificações, critérios de aceite, níveis de serviço e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza – PMF.

A presente licitação tem por objeto **Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços contínuos de fábrica de software com suporte de IA e mensageria, conforme especificações, critérios de aceite, níveis de serviço e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, pelo período de 12 meses, para o Município de Fortaleza – PMF.**

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, busca garantir a eficiência, a economicidade e a transparência no processo licitatório. Entre os mecanismos previstos para assegurar que as licitantes possuam capacidade técnica e financeira para executar os contratos, destaca-se a possibilidade de utilização de índices financeiros como critério de habilitação. Tal previsão está embasada no art. 67, inciso II, da referida legislação, que admite a adoção de parâmetros objetivos para avaliar a situação econômico-financeira das empresas.

Nesse contexto, tendendo ao que preconiza a Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União, no instrumento convocatório, deverá ser utilizado para critério de aferimento da boa saúde financeira das licitantes, com vistas a assegurar a capacidade econômico financeira suficiente para garantir a execução contratual.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



As exigências utilizadas, estão dispostas no rol do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**I - Liquidez Geral (LG)**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

**II - Solvência Geral (SG)**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

**III - Liquidez Corrente (LC)**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$



No caso em tela, a Administração Pública, ao exigir esses índices, visa dar maior amplitude ao procedimento, possibilitando o credenciamento do maior número de interessadas, uma vez que os critérios adotados não restringem a competitividade do certame, mas asseguram que as licitantes possuam capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, sem colocar em risco a execução dos serviços contratualizados, a saber:

- O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento do interessado a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a mesma não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade de suas atividades;
- O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que o estabelecimento não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade de suas atividades;
- O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a pessoa jurídica dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial, exigência esta que encontra amparo no §4º do art. 69, da Lei 14.133/2021.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

A adoção desses índices não viola legislação pátria, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a Administração, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto, em estrita consonância com a Lei nº 14.133/2021.





Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número VXZC7WJY

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5360853 e código VXZC7WJY

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

**ASSINADO POR:**